CARTAS

DE

A. HERCULANO

TOMO II

TERCEIRA EDIÇÃO

LIVRARIA BERTRAND
73, Rua Garrett, 75
LISBOA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO — S. PAULO
BELO HORIZONTE

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

http://www.archive.org/details/cartasdeahercula02herc

CARTAS

CARTAS

DE

A. HERCULANO

TOMO II

TERCEIRA EDIÇÃO

LIVRARIA BERTRAND
73 — Rua Garrett — 75
LISBOA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
RIO DE JANEIRO
S. PAULO — BELLO HORIZONTE

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA PORTUGAL-BRASIL
RUA DA ALEGRIA, 30 — LISBOA

Ao Duque de Saldanha

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Por um nosso commum amigo soube que V. Ex.ª referira ter-lhe S. M. El-Rei mostrado um artigo violento, impresso em um jornal de Lisboa que se denomina *O Lusitano*, attribuindo-me a sua composição. Este facto, segundo cri perceber, foi narrado deante de mais pessoas, e, por isso, tem já certa publicidade.

Confiado na sua antiga benevolencia para commigo, dirijo a V. Ex.ª esta carta para obter o primeiro favor que na minha vida peço a V. Ex.ª.

Este favor, de summa importancia para mim e de extrema facilidade para V. Ex.ª, é o honrar-me com uma breve nota do numero e logar onde se acha inserto o artigo com que me pretendem cingir uma corôa de gloria politico-litteraria.

Permitta-me V. Ex.ª que, em abono da minha rogativa, diga em poucas palavras os fundamentos que me obrigam a fazê-la. É um negocio de bagatela para os outros; mas para mim demasiado grave.

Ha sete annos que me separei da vida publica. Desde essa epocha até hoje não tenho escripto uma unica linha em nenhum jornal politico. Sejam quaes forem as minhas opiniões ácerca dos homens ou das cousas, limito-me a expendê-las no circulo dos meus amigos. Ahi mesmo poucas vezes, porque todos sabem quanto vivo retirado.

Este procedimento, que a mim proprio impuz, estriba-se na convicção de que posso ser mais util ao meu país e a mim mesmo empregando o tempo de outro modo. Não me sobeja bastante para o desperdiçar em artigos asperos ou morbidos, que não conduzem, por via de regra, a nada. Se crêsse que para este pobre Portugal ainda havia salvação; se chegasse a ter a consoladora esperança de fazer-lhe algum serviço melhor do que esse em que me occupo — o redigir-lhe a longa e gloriosa inscripção tumular; esteja V. Ex.ª certo de que não seria nas columnas de um jornal, com logares communs ou phrases vãs de eloquencia datada, que eu iria offerecer o fraco tributo

das minhas cogitações á salvação da patria. Havia de fazê-lo de um modo mais duradouro, mais proficuo e mais grave.

E lá, acredite-me V. Ex.ª, nem me encobriria debaixo do manto do anonymo, nem perguntaria se as minhas opiniões iam ou não de encontro ás de outra qualquer pessoa. Seja forte ou debil a intelligencia que Deus me deu, não vacilla nem se acurva senão deante daquella ante quem todas as summidades do mundo são fumo, são sombras vãs, que não estão, mas passam.

Nunca infeudei o meu espirito nem a partidos, nem a homens : nunca hei-de infeudá-lo.

Ha, porém, uma *unica* pessoa, cujas opiniões não sou obrigado a seguir, mas cujas susceptibilidades a gratidão me constrange a respeitar. É S. M. El-Rei. Se posso deixar na terra alguns vestigios da minha passagem, devo-o em grande parte a elle. Honro-me de o ter já testificado perante naturaes e estranhos de maneira indelevel, mas sem baixeza, sem indignidade.

Acceitei da mão delle um cargo na sua casa, que espontaneamente me conferiu. Acceitei-o porque sou pobre ; porque preciso de ganhar o pão com o meu trabalho.

Durante nove annos que tenho servido

El-Rei, uma unica mercê que lhe pedi concedeu-m'a logo benevolamente. Foi a promessa de oppôr a sua alta influencia a todas as propostas de qualquer ministro para se me infligir alguma dessas honrarias com que neste nosso charco de corrupção e miseria se tem, não raramente, recompensado prostituições de mais de um genero ; ou algum desses cargos publicos que mais de uma vez se tem posto em vergonhosa almoeda. Tremi de que os meus concidadãos suspeitassem que eu tinha merecido taes honrarias ou taes cargos.

Devo, pois, a S. M. o pão e a defesa da minha dignidade moral. Mais do que isto não pode um homem dever a outro homem. A memoria desses beneficios é uma balisa que deixo no caminho da vida, e de que estou convencido me não é licito afastar os olhos sem me deshonrar, seja qual fôr a posição que no futuro a força das circumstancias me reserve em relação a S. M.

É em virtude destes factos que se me torna indispensavel ter conhecimento do artigo que se me attribue. Se contiver apenas opiniões desfavoraveis a certas cousas ou a certos homens, por asperrimas que sejam as idéas ou as phrases delle, não descerei a justificar-me. Tenho provado em mais de um escripto que as

minhas opiniões politicas não são nem violentas nem exaggeradas. Quando a impressão momentanea das insinuações do reptil que lhe instilou no espirito semelhante absurdo tiver passado, S. M. ha-de fazer-me justiça, sem que eu a solicite. Tenho bastante fé no seu bom juizo para o esperar.

Se, porém, nesse papel ha convicios que o firam a elle directa ou indirectamente, V. Ex.ª bem vê que me é impossivel abandonar este negocio a si mesmo. Admittindo a idéa de que eu fosse capaz de semelhante villania, S. M. foi cruelmente injusto para commigo. É uma necessidade para mim provar-lh'o e retirar-me do seu serviço ; porque tanto elle como eu nos avaliámos mutuamente mal.

Quando affirmo a V. Ex.ª que não posso abandonar este negocio, não quero dizer que procurarei conhecer o habil critico que descobriu num artigo do *Lusitano* as minhas opiniões e estylo. Que me importa? Ha de ser, pouco mais ou menos, um dos modernos transumptos dos *nobilissimi, perfectissimi, clarissimi* e *egregii* do imperio romano, que se enredavam e calumniavam uns aos outros no palacio dos Cesares, quando os Hunos batiam ás portas de Roma e a sociedade carunchosa e pôdre esboroava de todos os lados.

O que, na ultima hypothese, pretendo fazer, apenas souber qual é o artigo que se inculca por meu, é o descobrir o seu auctor verdadeiro e exigir delle a declaração conveniente para a levar com a minha demissão á presença de S. M.. Espero alcançar isto porque tenho fé de que não ha na alta imprensa politica um homem tão tôrpe que queira deixar pesar sobre a fronte do innocente o ferrete de uma acção vil, quando nelle essa acção propria não passará de imprudente ou descomedida, e que, em todo o caso, é sua.

Permitta-me V. Ex.ª que, antes de concluir, deplore o desaccôrdo com que certa gente vem lançar peçonha acerba na vida de um homem inoffensivo, que no sanctuario das lettras se limita a gemer occultamente sobre a ruina da patria commum, e que deplora a malevolencia brutal com que vem acommettê-lo á falsa fé porque se não accinge ao carro de tristes triumphos, pedindo apenas, como a pythonissa d'Endor, que não o queiram tentar. Pretenderão acaso, como Saul, evocar a sombra de Samuel? Parece-me que fazem mal.

Não pode escapar á delicada sensibilidade de V. Ex.ª o que a minha situação tem de intoleravel. Se nesta carta, escripta no primeiro impeto de indignação, ha alguma phrase

que possa offender a V. Ex.ª, de quem pessoalmente nenhum aggravo tenho, rogo-lhe que a considere como de antemão apagada, não me recusando o leve favor que peço, o qual é para mim de tanta monta, e que aliás me veria constrangido a implorar directamente de S. M.

Sou de V. Ex.ª
Antigo am.º e obrig.mo C.

22 de março de 1848.

A Almeida Garrett

Ex.^mo^ Snr.

Os dous irmãos Castilhos, Perini e eu desejavamos ter com V. Ex.ª uma conferencia sobre objectos dramaticos, que nos parece de grande interesse para a arte e para a prosperidade do Conservatorio. Se V. Ex.ª quiser acceder aos nossos desejos, rogo-lhe nos aponte dia e hora em que possamos procurar V. Ex.ª em sua casa e para o referido fim.

De V. Ex.ª
admirador, am.º e c.

Travessa do Pombal, 81.

(1838)

Ill.^mo e Ex.^mo Snr.

Finalmente, segundo nos consta, a questão ácerca do modo porque deve ser dividida a prestação destinada ao theatro português veio parar aonde devia : ás mãos de V. Ex.^a. Ainda que, á vista do que teve a bondade de nos dizer a este respeito, quando procurámos a V. Ex.^a, estamos certos de que a decisão da causa não podia caber a mais favoravel juiz, por isso que V. Ex.^a via o negocio á sua verdadeira luz, todavia julgámos convir aos interesses do theatro do Salitre pedir a V. Ex.^a queira considerar de espaço as razões expendidas em um recentissimo memorial dirigido ao Ministro do Reino pelo Director deste theatro, em que mostra palpavelmente a bondade da sua causa. Este memorial, certo, ha-de estar juncto com os mais papeis pertencentes a tão importante objecto.

Ha, alem disto, outra consideração de pouca monta, mas que para V. Ex.^a, como irmão

d'armas, isto é, como escriptor dramatico e poeta, terá alguma valía. Se o theatro do Salitre acabar (e esta questão para elle é de vida ou de morte) para nós ambos está acabada a carreira dramatica, em que nada queremos ganhar senão o ter contribuido do modo que podermos para a restauração da scena portuguesa. Hoje é moralmente impossivel escrevermos nós uma linha para qualquer theatro de que seja director Mr. Doux, e antes quiseramos queimar tudo quanto escrevessemos do que entregar-lh'o. A razão é obvia. Estamos segurissimos de que V. Ex.ª nunca desejaria que se dissesse que, em um país onde tão pobres e arrastadas andam as lettras, um poeta *fechou* as portas do theatro a dous outros poetas que nelle queriam, só por interesse da arte e não de dinheiro, experimentar suas forças.

De V. Ex.ª
Att.os Veneradores e C. (1)

(1838)

(1) Esta carta e a que immediatamente se lhe segue foram assignadas por Herculano e Castilho, mas parece indubitavel que a sua redacção se deve ao primeiro. — *Nota do coordenador.*

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Agradecendo a V. Ex.ª a franqueza com que nos communica, não só a opinião que entende dever dar ao Governo sobre o negocio do theatro, mas tambem o seu intimo sentir ácerca deste objecto, julgamos da nossa obrigação sermos, pelo mesmo modo, sinceros. Entendemos que, para que os soccorros pecuniarios dados ao theatro sejam verdadeiramente uteis aos progressos dramaticos, o projecto de V. Ex.ª é a ponto. Estipulem-se condições para o futuro, que sem isso nada se fará : todas as de que V. Ex.ª se lembra e porventura outras mais. Se o director do Salitre recusasse acceitá-las, nós seriamos os primeiros a entregá-lo ao seu peccado ; porque o nosso interesse não é por individuos tanto como pela arte.

Porém, diremos sinceramente a V. Ex.ª que nos parece ser a questão presente alheia a

tudo isso. A somma que se votou para o theatro português foi para o anno economico de 1837 a 1838, e esta somma é delle, é um meio da sua existencia passada, porque está vencida, vencida sem condições, e que, por consequencia, sem condições lhe deve ser paga. Ponham-se estas para o novo subsidio, que por certo as futuras côrtes não negarão ao theatro : o que está vencido servirá para se habilitarem os directores dos dous theatros portugueses para as acceitarem.

Admittamos, caso negado, que cumpria agora haver um concurso para o governo pagar este dinheiro a seus donos ; seria exequivel esse concurso? A carta de V. Ex.ª e a nossa propria convicção nos diz que não. Nenhum dos dous directores pode satisfazer as condições principaes e necessarias : nenhuma das companhias é completa : para os caracteres comicos incontestavelmente tem o Salitre melhores actores ; para os caracteres medios e tragicos tê-los-ha melhores a Rua dos Condes : o Salitre poderá vir a ter mais abundancia de dramas originaes ; a Rua dos Condes talvez mais apropriado vestuario e melhor scenario. De que lado estará a vantagem? Não o decidiremos nós, mas o que é indubitavel é que nenhum delles poderá preencher sequer as

condições capitaes. Com o tempo talvez ambos as possam acceitar e cumprir, mas já, é impossivel.

V. Ex.ª convirá talvez comnosco em que deste concurso inesperado pode vir, em vez da salvação, a morte do theatro português. Supponhamos que um dos directores é de boa fé e outro de má. O que fôr de boa fé não se apresentará no concurso, porque sabe que não pode cumprir de salto as condições: dá-se tudo ao outro e elle fecha o theatro: o outro não cumpre porque não pode; persegue-se necessariamente, porque os contrarios estão a la-mira e bradarão alto se não se fizer justiça. O que se segue dahi? É que este theatro cairá tambem, e ficaremos sem nenhum.

Se agora a cada um dos directores se entregar o que é seu, daqui a quatro ou seis mezes, em que se tenha votado novo subsidio, poderão ambos preparar-se para o concurso: se algum o não fizer, conte V. Ex.ª que a nossa debil voz se levantará contra elle. Quanto ao governo, esteja V. Ex.ª descançado: se o ministro fôr injusto, lá está a imprensa, não só a dos jornaes que põem em faces humanas ferretes de 24 horas, mas tambem a que serve para mais duradoura escriptura. Para matar um coelho ainda nós temos

força, salvo se lhe não atinarmos com a cabeça, que é onde bate a difficuldade.

Emfim, esperamos que V. Ex.ª, antes de se decidir, considere a questão a esta luz e deixe por falso propheta ao Mr. Doux, que publicamente se gaba de que a prestação será para elle e só para elle.

De V. Ex.ª
Att.os veneradores e C.

(1839)

Ex.^mo^ Am.^o^ e Snr.

Hontem ás avemarias achei nos Bertrands uma carta de V. Ex.ª que com curiosidade li quando cheguei a casa, que foi um pouco tarde. Nella vejo como V. Ex.ª pensa ácerca da questão da que por ahi se chama propriedade litteraria, ainda depois das observações, na minha opinião ponderosas, que submetti a V. Ex.ª e ao publico sobre o tractado com França, que, por emquanto, me julgo auctorisado a reputar inconveniente para Portugal. Sinto a inutilidade dos meus esforços, porque estou certo de que a adhesão de V. Ex.ª a um pensamento que creio moral, justo e util, seria um meio poderoso para obtermos a rescisão daquelle contracto internacional no fim dos seis annos durante os quaes este país está adstricto a supportá-lo.

Sobre o artigo publicado no *País*, que posso eu dizer a V. Ex.ª que V. Ex.ª não saiba como jornalista que mais de uma vez tem

sido? V. Ex.ª sabe como se escrevem artigos daquelles, sobre o joelho, a correr, junctando ás idéas sobre a materia o pensamento politico do jornal. Accrescente a isto o meu caracter impetuoso e irrascivel, que bem conhece, e explicará naturalmente a dureza das expressões do artigo. No que alli disse ácerca dos diplomatas não houve intenção dirigida em especial a V. Ex.ª: houve a opinião que faço da diplomacia moderna, exposta nuamente, cruamente, selvagemmente, até se V. Ex.ª quiser. No resto, a responsabilidade cahirá toda sobre o governo: é a doutrina constitucional. Com o governo nenhuma pena tenho de ter sido pouco delicado. Por mais que fizesse ficava-lhe sempre em divida: ao pateta mau do seu am.° Jervis, que se diverte a calumniar em questões de dinheiro a homens honrados: ao duque de Saldanha, que manda entregar ao José Cabral as minhas cartas particulares, covardia de que nunca o suppuz capaz; *et in caeteris*. Na pessoa de V. Ex.ª não falei uma só vez; porque V. Ex.ª estava fora da questão desde que o tractado fôra ratificado: V. Ex.ª podia ter sido enganado, ter errado, ter até, o que eu não digo, commettido erro de proposito deliberado. A Nação nada tinha com isso. Era com os ministros que, embora alle-

guem ignorância ou toleima, nem por isso se exemptam da coima, porque ninguem, que eu saiba, lhes pediu ainda o favor de nos governarem.

V. Ex.ª promette-me a discussão da materia: desejo-a, mas desejo-a publica. Tendo forçosamente estudado a questão sob todos os seus aspectos, bem contente ficaria eu de que V. Ex.ª me provasse que a semrazão estava da minha parte. Entre nós podemos pôr de lado certa modestia que assenta bem em publico: eu e V. Ex.ª somos quem vende melhor os seus livros em Portugal e no Brasil: sabemos que elles apparecem nos mercados d'Hespanha, de França, de Allemanha e d'Inglaterra. Não posso senão ganhar com leis e tratados de propriedade litteraria. Como entendo, porém, que a opinião contraria a isso é a verdadeira e legitima, continuarei a sustentá-la emquanto V. Ex.ª me não desilludir. Tenho sacrificado tudo á honesta independencia das minhas opiniões: acho-me, por isso, na mesma condição social em que estava ha 16 annos; e contente, sem invejar ninguem. Sacrificaria tambem a essa independencia alguns cruzados mais, que a propriedade litteraria me possa grangear, e com que apressaria a hora em que mais de uma vez falei a V. Ex.ª, de

me ver entre quatro serras, com algumas geiras de terra proprias, umas botas grossas e um chapeu de Braga, bello ideal de todas as minhas ambições mundanas. Nem a esta ambição, meu amigo, tão energica em mim, homem de paixões energicas, eu sacrificaria o que reputo a verdade. Não a atraiçoaria, porém, se acceitasse, se reclamasse os proventos que do novo direito me podem resultar, quando perante o país se me demonstrasse a sanctidade delle. Infelizmente, não o espero; porque não sei se as considerações que eu omitti no meu opusculo para não fazer um livro, são ainda mais graves que as publicadas e cuja refutação V. Ex.ª me promette.

Deixando esta para tempo e logar opportuno, V. Ex.ª aponta-me o exemplo e auctoridade da Inglaterra e do Hannover e de outras potencias que se preparam para celebrar convenções analogas. A auctoridade, grande fonte da verdade historica, é mui fraco argumento em materias de philosophia de direito e d'economia social. Depois, considerados os livros como mercadoria, eu supponho possivel que a outras nações *convenha* o regular a troca ou a fabricação delles entre si. A questão é *se nos convem a nós*. Importa antes saber se a *lei* de propriedade litteraria *interna* se liga com esses

tractados: ou, por outra, se elles consagram um principio absoluto e anterior de moral e de direito, ou uma conveniencia. Em relação *ao principio*, estou prompto a discuti-lo absolutamente ; em relação á *conveniencia* só posso discuti-la na nossa hypothese especial, a hypothese desta terra.

V. Ex.ª diz que o negar a propriedade litteraria é assumpo para brilharem talentos, mas que por isso não muda o estado da questão. Nesta ultima parte parece-me que V. Ex.ª acertará : na primeira, não. Brilhar contra o interesse dos escriptores que fazem e desfazem as reputações, não me parece facil. Pode-se brilhar como martyr, como Christo no meio dos sadduceus. Pela abnegação, sim : litterariamente, não. Esteja V. Ex.ª certo de que, por toda a parte, de cem escriptores, noventa e nove hão-de defender a propriedade litteraria. A gloria do que a impugnar não a queira V. Ex.ª para si. O exemplo da Europa inteira far-me-ia muito pouca força, por essa unica razão, se não houvesse outras. A burra do capitalista e a penna do escriptor são os symbolos do feudalismo do seculo XIX : são a espada e o bago do seculo XIII. O capitalista é o senhor, o barão da força bruta ; o escriptor, o bispo e o abbade da força espiritual. Um e

outro abusam; abusam immensamente, como abusavam o barão, o bispo e o abbade. Crê V. Ex.ª que haverá muitos ministros que ousem contestar aos homens da imprensa que as idéas ou as formas das idéas não são sua propriedade, ou que lhes importe fazer quantos tractados elles quiserem para grangear a sua benevolencia? Se esse ministro apparecer, será o mesmo que mandará arrasar, na sua terra, até os fundamentos, os cadozes chamados *a bolsa*, onde a agiotagem joga ao jogo dos trinta por cento a tunica do trabalho.

Eu não sei se foi V. Ex.ª que mandou publicar no *Diario* o artigo do *Times* (1) sobre o assumpto; mas a verdade é que esse artigo fez-me sorrir. Lembrei-me da fabula do homem e do leão viajando, que encontravam a estatua d'Hercules subjugando o leão Nemêo. Aos partidarios da propriedade litteraria sobram estatuarios que lhes deem a palma do triumpho: tem-nos de casa. Se o *Diario* publicasse um artigo em que se tentasse provar a insubsis-

---

(1) Este artigo do *Times* encontra-se no *Diario do Governo* n.º 303, de 24 de dezembro de 1851, pag. 1324, vol. III, sob o titulo: — *Gran Bretanha. — Tratado litterario da Inglaterra com a França. — Nota do Coordenador.*

tencia de taes doutrinas, publicava cousa mais rara. Aquelle artigo dá por provado o que está em questão. Depois faz phrases ; phrases que, *mutatis-mutandis,* me parece já ter lido na chronica do mosteiro de Sahagun, quando encarece a desgraça do abbade e monges, dizendo que os burgueses revoltados tinham *roubado* o mosteiro, recusando pagar as seiscentas alcavalas, a troco das quaes os sanctos monges se matavam a salvar aquellas almas.

Sinceramente, meu amigo, se fosse possivel encommendar um artigo para servir de texto á refutação da propriedade litteraria, não se arranjava nada melhor do que o fez o bom inglês do *Times.* O sancto homem não previu que terrivel confissão fazia nos dous primeiros paragraphos, terrivel em relação á maxima questão que se agita hoje na Europa ácerca da propriedade verdadeira. As consequencias da doutrina de que um direito de propriedade, que desde tempos immemoriais nunca existiu na realidade dos factos para nenhum governo, nem para nenhuma nação, pode ser *creado* pela lei (visto que o que nunca se manifestou socialmente nunca existiu para a sociedade) é o maior triumpho que se pode dar, como V. Ex.ª não ignora, ás doutrinas de Proudhon. A legitimidade da propriedade só

resiste á implacavel dialectica daquelle homem como direito preexistente e superior ás convenções sociaes. Se a lei pode crear o direito de propriedade, pode tambem annulá-lo... Mas perdoe V. Ex.ª que eu ia entrando na questão, que se deve ventilar na imprensa e não numa carta particular.

Entretanto, sempre accrescentarei uma cousa a que me leva a citação da auctoridade do gabinete inglês a favor de convenções litterarias. Se eu fosse ministro d'Inglaterra convencionava tambem; fazia mais: não contestava o principio da propriedade litteraria, isto é, da *idéa manifestada*, do *pensamento materialisado*. Convencionava com França; convencionava com todos. Passado um anno, quando todas essas convenções funccionassem regularmente, agarrar-me-ia aos principios eternos da justiça e da logica e exigiria das outras nações:

1.º — A abolição das patentes (privilegio) da *introducção de novas machinas* (contrafacção das machinas);

2.º — Prohibição de se construirem em qualquer país as machinas inventadas em Inglaterra, sujeitando-se a Inglaterra a uma estricta reciprocidade (respeito mutuo á propriedade da idéa manifestada).

Nove decimos das novas machinas, que diariamente vem simplificar os processos da industria e da agricultura são d'invenção inglesa, como V. Ex.ª sabe. Eu asseguraria assim para sempre a supremacia agricola e industrial da Inglaterra. Como, escuso de o dizer. Basta que V. Ex.ª reflicta dez minutos nesta questão tão grave.

Se V. Ex.ª me apontar um, um só argumento, bom ou mau, seja como fôr, em favor da *composição do livro* que não seja applicavel á *invenção da machina*, passo com armas e bagagens para o campo dos defensores da propriedade litteraria.

Quem sabe se o artigo do *Times*, em vez de ser uma pobreza d'espirito, é uma grande velhacada? *Times Danaos et dona ferentes.*

Desculpe o desalinho destas idéas atiradas a correr para o papel.

V. Ex.ª agradece-me as expressões de consideração do meu opusculo para com V. Ex.ª. Não deve fazê-lo porque não fui senão restrictamente exacto. A parte *objeccionavel* delle, na forma, não sei qual é: V. Ex.ª não pode, por isso, admirar-se de eu me não desculpar.

A intrigantes, apesar da *ingenuidade* do meu caracter, não crêa V. Ex.ª que eu dê ou-

vidos. De incredulo é que os padres me fizeram uma damnada reputação, como historiador. Para eu saber do que elles (intrigantes) são capazes, bastava-me ter seguido tão de perto, como V. Ex.ª sabe, a existencia do ministerio de 22 de maio, do berço ao tumulo, e conhecer hoje a historia da formação do dos cinco generaes imaginarios, que se organisava dez ou quinze dias antes daquelles ferrabrazes do Wahlalá scandinavo (e só elles) obrigarem esse pobre marechal Saldanha a demittir os seus demagogos collegas, com as lagrymas nos olhos e o coração esfarrapado pela magua. Quem viu e soube o que eu vi e soube nesses meses, não ha já intrigante possivel para o enganar. Quando eu me pilhar entre as quatro serras é uma historia de que hei-de fazer um romance ou uma comedia, conforme occorrer. Serve para ambos os casos.

Quer V. Ex.ª que eu lhe diga uma cousa com uma daquellas effusões de sinceridade que V. Ex.ª sabe que tenho muitas vezes? Eu estimo e hei-de estimar sempre a V. Ex.ª (ainda que alguma vez me irrite, como succedeu com a convenção) porque V. Ex.ª é uma grande intelligencia e um grande escriptor, com virtudes e defeitos como eu tenho e como tem todos aquelles a quem Deus não deu uma alma

de lama. Agora a quem tenho asco invencivel é a esses patuscos que todos nós conhecemos e que, sem uma unica virtude, sem uma unica idéa elevada ou generosa, figuram nesta terra pelos dous titulos com que nella se faz fortuna; por tolos no mundo das idéas e por velhacos no mundo da vida practica.

Sou de V. Ex.ª
am.º e c.

Ajuda, 29 de dezembro — 1851.

Ex.^mo^ Amigo e Snr.

Ajuda, 7 de agosto.

Pediu-me V. Ex.ª lhe désse algumas notas ácerca da infanta D. Branca, no que toca ao filho, que se diz tivera de um cavalleiro castelhano; facto de que V. Ex.ª tomou aso para, sem receio, a fazer apparecer como amante de Aben-Afan, no seu mui excellente poema, intitulado *D. Branca,* o que de certo não ousaria tentar se a memoria daquella infanta fosse incorrupta; porque não põe tão alto sua risca a liberdade poetica, que lhe seja licito calumniar um nome puro e honrado.

Na auctoridade de Duarte Nunes se estribou V. Ex.ª para admittir este facto e deduzir delle as consequencias litterarias que lhe importava tirar dahi; isto é, o pintar a infanta como menos honesta e entregá-la nos braços do rei de Silves. Favor, me parece, fez V. Ex.ª á infanta, porque (posto de parte o credo) um rei mouro, gentil homem, namorado e valente, vale bem um cavalleiro castelhano, de cujos feitos não sabemos e de cujos meritos nada

podemos dizer. No que V. Ex.ª não acertou (falo sinceramente e por isso o digo) foi em valer-se de tão fraca auctoridade como a de Nunes de Leão que, em historia, orça pouco mais ou menos pela de Brito. Todavia, ninguem que tenha experimentado desterros por terras estranhas ousará culpar V. Ex.ª, porque por lá não ha torres do Tombo, cartorios nem livros onde facilmente se averiguem e achem cousas portuguesas. Muito tinha V. Ex.ª em ter um Duarte Nunes quando, desterrado, escreveu o seu poema. Pode-se, pois, attribuir a má auctoridade que V. Ex.ª buscou a desgraça; mas o lançá-lo em conta de culpa parece-me que seria parvoice.

Mas era sobre o facto que V. Ex.ª me pedia lhe mandasse alguma cousa tirada do meu limitadissimo cabedal historico, e eu ia-me perdendo após o poema. Volto atrás, e ahi vai o que pude tirar da minha pobreza. Se V. Ex.ª queria fonte mais caudal, lá a tinha em si proprio e em tantos amigos nossos que valem mais do que eu (1).....

.....

(1) Acompanhavam esta carta algumas paginas de esclarecimentos historicos que não podémos obter. — *Nota do Coordenador.*

Moido estou já de aturar os criticos, e V. Ex.ª o estará provavelmente de me aturar a mim. Côlho, pois, aqui as vélas, confessando-me

De V. Ex.ª
amigo e c.

A. Herculano

A Oliveira Martins

Ill.^mo Snr.

V. S.ª teve a bondade de me remetter o seu opusculo ácerca de Theophilo Braga e do Romanceiro e Cancioneiro português, acompanhando a dadiva de uma carta recheada de expressões tão exageradamente benevolas que não sei se as agradeça, se me limite a esconder a mesma carta para que ninguem a veja.

Sempre tive grandes duvidas sobre a doutrina da superioridade das intelligencias; isto é, da differença de intelligencia a intelligencia, quando estas são completas. No que acreditava, na epocha em que pensava nessas cousas, era na superioridade das vontades. O *querer* é que é raro; e tenho a consciencia de que fui um homem que *quis* nas cousas litterarias. Desde que perdi o querer, cahi na vulgaridade. Hoje não passo de um homem vulgar.

Aqui tem V. S.ª a verdade da minha apotheose.

Quando profundos desgostos me forçaram a descrer das lettras, e ainda mais do país, as tendencias da actual mocidade estudiosa apenas despontavam no horisonte, se despontavam. V. S.ª faz-me, ou o favor, ou a justiça, no seu opusculo, de me suppôr homem de analyse. Não ha-de, pois, admirar-se de que lhe diga que me parecem perigosas, para não dizer outra cousa, essas tendencias. A generalisação, a synthese, são, em absoluto, cousas excellentes : são a sciencia na sua forma definitiva e applicavel. Mas, para generalisar e synthetisar, é necessario haver que. Ora, a historia, na significação mais ampla da palavra, ainda não possue elementos sufficientes para a generalisação. Desde a paleontologia e a ethnographia, até á historia das sociedades modernas, ha muitos factos adquiridos indubitavel e indisputadamente para a sciencia ; mas ha muitos mais ignorados, incompletamente conhecidos, ou disputados ; e isto não só na historia politica e na social, mas tambem na do desenvolvimento intellectual do genero-humano, na das lettras e da sciencia. Que synthese séria é possivel assim? Emquanto a analyse não tiver subministrado uma

extensa serie de monographias definitivas, as syntheses que andam por ahi correndo não passam de romances pouco divertidos, quando não são peior do que isso: uma geringonça absurda.

No tempo em que eu andava peregrinando por esse mundo litterario, antes de me acolher ao mundo tranquillo de sancta rudesa, conversei um pouco com Vico e Herder, com Vico e Herder como a Italia e a Allemanha os geraram, e não como os aleijaram e embaiucaram os cabelleireiros franceses (todo o francês, com raras excepções, tem um pedacinho de cabelleireiro). Sempre me pareceu que tinham nascido muito antes do seu tempo. Deus ter-lhes-ha de certo perdoado o mal que fizeram. Sem o quererem, nem pensarem, deram origem a uma cousa em historia que eu só sei comparar ao gongorismo da poesia e da prosa litteraria do seculo XVII.

Desculpe V. S.ª esta franqueza de um homem do campo. Tenho-a, porque o seu opusculo revela um escriptor, e, postoque hoje eu não passe de um profano, far-me-ia pena se o visse perdido por esses desvios das symbolicas, das estheticas, das syntheticas, das dogmaticas, das heroicas, das harmonicas, etc.

Theophilo Braga é uma intelligencia com-

pleta e uma grande vocação litteraria, mas uma fraca vontade: *gosta* de fazer ruido; *deseja* adquirir reputação; não possue, porém, o *querer* robusto que vai até o sacrificio, que vai até o martyrio, e que é preciso para se tornar um homem verdadeiramente superior. Achou a porta do abstruso synthetico e symbolico engrinaldada de maravalhas francesas: metteu-se por ella; e, em resultado, ahi temos, não direi a *Visão*, as *Tempestades* e a *Ondina*, porque não quero que V. S.ª fique mal commigo, mas direi a *Historia da Poesia Popular* e os *Foraes* que V. S.ª mesmo tracta desapiedadamente.

Nestas materias, peço a V. S.ª que se volte um pouco para a analyse. Ha tanto que fazer por esta parte! Relendo o seu folheto daqui a annos, ha-de conhecer que o conselho era sincero e amigavel. Dir-me-ha porque não o dou a Theophilo Braga? Porque não o acceita. Aquelle, ou já se não cura, ou ha-de curar-se a si mesmo. É o que, sem lh'o dizer, eu do coração desejo.

Disponha V. S.ª da inutilidade deste aldeão que é,

De V. S.ª
V.or e C.

A Pinheiro Chagas

Ill.^mo Snr.

Recebi em tempo os dous volumes da *Judia* e das *Novelas Historicas,* que cordealmente agradeço, bem como as mais que benevolas expressões com que V. S.ª me tracta na carta que fez mercê de escrever-me. Não agradeci logo, porque nessa carta V. S.ª me pedia a minha opinião sobre a verdade historica do drama *A Judia* — e, para a dar, precisava de o ler attentamente. Na vida rural, as horas que sobejam para as cousas litterarias são poucas. Tardei tanto por isso.

Não sei se conservo reminiscencias exactas dos estudos que outrora fiz ácerca do estado da sociedade, e da indole e caracter de certo numero de individuos eminentes do nosso país na primeira metade do seculo XVI. Se con-

servo, atrevo-me a affirmar que, nos lineamentos principaes do seu drama e nos caracteres das personagens delle, ha inteira harmonia com as idéas que concebi a respeito dos homens e das cousas daquella epocha.

Em especial quanto á indole de D. João III, deixe V. S.ª falar os criticos de agua doce, e fique certo de que não o falsificou. Se o filho de D. Manuel sahiu, como eu o defini no fim da *Historia do Estabelecimento da Inquisição,* «um fanatico ruim de condição e inepto», não foi nem da sua, nem da minha imaginação que elle saiu assim : foi das memorias coevas e de documentos indisputaveis, que ainda felizmente existem. Quando se escrever a historia do nosso país no seculo XVI, muitos outros que não aproveitei porque não importavam ao meu assumpto, virão corroborar amplamente o que eu disse. A historia escripta por frades, ou por gente que tremia dos frades e dos inquisidores, deu-lhe o titulo de *piedoso.* É que não lhe podiam dar outro melhor. *Piedoso* queria dizer que tinha passado a vida a tractar de casas de frades, de negocios de frades, de enredos de frades, e a mandar cortar lenha e transportar lenha e empilhar lenha para as fogueiras dos reverendissimos inquisidores.

O inconveniente do seu drama é, justa-

mente, ser historico. A historia que se aprende nas escholas é ainda a da folhinha d'algibeira, e o D. João III que o geral dos espectadores conhecem é o legendario. Não admira, pois, que o modo como V. S.ª o pinta repugne a muitos desses mesmos, a quem illumina a luz da liberdade e da soberania, a que chamamos modernas, embora sejam tão velhas como o christianismo, e ainda mais aquelles que, deslumbrados do que teve grande e bom o nosso passado, só se recordam com saudades de quanto nelle contrariou o progresso da civilisação.

Disponha V. S.ª do fraco prestimo deste rustico que tem a honra de assignar-se

De V. S.ª
Estimador sincero e C.

A Fernando de los Rios

Ex.mo Sr.

Val de Lobos, 6, novembro.

Meu amigo: Quando hontem á noite voltei a casa, cansado e aborrecido com as contrariedades de negocios da vida privada, entregaram-me uma carta de V. Ex.ª que, se por um lado me causou viva satisfação, por outro me penalisou.

A benevolencia extrema de V. Ex.ª para commigo explicam-na as phrases daquella carta, phrases que revelam uma dessas sympatias irreflexivas, que se nos alevantam ás vezes de subito no coração por um homem até ahi para nós desconhecido. É mysterio do espirito humano, que illumina um facto de outro modo inexplicavel.

Pago como sei e posso aquella sympathia. Não me arrependeria de o ter feito quando

dahi me proviessem calumnias ou hostilidades de certa ordem. Estou costumado a isso ; costumado a ver tudo o que é vil e baixo medindo pela propria insignificancia aquelles cuja estatura moral lhes faz sombra.

Essa gente, ou antes, *isso* tem-me salpicado de lodo tantas vezes, passando por mim, que já nem sequer me causa asco o contacto de taes immundicies.

Sabe V. Ex.ª agora no que a sua carta me penalisou? Foi em ver por ella que V. Ex.ª deu, com a sua voz poderosa, importancia ao meu nome na imprensa hespanhola. Fez-me, sem o querer, um desserviço ; porque, por esse modo, se contrapoz aos meus mais vivos desejos, ás minhas mais caras esperanças, á idéa fixa dos meus ultimos annos de vida.

Nunca fui ambicioso. Por varias vezes esteve patente diante de mim o caminho das honras, das situações elevadas, dos interesses materiaes, e até do poder. Voltei-lhe sempre as costas : se, porventura, sacrifiquei a alguma das vaidades do mundo, foi á da gloria litteraria. Desgostos profundos, desenganos completos, que as lettras me trouxeram, curaram-me desse unico vicio ; mas pozeram em logar delle o sentimento que sempre desconhecera : a ambição. Esta ambição, ávida, immen-

sa, irresistivel, é a do esquecimento entre os meus e da obscuridade entre estranhos. Forrejei toda a vida para que o leito em que morresse fosse tão modesto como me foi o berço; porque, sem ser republicano, chego a suspeitar ás vezes que sou o unico democrata deste país. A conquista desse leito creio que está feita. Agora as minhas aspirações vão mais longe. Quero dormir o ultimo somno no adro da visinha paroquia (1), debaixo de uma lagea completamente lisa, e que não haja ahi ninguem que saiba responder áquelle que, passando, preguntar: quem é que jaz aqui? — A indulgencia da amizade, que costuma ser grande, soffrer-me-ha a audacia de um conselho. Desconfie V. Ex.ª sempre do homem que moteja e ri das miserias moraes e intellectuaes destas nossas sociedades velhas e gastas. É possivel que no coração desse homem ironico e alegre haja uma corda que vibre sons bem tristes. Para em tudo haver bom e mau, até ha boas hypocrisias.

(1) Quis o destino que o desejo de Herculano fosse temporariamente satisfeito. Os seus restos mortaes estiveram depositados no adro da egreja parochial da Azoia de Baixo, tumulo do brigadeiro Gorjão, até que foram trasladados para a capella, monumento proprio do mosteiro dos Jeronymos.

A maior fineza que um amigo me pode fazer é não falar de mim na imprensa. A dadiva que peço a todos os que me querem bem é o silencio. Não hei-de arruiná-los com isso.

Senti que negocios impreteriveis me obstassem, no derradeiro dia do meu recente desterro em Lisboa, a gosar da companhia de V. Ex.ª e da sua amavel consorte. Vê-los e tractá-los é sempre para mim um prazer, desde aquelle dia em que V. Ex.ª, para me assentar á sua mesa, mandou embora o Ministro d'Hespanha, ficando sós e á vontade o escriptor castelhano e o ex-escriptor português.

Este humilde albergue de um eremita estará sempre aberto, não para o embaixador hespanhol, que não cabe cá, mas para Fernandez de los Rios (1). Eu que já mui pouco discuto idéas, e falo ainda menos de livros, discutirei com elle quanto tempo quiser e tudo o que quiser, desde las cuestiones más sencillas de sembrados, riegos y cosechas, hasta los puntos más *impermeables* de la sagrada teologia.

De V. Ex.ª

---

(1) O illustre escriptor hespanhol era, ao tempo, como se deprehende da propria carta, o representante do visinho Reino na nossa côrte.

A Casal Ribeiro

Ill.mo e Ex.mo Am.o e Snr.

Val-de-Lobos, 17 de dezembro de 1876.

Não sei quaes as relações em que V. Ex.a está com o actual governo, tão alheio ando das cousas politicas. Apesar disso, vou sollicitar todo o poder da sua influencia a favor de uma pretensão em que será constrangido a recorrer, directa ou indirectamente, aos ministros. Eu, todavia, estou certo de que a cruz que lhe ponho ás costas a acceitará, em qualquer hypothese, com alacridade.

Eu, se exercesse a preponderancia que V. Ex.a exerce ; se o meu nome significasse o que significa o seu, fazia-o com a melhor vontade. Pedia a todos os governos possiveis. Se ainda reinassem os Cabraes, até a elles pedia. Pedia ao Antonio. Mais : pedia ao José Mais ainda : pedia ao João, que sempre des-

confiei de que fosse o peior dos tres. Ora, por mais mal que se pense dos ministros actuaes, ninguem de certo os compara com aquelles amigos.

Deve saber os lastimosos successos de Vallada, ha dous dias logar florescente, quasi opulento, hoje acervo de ruinas e miserias, fonte caudal de lagrymas. Somos ambos lavradores; eu pequeno, V. Ex.ª grande. Ambos conhecemos os espinhos de que é coroada a existencia do agricultor, quanta actividade, quanta abstenção, quanta economia, que diuturnidade de tempo são necessarias para com o trabalho rural colligir uma fortuna modesta, sempre inferior á intensidade dos esforços feitos para a alcançar. Eram em geral destas as dos proprietarios ruraes e lavradores de Vallada. Pode dizer-se que, em poucas horas, um enorme cumulo de trabalho de muitos annos desappareceu alli, debaixo das aguas do Tejo convertido em lago.

Recebi uma carta daquella gente afflicta, que me apertou o coração. Nem eu os conheço, nem elles me conhecem, salvo de nome. Contavam commigo para lhes redigir uma representação ao Governo. Pretendem a reparação do dique que lhes preserva as ferteis planicies dos insultos do Tejo, e que não pôde resistir

desta vez a uma alluvião extraordinaria ; mas pretendem reparação prompta, que os habilite para não deixarem em pousío os seus campos agora inundados. Escuso de ponderar a V. Ex.ª o que seria para os desgraçados, no meio de tantas e tão irreparaveis perdas, um anno de inercia forçada.

Se me contentasse com escrever-lhes o papel que elles queriam, enganava-os. As phrases, hoje, produzem difficilmente factos. A indifferença pela dôr alheia, sobretudo quando impotente e obscura, é o grande vicio do seculo. O calor parece ir-se retirando deste musculo chamado o coração humano, á medida que o christianismo se vai alongando das consciencias. A caridade torna-se num producto que, semelhante a muitos productos da nossa industria, se fabrica expressa e exclusivamente para as exposições ruidosas. Varremos ás vezes as grandes miserias, porque tambem varremos as ruas. O asco incumbe-se não raro do papel da compaixão no theatro do mundo. A resignação viril, mas profundamente triste desses homens, pobres hoje, abastados hontem, que, novos Sisyphos, pedem apenas que os deixem começar desde já a rolar costa acima o seu rochedo ; que não invocam o direito ao trabalho, mas que pedem como mercê que lh'o

consintam, fazendo logo o que depois, quando as ruinas forem maiores, tem por força de fazer-se, commoveu-me a mim, e commoverá por certo V. Ex.ª; não receio, porém, que disso resulte uma epidemia de commoções.

Noutro tempo, teria dicto simplesmente aos nossos infelizes collegas: — «Requeiram». Depois, se não os ouvissem, falaria eu. Tinha então a voz um pouco forte e que soava ao longe. Suspeito até que curei com ella uma ou outra surdez. Dez annos de solidão e silencio atrophiaram-me os orgãos vocaes. Hoje, evidentemente, escorijo apenas. V. Ex.ª, na força da vida e do talento, temido e respeitado (na nossa terra são difficeis de distinguir o temor e o respeito), tome-me, por quem é, conta daquelles desvalidos, e, se nisso não houver espinho politico, espero que V. Ex.ª queira entender-se com o meu antigo amigo João de Andrade Corvo, a quem tambem escrevo sobre o assumpto. Vejam ambos se fazem atravessar um raio de luz atravez do negrume que fluctúa entre o chão encharcado e o ceu humido da misera Vallada.

De V. Ex.ª
Amigo e Obr.º creado

A Andrade Corvo

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Am.^o^ e Snr.

Val-de-Lobos, 17 dezembro
1876.

É ao meu antigo amigo Andrade Corvo, e não ao Ministro dos Negocios Estrangeiros que dirijo esta carta.

Não iria importuná-lo, no meio dos graves cuidados inherentes ás funcções politicas que exerce, se esta carta não fosse como o echo dos ais e lamentos dos habitantes de uma povoação, ha poucas semanas das mais abastadas e felizes da Estremadura, e hoje, por effeito das tempestades que tem assolado o nosso país, uma das mais miseraveis.

Vallada é (ou, antes, *foi*, porque grande parte das suas habitações jazem por terra) uma

povoação exclusivamente agricola. Os seus campos fertilissimos são inferiores ao nivel das aguas medias do Tejo, de que as defendia o grande dique da Tapada. Como V. Ex.ª não ignora, as ultimas cheias romperam aquelle obstaculo, e as aguas inundam a planicie. Sem que as bréchas se reparem, as sementeiras não são arriscadas, são impossiveis. A miseria presente, supportada no meio dos rigores do inverno, tornam-na duas vezes mais dolorosa os temores do futuro. Aquelle chão encharcado só dará dous productos no estio: a doença e a fome.

Outros centros agricolas devastados pedirão ao Governo soccorros directos de outra ordem. Os habitantes de Vallada sollicitam a possibilidade do trabalho. Mediante ella e pelos proprios esforços, buscarão evitar o aggravamento dos seus males. Pedem a reparação immediata do dique, de modo que se torne exequivel a cultura neste anno. Aquella reparação ha-de fazer-se a expensas publicas, mais tarde ou mais cedo. A despesa é inevitavel. Reduz-se tudo a uma questão de data. Mas esta data pode significar ou a ruina completa de uma população laboriosa, ou, se não a sua prompta rehabilitação economica, ao menos a esperança de ainda vir a alcançá-la.

Não conheço ninguem em Vallada; mas, segundo parece, conhecem-me alli. Os principaes proprietarios e lavradores do logar escreveram-me para que lhes redigisse uma representação ao Governo. Aquella boa gente ainda acredita nos milagres do raciocinio e da palavra. Isso foi bom tempo. Equivale a crer nos da Senhora de Lourdes. Mandei-lhes dizer que, em vez de perpetrar estylo e milagres, faria cousa que reputava mais efficaz. Consistia em escrever a um antigo amigo, que accidentalmente era ministro, e rogar-lhe com todas as veras d'alma que fosse advogado delles. Dizendo isto, tinha em mente a V. Ex.ª e a Antonio de Serpa. Mas, pela lei de analogia, o botanico e agronomo deve tomar nesta questão o passo ao mathematico. E' por isso que, em negocio, até certo ponto publico, em que o coração ha-de ajudar o cerebro a resolver, vou pôr á prova a amizade de V. Ex.ª.

O que supplico com toda a efficacia de profunda commiseração, é o mesmo que S. Paulo recommendava a Thimoteo: *insta opportune, importune: arque, observa increpa in omnipotientia et doctrina.* Mas peço a V. Ex.ª que, se estiver casualmente com o nosso prelado diocesano, lhe não conte como nesta carta o induzi a realisar um programma de S. Paulo

nas suas sollicitações a favor dos infelizes de Vallada. S. Paulo não passa por uma das melhores firmas na recente igreja catholica.

Sou, como sabe,

De V. Ex.ª

Am.º velho e obrig.mo

A Rebello da Silva

'Am.°

Renovaram-se as minhas sezões. Tive uma na 2.ª f.ª em casa do Ramalho que me obrigou a ficar lá: vim muito incommodado para a Ajuda e só hontem comecei a achar-me melhor.

Desejo saber o que se passou na 5.ª f.ª, na sessão da classe, sobre o meu officio, e principalmente se mandaram distribuir pela imprensa a *Conta*. O Serpa prometteu-me escreverver a surra ao Governo no *Jornal do Commercio* e eu disse-lhe que só deveria sahir na proxima 3.ª f.ª porque a distribuição do folheto pelos jornaes só poderia ter logar hoje ou 2.ª f.ª. Quero tambem prevenir as cousas para o *Português* e *Nação*, e para os jornaes de provincia; estou, porém, com as mãos ata-

das emquanto não souber se se mandaram distribuir os ex.es da *Conta*.

O Serpa pediu-me para ser o *leader* da interpellação ao Governo na Camara. A esta offerta tão amigavel e tão espontanea da parte delle, e que nunca hei-de esquecer, não respondi positivamente, porque não o devia fazer sem falarmos: o meu am.°, como mais velho, e intimo, e como membro da Academia e da Commissão d'Inquerito, tinha a preferencia, e ainda o Thomaz por estas duas ultimas circumstancias. Entretanto, examine se haverá mais conveniencia em que seja o Serpa que dispare o primeiro tiro: naturalmente elle ha-de referir-se aos dous membros da Commissão d'Inquerito, os quaes se verão por isso *obrigados* a falar. Conto ter na Camara mais dez ou doze amigos, que tambem não hão-de ficar calados.

Am.°

Sabbado.

Am.ª

Lembrou-me esta noite que era preciso tomar umas poucas de providencias hoje, antes de fixar o dia da abertura dos caixões. Pode encarregar disso tudo, ou quasi tudo, o Moreira e a gente da Academia.

A 1.ª questão é falar com o administrador do Bairro, levando o officio assignado pelo Pimentel, com a data em branco do dia em que se ha-de fazer a abertura, porque pode elle ou o seu escrivão estar impedido na 2.ª f.ª e ser necessario escolher outro dia.

Fixado este ponto, é necessario officiar ao Macedo para assistir, por si ou por quem o represente, á abertura.

É necessario ter um marceneiro ou carpinteiro como perito para assistir á abertura e declarar ha quanto tempo parece estarem pregados os caixões. Depois é que se podem avisar os outros membros da commissão, informando-os do dia e hora que se tiver ajustado com

o administrador do bairro, de modo que o negocio saia a ponto.

Peço-lhe que olhe por isto: se não dirigir o negocio não se faz nada, não por falta de boa vontade, mas pela preguiça ingenita da nossa terra.

Eu, na 3.ª f.ª, tenho de ir para Calhariz (1) e não sei se falaremos antes. Feita a abertura, é necessario convocar logo a classe extraordinariamente e pedir em particular ao Roma, Levi, M.el Bernardes e M. Leal que não faltem. Com elles e o meu am.º e Marreca e Felner e mais algum que appareça haverá numero de sobejo para conceder que a carta do Canaes se ajuncte ao Inquerito, com as observações opportunas, e para *resolver* que o Marreca dirija ao Governo não só o relatorio do estado dos Monumentos (que eu já redigi), como tambem o dos factos que não permittem que a Classe continue aquelle trabalho, relatorio que, querendo, o Marreca igualmente redigiria.

Emfim, cá lhe deixo este negocio encom-

---

(1) Calhariz era uma propriedade do duque de Palmella que, de 1854 a 1863, A. Herculano trouxe de renda com Luiz Teixeira Homem de Brederode e Joaquim Filippe de Sousa.

mendado. É necessario que isto acabe ; porque quero ou estar prompto para me livrar de mais massadas, ou dar as providencias para se tractar da impressão de um terceiro fasciculo de monumentos, visto estar quasi concluido o que se acha entre mãos.

Am.°

Ajuda, sexta-feira.

Am.°

Não sei se o Levi foi na 5.ª f.ª ou se o Macedo foi intimado judicialmente e se o Governador Civil deu parte disso. É natural que o meu am.° tenha officiado áquelle excellentissimo senhor. A opinião do Abel e do Levi é que a commissão não cure nem do G.or Civil nem do seu delegado, porque essa cousa da citação é evidentemente uma moratoria : que o verdadeiro é chamar o juiz eleito da freguezia e proceder perante elle á abertura dos outros caixões, lavrando elle com o seu escrivão auto dos livros que se acharem pertencentes á Academia. Assim ficará inutilisada a esperteza do G.or Civil.

Na opinião do Abel bastavam não tres dias, mas tres horas para a citação, se houvesse tenção de a fazer.

Por lá passarei na 2.ª f.ª a saber o que ha de novo.

Am.°

Sabbado.

Am.°

Mando-lhe os apontamentos sufficientes para o projecto ou proposta de lei sobre a Torre do Tombo. Lá os desenvolverá em artigos. Se eu entendo daquillo aguma cousa, fica bem assim, e é uma verdadeira reforma. Alem de se pouparem os 400$000 rs. que se augmentaram em 1855 (averigue se foi neste anno), ha ainda uma economia de 100$000 rs. e haverá catalogos bem feitos (porque até os antigos precisam reformados), e ensino de diplomatica regular. Lei e relatorio lá os exornará como o meu am.° sabe fazer, e com o *ore rotundo* parlamentar, official e legislativo.

Am.°

Sabbado, 18.

Todos os esclarecimentos de que precisar para a discussão peça-m'os, que eu lhos darei.

1.° — Supprimido o logar de Guarda-mór.

2.° — O official maior, chefe do archivo, com

a denominação de Conservador ou Director Geral.

3.º — Dividido o pessoal em 2 secções: 1.ª de expediente, 2.ª de organisação e catalogação do archivo, com o titulo de secção diplomatica.

4.º — O chefe da 1.ª secção será o actual ajudante do official maior. O chefe da 2.ª (logar novo) provido por concurso.

5.º — Emquanto viver o actual Lente de Diplomatica, ou não fôr jubilado, o chefe da 2.ª secção servirá de substituto com o respectivo vencimento de 100$000 rs. Pelo fallecimento ou jubilação do actual lente, será lente o chefe da 2.ª secção e substituto o official da d.ª secção.

6.º — O governo fará um regulamento novo sobre o serviço do archivo accommodado á nova organisação.

Os motivos da proposta devem ser a inutilidade do G.da mór e a necessidade de constituir uma secção especial diplomatica, que tracte da organisação do archivo, onde se tem augmentado p.s mais do dobro os documentos desde 1834, augmentando ainda diariamente, e onde o expediente absorve todo o serviço, de modo que as novas acquisições estão desordenadas em gr.de p.te e sem catalogos, achando-se até ainda incompletos os catalogos do archivo an-

tigo, servindo para as buscas os bilhetes tirados para a formação desses catalogos. Não é menos necessario organisar o ensino da diplomatica, impondo o Governo no regulamento ao substituto e futuro lente, chefe da 1.° secção, a obrigação de a ordenar em compendio regular, que abranja todas as materias daquella disciplina, o que hoje não ha.

QUADRO ACTUAL

Guarda-mór	800$
Official maior	500$
Ajud.te do d.°	400$
4 officiaes a 300$	1.200$
4 amanuenses a 200$	800$
Port.ro	160$
2 continuos a 160$	320$
Varredor	60$

Ha, alem disto:

Vencimento do lente de diplomatica, actualmente o official maior	200$
Impressão de catalogos	300$
	4:740$
Votado em 1855, para melhoramentos do Archivo e que o Rodrigo deu a um empregado extraordinario ou dous sem as habilitações da lei	400$
	5:140$

QUADRO FUTURO

Official maior.	600$000
2 chefes de secção	800$000
3 officiaes da 1.ª secção	900$000
1 d.º da 2.ª	300$000
4 amanuenses da 1.ª secção.	800$000
2 ditos da 2.ª	400$000
Port.ro	160$000
2 continuos	320$000
Varredor	60$000
	4:340$000
Vencimento do lente de diplomatica. .	200$000
Vencimento do substituto	100$000
	4:640$000

'Am.°

Não precisava de me consultar para fazer o que entende, visto haver sobras. É melhor empregá-las em augmentar o trabalho do que a boa administração da Academia achar algum pretexto p.ª sisá-las. Como ignoro inteiramente o estado do cofre, visto que nada tenho com a administração delle, digo-lhe só que os *Monumenta* apenas precisarão este anno dos meios para os vencimentos ordinarios e para a composição de um fasciculo, que deve começar p.ª julho, o qual ha-de levar uma gravura de fac-simile, que anda (gravador e tiragem) por 150$000 rs. Fora disto (não esquecendo o papel), não é preciso mais nada.

Lembro-lhe que seria bom ir fazendo um peculio para a compra ao menos de um prélo exclusivo para nós. Podem os academicos dar em pantana com a typographia, e nós acharmo-nos descalços. Parece-me convenientissimo termos nós todo o nosso material exclusivo, de

modo que em qualquer eventualidade possamos manter-nos por nós mesmos. Digo isto mais no seu interesse do que no meu, porque não tardarei muitos annos a aposentar-me.

Am.°

3.ª f.ª 30.

P. S. — Não se esqueça da Memoria do Dr. Silva, nem do requerimento do Sequeira.

'Am.°

Hontem até ás duas horas não tinha ido á Academia nenhum aviso sobre a intimação, e consta-me que o homem esteve no Archivo com todos os signaes de tranquillidade. Eu encontrei-o a Santos, das 11 para a meia noite, e cheirou-me que vinha de casa do Rodrigo ou do Paço. Quererá o piegas do Governador Civil cassoar com a Commissão? Veja lá isso e arrume-lhe como costuma.

'Am.°

Am.º

Peço o favor de me mandar os *Annuaires Historiques* de 1844, 45, 46 e o de 1850 e 1851.

Se houver alguns regulamentos, ou providencias legislativas relativos á instrucção primaria, posteriores á lei de 29 de 9.bro de 1844, que eu tenho, peço tambem o favor de m'as emprestar.

Am.º e C.

4.ª f.ª Dezembro, 1.

Am.ᵉ

Eis aqui o extracto de umas tolices que o homem dos miolos assoados em varias defluxeiras, que padeceu, disse na Camara dos pares, a proposito, ou, antes, a desproposito dos dous volumes, publicados pela Academia, do Quadro Elementar. É natural que o meu am.º dê naquella alimaria um exemplo estrondoso, que sirva para os outros excellentissimos burros daquella veneranda cavallariça não se habituarem a dar pinotes nos homens de lettras, e é tanto mais natural que se offereça a S. Ex.ª o digno par uns aziares novos, quanto é evidente que o bruto tinha os olhos e as orelhas fitos no meu am.º quando espeidorrou pelas ventas do *senhor presidente* e dos collegas aquellas ventosidades que livraram a pobre alimaria de morrer de uma tympanite. Eu estou velho, gasto de espirito, e desconfio de que já começo a assoar parte da massa encephalica para entrar algum dia na pleiade gloriosa e rutilante

dos Jerviz ; mas peço que, se a sova não fôr verbal na camara dos deputados, e sim escripta na *Politica Liberal* ou alhures, deixe uma certa margem aos quartos em que a escrever, e não a imprima sem eu a ver ; porque lhe podem escapar alguns itenes que lhe quero lembrar, inuteis para curar a vacuidade da caixa ossea da cabeça do illustre magnate, mas uteis para insinuar suavemente aos dignos pares do reino quanto convem á sua importantissima saude estarem quietos com os pés.

No sabbado vou a Val-de-Lobos a ver se o campo me restitue o antigo vigor. Antes disso, porém, passarei por ahi, ou na 5.ª feira á noite ou na 6.ª.

Am.º

3.ª feira.

Meu verdadeiro am.°

Recebi hontem cartas do Porto com importantes noticias. Os farricôcos protectores do Macedo e os ministros vão levar uma boa licção. A representação do Porto contra a perseguição que em mim se faz ás lettras, e de que falaram os jornaes dalli, toma uma dimensão *séria*, e dilata-se para fora do Porto. Não só assignaram todos os homens de lettras e jornalistas de todas as côres, incluindo miguelistas e regeneradores, mas tambem os lentes de todos os estabelecimentos litterarios, incluindo os do seminario episcopal. Estão-se agora recolhendo as dos advogados, bachareis, juizes, e contam até com as auctoridades! Em Braga devia começar no dia 8 a assignatura de outra egual representação, bem como em Vianna. Em Coimbra está-se redigindo outra para ser assignada pelos lentes e estudantes. Mostrei ao Ferrer a carta em que se me dizia isto, e elle vai dar ao negocio todo o impulso

da sua influencia. Verá a trovoada. Isto tudo é secretissimo; porque os traficantes dos ministros e seus alliados podem, não contraminar, porque as representações são espontaneas, e sei que tenho nas provincias milhares de affeiçoados, mas tirarem algumas assignaturas ou fazerem alguma intriga. Previno-o, porém, para que possa, se o entender conveniente, fazer barulho antes de chegarem as representações, não o communicando áquelles que neste negocio se tem mostrado ou frouxos ou indifferentes, e que se o souberem hão-de querer ser todos Ferrabrazes. O meu am.° tem sido o unico entre os homens de lettras daqui, que tem sabido sê-lo nesta questão, e ao mesmo tempo, amigo sincero. As representações do norte do Reino hão-de ser uma vergonha para os escriptores de Lisboa, desta grande cloaca de covardias e corrupção.

Hontem já dei uma licção ao tratante do José Passos. Espero que perdesse por uma vez a vontade de se divertir commigo.

Am.°

Ajuda, 12 maio.

Am.°

Veja se sabe do Girão se entregou ao Ministro do Reino a representação do Porto, e do Gouveia Osorio se apresentou a de Coimbra. Nesta não deixaram assignar, quanto a estudantes, senão os terceiranistas ou dahi para cima. Entendo que fizeram bem. Ellas ganham força com esta selecção, em vez de a perderem.

Mando-lhe o *Clamor P.* de 12, para ver o que ahi se diz. Combine com o José Osorio e com o Seixas o que se deve fazer para as representações terem echo na Camara. Talvez uma pergunta sobre as delongas do Procurador da Corôa depois da declaração do Ministro, invocando o que diz o *Clamor*, para provar a inquietação dos homens de lettras sobre este assumpto, podendo então o Girão e o José Osorio declararem que já entregaram as representações, e que os avisam de que virão mais em conformidade do que diz o *Clamor*. Já agora leve esta cruz até o Calvario. Postoque fosse o

José Osorio quem provocasse a declaração do marquez, o meu am.° tem direito a perguntar este negocio, não só como deputado, mas porque a sua honra está nelle compromettida como membro das duas commissões d'inquerito, que o Macedo já declarou calumniadoras pela imprensa. Em summa farão nisto o que entenderem. O que será perder tudo é deixar de tornar esta questão á camara antes de se fechar a sessão deste anno. O meu am.° bem sabe que não se deve deixar adormecer pelas promessas dos ministros que o que querem é isso.

Am.°

P. S. — Vai a nota sobre o negocio de Setubal, que serve para o facto, mas nada para o direito.

Am.°

Consta-me que ainda não appareceu na imprensa a Declaração dos Deputados sobre o negocio dos monumentos. Como o meu am.° se incumbiu de a fazer apparecer nos jornaes, peço-lhe que active esta publicação. Eu desejo que estejam publicos todos os documentos que fôr possivel, dos que podem justificar plenamente o meu ulterior procedimento neste vergonhoso negocio. Não teria tambem meio para fazer dar uma zargunchada na imprensa ao procurador da corôa? Ha 4 para 5 mezes que está estudando um negocio clarissimo. Pode isto ser de boa-fé? Não terá instruções secretas do governo para demorar o parecer? Se puder fazer com que se diga alguma cousa neste sentido, seria optimo para obrigar o homem, que está pouco costumado ás tósas na imprensa, a explicar-se, tirando assim o ultimo pretexto com que se escuda a má fé do governo.

Am.°

A José Machado de Abreu

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Não ignora V. Ex.ª que, no estado actual das sciencias historicas, não é licito aos historiadores limitarem-se á narrativa dos successos politicos, no meio dos quaes os povos se constituiram, desenvolveram e progrediram no caminho indefinito da civilisação. Cumpre-lhes collocar ao lado dos phenomenos da vida externa das nações os que formam a sua vida interna, a sua autonomia. São duas ordens de factos que mutuamente se explicam, e sem cuja approximação a philosophia historica seria impossivel. Tendo commettido, por um amor das cousas patrias muito superior ás poucas forças que em mim sentia para tamanho assumpto, escrever a historia do nosso país, vim a achar-me, pelo decurso do meu trabalho, numa situação difficultosa. Estavam, de um lado, as doutrinas da sciencia, que me constrangiam a desenhar o quadro das

instituições de Portugal no periodo em que esta sociedade se constituia : estava, de outro lado, a minha incompetencia para o fazer. Não sendo jurisconsulto ; não havendo recebido, no seio da Faculdade de Direito dessa Universidade, os elementos que podiam habilitar-me para deduzir de monumentos, ás vezes quasi inintelligiveis, sempre obscuros, e pela maior parte nunca estudados, o direito publico e civil daquellas eras semibarbaras, fallecer-me-ia o esforço para proseguir na empresa, se não viesse animar-me a esperança da indulgencia daquelles a quem especialmente pertence aclarar nessa parte as trevas do passado. Consolava-me tambem a idéa de que, se as minhas apreciações dos factos sociaes que nos subministram os monumentos dos seculos XII e XIII podiam ser mais de uma vez inexactas, a exposição desses factos, feita com a sinceridade e escrupulo de que me parece ter dado algumas provas, devia sem duvida ser util aos homens professos em taes materias, para dos mesmos factos tirarem inducções mais luminosas sobre a indole e caracteres das instituições primordiaes do país. Foi por isso que no VII livro da *Historia de Portugal,* e ainda mais no VIII, publicado agora, procurei estribar, nos textos, fielmente interpre-

tados e transcriptos, as minhas affirmativas. Assim, ao lado de muitos erros que ahi haverá, ficarão os meios para outros mais habeis acertarem. Este systhema que adoptei com desvantagem, para o effeito puramente litterario da obra, tenciono segui-lo no immediato volume, dedicado ainda á organisação social do reino nos seculos XII e XIII.

Mas, para que o resultado de um preceito da sciencia se não reputasse um ensino de vaidade, importava que eu proprio fizesse perante quem a devia fazer, a confissão solemne, digamos assim, da illegitimidade dos meus titulos para tractar materias de profissão alheia. É por esta razão que tomo a liberdade de dirigir esta carta a V. Ex.ª, como prelado da Universidade, e de pôr nas suas mãos dous exemplares do IV volume da *Historia de Portugal,* um dos quaes eu desejaria submetter á censura da Faculdade de Direito, unicamente como testemunho de que reconheço que a ella em particular compete fixar as doutrinas historicas em relação ao antigo direito publico e privado de Portugal.

Sou, com a maior consideração,

de V. Ex.ª

Venerador e criado

Lisboa, 23 de março de 1853.

A A. C. Teixeira de Aragão

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Val-de-Lobos, dezembro de 1875.

Não agradeci desde logo a V. Ex.ª o primeiro volume da *Descripção historica das moedas portuguesas*, que teve a bondade de me offerecer, porque desejava examiná-lo, senão profundamente, ao menos detidamente, antes de dizer o que penso sobre elle, como V. Ex.ª me pede. Entre os subsidios historicos, a numaria e a numismatica offerecem aos estudiosos tantas ou talvez mais difficuldades do que a epigraphia. A importancia daquellas não é menor que a desta, não só pelo que respeita á historia, ainda tão cheia de lacunas, das civilisações antigas, como tambem em relação ás origens e infancia das nações modernas, para cuja indagação não nos sobejam os monumen-

tos narrativos, diplomaticos e legislativos. Sem o auxilio da numaria, as condições economicas, ao mesmo tempo complexas e rudimentares, dessas sociedades em via de formação, mal se podem compreender e ainda mais difficilmente expôr.

É preciso confessar que entre nós este genero de estudos, como quasi todos os outros subsidiarios da historia, tem sido assás imperfeitos. Não peccam só pelo incompleto; peccam tambem pelo desconnexo, pela falta de provas e pela superficialidade. Evitando com escrupulo estes defeitos capitaes, V. Ex.ª collocou-se a larga distancia dos que o precederam, distancia que separa o collector inflexivo do critico sagaz, que analysa e synthetisa, que não se contenta com accumular indistinctos elementos, mas que os classifica e qualifica para que se tornem de facil assimilação.

Pelo que toca ao estudo das moedas da idade media, epocha ácerca da qual é possivel que se me attribua alguma competencia, ter-me-ia poupado não pequeno trabalho o seu livro se já existisse quando eu estudava a historia dos dous primeiros seculos da monarchia, e elle será para mim um poderoso auxiliar, se ainda as circumstancias me permittirem delinear a parte mais desconhecida e mais interessante

da vida social daquelles tempos e o complicado mechanismo do nosso primitivo systhema de administração e de tributos e renda publica, cuja connexão com as variações da moeda é tão constante e tão intima.

Se eu dissesse que não encontrava um ou outro defeito de insufficiencia no custoso edificio, de cujo desenho e execução V. Ex.ª pode gloriar-se, seria menos sincero. As máculas são condição impreterível das obras humanas. Na minha opinião, o livro de V. Ex.ª facilitaria muito mais o estudo comparativo da economia politica na idade media, se um trabalho que creio facil para V. Ex.ª não se tivesse ahi omittido, o qual, todavia, pode dar assumpto a um appendice, ou ser opportunamente intercalado no texto de uma futura edição. Desejara eu que á descripção de cada moeda antiga de ouro ou prata de que existisse exemplares que podessem pesar-se e aquilatar-se, se ajunctasse a especificação do seu valor em relação á moeda actual, suppondo que tinha curso e que a sua braçagem e senhoriagem eram as mesmas da moeda moderna. Fazia-se assim com mais promptidão e clareza, á vista de outro genero de monumentos, uma idéa adequada da abundancia ou raridade das cousas em commercio naquelles tempos obscuros, fa-

cilitando-se por esse modo a apreciação do estado da sua civilisação material.

Notei tambem leves equivocos, que não escaparão á perspicacia de V. Ex.ª e que decerto serão ulteriormente corrigidos. Não me lembra quem disse que a primeia edição de um livro não passava de uma copia em limpo. V. Ex.ª por exemplo, attribue a amoedação dos *quadrati* mouriscos aos almohades nos fins do seculo XI. É obvio que, ou elles se cunharam sob o dominio dos almoravides, ou só appareceram no seculo XII.

Direi, em breves palavras, o que sinto. V. Ex.ª fez um livro serio. São estes livros que grangeiam para Portugal um logar modesto, como cabe a uma nação pequena, mas sempre honroso, no gremio das nações que pelos trabalhos da intelligencia estão á frente da civilisação.

Disponha V. Ex.ª da sincera vontade de quem é

De V. Ex.ª
V.dor e servo obrig.do

A F. Gomes de Amorim

Amigo e Snr.

Por muitos annos da minha vida tive o systhema de destruir todas as cartas que recebia e que não tinham utilidade para algum negocio da vida ordinaria. Este systhema era uma cautela contra alguma tentação de covardia, contra os impetos irreflexivos e brutos da irritação vingativa. Hoje, que me vou fazendo velho e ruim, já guardo algumas cartas. Do Garrett conservava apenas aquella de que me fala e que lhe remetto e outra que ainda não pude achar, escripta quando, no meio de um grande desgosto, quis vir estar commigo uns dous ou tres meses, resolvido, dizia elle, a retirar-se do mundo e a acolher-se á vida rustica. Pobre Garrett, para cuja indole isso era impossivel! Estas duas cartas conservava-as como monu-

mentos de estylo, daquelle estylo elegante e aristocratico em que na historia litteraria do nosso país não tem, nem terá talvez nunca, emulo o grande poeta. Se achar a outra carta, irá.

De V. S.ª
Am.º e C.

Ajuda, 1 de novembro, 66.

Amigo e Snr.

Queria ver se achava a carta de Garrett que precedeu a sua vinda para minha casa, porque desejava mandar-lh'a. Outras occupações mais instantes obstaram á busca pontual que pretendia fazer. Fi-la, emfim, e quasi estou desenganado de que já não está em meu poder. Como isso foi, não sei.

Essa carta foi resultado de um vivo desgosto com . . . . . (1). O homem fazia dó. Bem sabe que o Garrett morreu (em certas relações) com os mesmos vinte e cinco annos que tinha trinta annos antes. Queria vir preparar-se aqui para a solidão; queria ir viver no campo, dizer *vale* a Lisboa; mas sobretudo desabafar commigo. Veio. Fui tão asno que andei com elle a pro-

(1) Referencia aos arrufos de Garrett com certa viscondessa muito conhecida na sociedade elegante d'esse tempo.

curar uma vivenda rustica. E o desabafo? Nunca me disse uma palavra sobre as causas daquelle excesso. Começou a sair á tarde e a vir alta noite, a ficar em Lisboa e a reapparecer inesperadamente ; depois, a obrigar-me a ir com elle passear, o que me incommodava soberanamente, porque eu trabalhava então muito (prova real de que era um chapado asno, como acima disse). Nos nossos passeios (por via de regra sobre a estrada de Pedrouços) tinhamos sempre a fortuna de encontrarmos. . . . . (1). O carrinho parava, o nosso eremita em projecto punha o pé no estribo do carro, e eu fartava-me de passear sósinho, até que o meu Sancto Antão futuro acabasse o colloquio. No fim de tres ou quatro meses, voltou para Lisboa sem me dizer nunca nem porque tinha vindo nem porque se ia.

A carta, se apparecesse, tinha este rabo-leva

---

(1) Outra vês Amorim suprime o nome da titular. Mais tarde Garrett, como se vê da carta, desistiu do eremiterio, por se ter reconciliado com ella.

Nas *Memorias Biographicas de Garrett*, Amorim fala com espirito das fingidas furias de Herculano, obrigado a servir de *pau-de-cabelleira* a Garrett. (Pag. 256).

historico. Já vê que provavelmente teria de omitti-la, porque não poderia explicá-la...

Entretanto, se ainda por casualidade apparecer, lá lh'a mando; porque, tendo a chave do negocio, não pode deixar de se rir... de uma afflicção assim!

Am.° do C.

Janeiro, 23-67.

A Manuel Joaquim Fernandes Thomaz

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Entre os dous concorrentes que se propõe a um logar vago de amanuense da Torre do Tombo, um tem melhores titulos que o outro. É este Roberto Augusto da Costa Campos, com frequencia de alguns annos da Aula de Diplomatica e exercicio de alguns annos tambem na secretaria do Archivo, alem da sua carta de Perito Paleographo, ao passo que o seu contendor não tem senão as habilitações restrictamente legaes para poder entrar em concurso ; mas tem, ou gaba-se de ter, grandes protecções na Universidade. Postoque os despachos que eu conheço, devidos a propostas do conselho superior, sejam geralmente justos, estamos em tempos taes que se receia que

os empenhos suppram e sobrelevem a desigualdade do direito.

Para obstar a isto, pedem-me que escreva a alguem em Coimbra. Podia fazê-lo a outros membros dessa corporação e do proprio conselho, a quem devo mais de uma prova de benevolencia e de sympathia. Mas, na hypothese dada, entendi que a ninguem me dirigiria melhor, tractando-se de amparar a justiça, do que a V. Ex.ª. Faço-o, pois, rogando examine os documentos dos concorrentes e pugne pela proposta do que tiver melhor direito, se é que é licito sem pleonasmo rogar isto a V. Ex.ª.

Sou de V. Ex.ª
V.or e C. Obg.do

Lisboa, 17 de outubro de 1857.

A Soares de Passos

Ill.^mo Snr.

Teve V. S.ª a bondade de me offerecer um exemplar das suas Poesias. O alto conceito em que tinha a V. S.ª pelo pouco que dellas vira em publicações periodicas, moveu-me a lê-las immediatamente, e esse conceito subiu de ponto correndo este volume.

Na minha opinião, V. S.ª está destinado a ser o primeiro poeta lyrico português deste seculo (1). Ha nos seus poemas lampejos de genio, que o simples talento não pode produzir.

Sou o homem menos cumprimentadeiro de Portugal, e por isso creia V. S.ª que posso

---

(1) Soares de Passos nascera no Porto em 27 de novembro de 1826.

estar em erro, mas que sou sincero. O cunho de talento e de grande talento acho-o eu em muitas poesias das que de continuo se imprimem ha quinze annos ; mas se alguem tem de hombrear com o grande poeta que ha pouco perdemos (1), é V. S.ª e outro (2), cujo nome calo, porque ainda é mal conhecido. Receio muito que o futuro julgue com demasiada severidade os poetas d'hoje, e não vejo na eschola que predomina senão um gongorismo francês, correspondendo, no seculo XIX, ao gongorismo italiano do seculo XVII.

Numa ou noutra composição cedeu V. S.ª á torrente ; mas luctou as mais das vezes contra ella e venceu-a. O seu *Camões* é uma cousa admiravel, e com leves retoques eu não hesitaria em pô-lo a par do *Cinque Maggio* de Manzoni. Neste seculo parece-me que ainda não se escreveu nada em português que iguale aquella sua composição.

---

(1) Segundo a opinião de um escriptor que em tempos tornou publica esta carta, o poeta a quem Herculano se referia como tendo morrido recentemente, seria Almeida Garrett (fallecido em 9 de dezembro de 1854).

(2) Aquelle cujo nome calava seria Bulhão Pato, a quem, nesse mesmo anno, o historiador escrevera uma carta que serviu de prologo á *Paquita*.

O seu Firmamento recorda-me o grande Klopstock. Os pensamentos e as imagens do seu livro são, em regra, forte e precisamente concebidos e nitida e claramente expressos. Isto é pouquissimo frequente.

Fui poeta só até os vinte e cinco annos, se é que o fui, e por isso a minha auctoridade é fraca em taes materias; mas assim mesmo receba V. S.ª os parabens de quem é

De V. S.ª

Ajuda, 5 de agosto de 1856.

Ao Duque de Palmella

Ex.^mo A.^mo e Snr.

Não creio ter-lhe dado motivo para suppôr em mim quebra da nossa boa, singela e velha amizade ; digo isto porque sinto nas palavras da sua carta o que quer que seja que denuncia suspeitas a tal respeito. Como, depois de D. Pedro V, é o rapaz que eu conheço que mais cedo começou a ser reflectido, peço-lhe que pense quanta circumspecção eu devo ter hoje nas manifestações da nossa amizade para bem da sua paz domestica, e quem sabe se até para o meu socego.

A questão das armas parece-me simples.

Os brazões são uma formula material de exprimir a existencia de uma qualificação nobiliaria : esta qualificação é uma graça do soberano, restricta ao individuo a quem foi feita e

com as condições que o soberano lhe impoz : o agraciado não pode accrescentá-la, nem diminui-la, nem transmitti-la. Se ella, por vontade do soberano, passa por successão de pais a filhos, passa conforme as regras geraes que regem esse facto. Na successão dos titulos, ainda de juro e herdade, o nosso direito publico sempre entendeu que cada herdeiro de um titulo, succedendo ao fallecido, recebia uma nova mercê tacita. Era daqui que derivava a necessidade da confirmação por successão, e a successão foi sempre e é hoje exclusivamente individual.

Seguindo estes principios, a Snr.ª Duqueza é hoje Duqueza de Palmella, e, supponho eu, Condessa da Povoa : Duqueza porque, como tambem supponho, a graça inicial feita a seu avô paterno involve essa consequencia, e Condessa da Povoa porque o titulo concedido a seu avô materno (por hypothese, visto que não conheço os documentos relativos ao assumpto) foi em vidas ou de juro e herdade, e ella hoje representa seu avô, segundo as regras applicaveis ao caso.

As regras, porém, de direito civil que tornam communs entre marido e mulher os bens, quando casam por carta de metade, não alcançam nem regem esta materia. Isso repugnaria

á natureza de pura graça que tem os titulos ; invadiria o direito do soberano : porque daria a essa graça uma extensão, uma reproducção, digamos assim, que não derivaria da sua vontade.

Se o meu am.º tivesse casado com a Snr ª Duqueza sem que El-Rei lhe désse o titulo de Duque de Palmella, era marido da Duqueza de Palmella, Condessa da Povoa, para todos os effeitos civis, mas, no ponto de vista nobiliario, não passava de filho segundo do Visconde da Lançada.

Neste ponto de vista, o que tem Antonio de Sampaio? O que El-Rei lhe deu : nem mais, nem menos : o titulo e qualidade de Duque de Palmella, que elle tinha plenissimo direito de lhe dar, ainda que houvesse trinta, quanto mais um.

Ora sendo os brazões, como a principio disse, uma formula material de manifestação da qualidade nobiliaria, ou, por outra, uma expressão symbolica, que diz aos que põe nella os olhos : *Fulano tem tal titulo ou qualificação,* é obvio que, se ajunctasse ás armas de Palmella, que dizem *Antonio de Sampaio e Duque de Palmella,* as da Casa da Povoa, que diriam *e Conde da Povoa,* a expressão symbolica deixaria de exprimir a verdade.

Quanto levo dicto é para que faça, se me achar razão, uma cousa que reputo sensata. Quanto á legalidade civil, tão legal é, no meu entender, que use de um brazão, como de ambos, como de um novo, se quiser cahir na arara de dar de comer algumas moedas a F..., que Deus conserve na sua sancta guarda.

Aproveito esta occasião para remetter essa nota (sobre que precisamos de resposta breve) para a entregar aos seus propostos na administração da Casa. Este negocio da entrega de Calhariz devemos tractá-lo, não como villãos ruins; porque seria uma exaggeração; mas *seccamente,* como se tractam negocios destes entre pessoas estranhas. Concebe bem que é preciso que seja assim, por seu e por nosso *interesse moral.*

De V. Ex.ª
Am.º velho

3.ª feira, 5 de maio de 1863.

A Julio de Vilhena

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr.

Val-de Lobos (Santarem), 11 de novembro de 1873.

Tem V. Ex.ª a bondade de me dirigir um exemplar do 1.º fasciculo dos *Problemas do Direito moderno*. Occupações impreteriveis e instantes me impediram por algum tempo o lê-lo e agradecer a dadiva.

Soffra-me V. Ex.ª lamentar eu, como lamento, que os estudos juridicos o distraiam dos estudos historicos. O pouco que de V. Ex.ª tenho lido sobre assumptos desta especie revela, se na materia tenho algum voto, um grande talento historico. Vocações como a que creio descobrir nos seus escriptos são raras por toda a parte ; rarissimas áquem dos Pyrinéus.

Não é isto menoscabar os seus trabalhos juridicos ; é o amor que sempre fica pelo offi-

cio ao que delle foi official, ou, pelo menos, aprendiz. Ainda que eu tenha minhas razões para me inclinar mais para o celibato sacerdotal do que V. Ex.ª se inclina, e supponha acceitavel com certo temperamento a velha disciplina catholica, não deixo de reconhecer que V. Ex.ª fez um excellente trabalho, provando plenamente que, pelo nosso codigo, o clero não está inhibido de casar civilmente, embora tal acto importe, pelo menos, a abnegação do sacerdocio. Pena é que essa doutrina e as suas consequencias tenham de ficar na região das theorias, emquanto a Companhia de Jesus preponderar no nosso mundo official. Não vigorando por ora, em virtude do Art.º 4 da lei de 1 de julho de 1867, as disposições do codigo relativas ao casamento civil, parece-me, se é licito a um leigo interpôr a sua opinião nestas materias, que as doutrinas que derivem daquellas disposições, ou nellas se estribem, não podem constituir jurisprudencia de uso practico, até que o geral da Companhia permitta que a lei seja lei nesta terra, o que ha-de ser tarde.

Queira V. Ex.ª dispôr da inutilidade de quem é

Ven.[or] *e Cr.*[do]
De V. Ex.ª

A Carlos Lopes (Pedro Ivo)

Ill.^mo Snr.

Val-de-Lobos (Santarem), 14, novembro, 1873.

Teve V. S.ª a bondade de me remetter os numeros do *Commercio* do Porto, onde vem publicados varios contos singelamente escriptos por V. S.ª, pedindo-me o meu voto ácerca delles, voto que deseja conhecer antes de os publicar em volume separado.— Faz-me V. S.ª justiça contando com a minha probidade litteraria, com o habito que tenho de medir as palavras pela consciencia, e não pela conveniencia. A religião da sinceridade tem-me acarretado mais de um martyrio, e está na natureza humana aferrarmo-nos cada vez mais á religião de que fomos martyres. — No que me parece que V. S.ª se engana é na importancia que dá ao voto que me pede. Não tenho a

falsa modestia de me suppôr uma intelligencia vulgar, mas acredito que em Portugal ha outras que valem tanto ou mais do que a minha, e que se, porventura fiz, em tempo, mais algum ruido do que outros, foi que circumstancias accidentaes, e para que em grande parte não concorri, me favoreceram. Quantas vezes a consciencia me tem humilhado com essa consideração! — É, portanto, necessario que V. S.ª não dê á minha opinião mais valor do que ella tem. Pode ser errado o meu modo de ver litterario, e não seria a primeira vez que o fosse. — Os seus contos, no meio de tanta cousa que por ahi se escreve, fizeram-me singular impressão. Nessas narrativas singelas de cousas simples, das peripecias vulgares da vida humilde das existencias obscuras, surge, como o sol por entre nuvens sombrias, um grande escriptor. Digo-lhe o que sinto, embora o diga com o receio de contribuir com isso para as *negligencias na execução*, a que todos somos naturalmente propensos, logo que nos suppomos superiores ao commum dos que escrevem e imprimem. — Ha dous homens que já desappareceram da terra, cujo valor intellectual medi em toda a sua extensão, quando ainda, a bem dizer, ninguem os conhecia — Soares de Passos e Gonçalves Dias.

Disse-o, e a opinião publica e a posteridade, que infelizmente já existe para elles, vieram confirmar plenamente o meu dicto. Suspeito que o instincto litterario acaba de fazer-me terceira revelação, se não é antes uma illusão do meu espirito decadente. — É o que, nas menos palavras possiveis, a que me obrigam occupações instantes, lhe pode com sinceridade dizer quem é

De V. S.ª
Apreciador e C.

A A. C. de Sá Nogueira

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr.

Meu bom amigo. O país acaba de perder o português mais illustre do nosso seculo. A razão e a consciencia publicas deploram ruidosamente esta immensa perda; o coração do irmão que lhe foi o melhor e mais constante e leal amigo sei que a sente com a dôr calada de desinteressado affecto. Permitta-me V. Ex.ª que eu me aproxime sem ruido dessa dôr profunda, e busque associar-me a ella. V. Ex.ª sabe quanto devi em benevolência e, posso dizê-lo, em amizade ao Marquez de Sá. É isso que ha-de absolver-me de dirigir a V. Ex.ª, nesta hora de angustia, a expressão altamente sincera e sentida da minha saudade.

De V. Ex.ª
Velho amigo e obrig.^mo^ creado

A Mendes Leal

Ex.mo Amigo e Senhor

O portador é um rapaz de Trás-os-Montes, de quem poderá fazer conceito ouvindo-o. Elle lhe contará a sua historia. Estava á entrada do paço para falar a El-rei: prentenção ambiciosa de mais para a obscuridade desvalida, e que os cortezãos baixos para dentro, e altivos para fora, sabem reprimir. Viu-me e lembrou-se de falar commigo. A minha opinião foi que recorresse ao unico homem de poder que comprehende o que ha-de legitimo nas suas aspirações e doloroso na sua situação. Tal conselho impunha-me o dever desta carta. Elle e ella ahi vão. Lêa-a, e ouça-o.

De V. Ex.ª
Amigo e creado

A Pedro Correia

Ill.mo Snr.

Acabo de receber o valioso presente que V. S.ª teve a bondade de me fazer, remettendo-me os seis volumes da *Historia de Portugal* redigida segundo o plano de Ferdinand Denis, por uma sociedade de Homens de Lettras. Apresso-me a agradecer tão distincto favor.

No fugitivo e rapido exame que por emquanto fiz deste longo trabalho, não tenho fundamento bastante para aquilatar com justiça o merito do livro; tenho-o ainda menos porque cada vez me vou tornando mais incompetente juiz em taes assumptos. Os meses e annos que vão passando, vão-me tambem alongando sempre destes estudos, outr'ora queridos, que barbaramente me truncaram. Entretanto, se a opinião de um simples curioso,

como hoje me considero, tem algum valor, a impressão geral que me ficou da obra, nas passagens que examinei, foi sobradamente favoravel. Num trabalho desta ordem o mais que se pode exigir é que não seja inferior ás monographias que representam o resultado dos mais severos estudos sobre o assumpto. Esta regra parece-me que foi seguida com escrupulo. Deve crer-se que um homem de talento e da bem merecida reputação litteraria do sr. Pinheiro Chagas a seguiu sempre, e que, portanto, a nova *Historia de Portugal* é na realidade um bom livro. Agradecendo tambem as expressões de consideração, mais benevolas que justas, pelos meus antigos trabalhos litterarios, permitta-me V. S.ª que eu as reduza ao seu verdadeiro valor no segredo da minha consciencia, e que me assigne

*V.*or *C. obg.*mo
De V. S.ª

Val-de-Lobos, 28 de agosto de 1871.

A Adrião P. Forjaz de Sampaio

Ill.mo Snr.

Quisera eu ter expressões com que agradecer tantos obsequios que de V. S.ª tenho recebido: na falta delles supprem os bons desejos.

Já de antemão me confesso infinitamente obrigado pela dadiva dos exemplares das obras de V. S.ª, que mandarei receber em chegando o praso que na sua carta me aponta. O motivo que houve para a demora da remessa, que tem a bondade de me fazer, é de estimar.

A digressão de V. S.ª fará apparecer e conservará para a eternidade memorias do nosso velho Portugal, deste Portugal tão illustre, tão formoso, tão poetico, e que tão cahido e arrastado anda por mãos de homens sem virtude, sem saber e sem pudor.

Salve-me V. S.ª o passado, que o presente,

esse perdido vai; e oxalá que o abysmo não engula tambem o futuro.

Se eu podesse, ajuda-lo-ia melhor do que o faço; mas a fortuna não o quis. A independencia é que tem inspirações vigorosas e a razão livre; porém a independencia não me coube em sorte; quantas cousas escrevo eu, que não são tanto para a minha consciencia como para as vontades alheias!

Apesar de pêas de mais de uma sorte, lá irá para o mês de Agosto um brado bem alto, no *Panorama*, a favor dos nossos monumentos, que vandalos diariamente derrubam e consomem.

Não poupe V. S.ª estes destruidores; seja salvador e castigador. Peço isto em nome da gloria da Patria.

Agora, respondendo á pergunta que me faz ácerca de um novo jornal, direi francamente a minha opinião.

Um jornal publicado em Coimbra deve ser uma revista, não um jornal popular; destes já ha de mais; e mesquinho fôra que de uma Universidade sahisse uma cousa que, postoque excellente, não passasse de imitação do que tanta gente tem feito, mal ou bem.

Segue-se daqui que a economia da redacção do *Panorama* não teria grande applicação

a um jornal ou á revista de Coimbra. Direi, todavia, a V. S.ª o que ha na materia.

Eu obriguei-me, por um contracto, a ter sempre adeantados, no escriptorio da Sociedade Propagadora, 4 numeros do *Panorama*. Recebo por isto 40$000 réis mensaes, devendo dar em cada numero 2 ou 2 ½ paginas escriptas por mim. Outras pessoas escrevem para o jornal, e a Sociedade despende mais 320$000 réis annuaes para isso, pagando á razão de quartinho a pagina. Os artigos alheios veem todos á minha mão, e eu compagino os numeros. Eis aqui a economia da redacção.

Nasce daqui que o jornal tem muito e muito que nada vale; porque muitas vezes o trabalho é feito *sem amor;* mas nem em França, nem em Inglaterra se fazem de outro modo semelhantes publicações; nem de outro modo é possivel fazê-las.

Mas poder-se-ha redigir uma revista, sem lucros para os que nella escrevem? Se os nossos litteratos fossem mais ricos ou mais generosos, eu diria que sim. Mas na redacção de dous jornaes destes entrei *(Repositorio* e *Jornal dos Amigos das Lettras),* e ambos vi cair por não darem interesse, apesar dos esforços de alguem que, sendo pouco abastado, trabalhava gratuitamente para que elles fossem

ávante, e que não os desamparou senão quando os viu desenganados do medico.

Isto são factos; mas esteja V. S.ª certo que se V. S.ª tentar alguma cousa neste genero, e a minha pobre penna puder ser-lhe util, dar-lhe-hei com todo o gosto quanto me couber no possivel, e por ventura serei o ultimo a desamparar o campo.

Uma revista boa podia sustentar-se em Portugal; mas era preciso tomar para modelo della a *Revue des deux mondes,* ou outra assim, que ministrasse o solido á sombra do deleitoso.

A *Revista Estrangeira,* do Porto, ha-de cahir porque não seguiu este caminho. Do nosso povo é que se pode dizer com verdade:

Cosi all' egro fanciul porgiamo aspero; Di soave, etc.

Elle não beberá o remedio, se não lhe posermos o mel na borda do vaso. A par de um artigo de critica, de moral, de sciencia, deve ir um romance historico, uma scena dramatica, um poema.

A revista deve fazer em grande o que em pequeno fazem os jornaes populares; 20:000 pessoas leem em Inglaterra a *Revista de Edimburgo;* uma tal revista não seria lida em Portugal por 200.

Desejaria escrever hoje mais extensamente a V. S.ª sobre este objecto, em que desgraçadamente me sobeja a experiencia; mas não posso. Brevemente o farei, se V. S.ª assim o exigir, precavendo-o desde já que se não fie em promessas de artigos de collaboração. O prometter é facil e o cumprir difficil.

Sou de V. S.ª
Am.º e obrig.mo c.

Lisboa, 27 de julho.

P. S. — Desculpe-me V. S.ª o mal alinhavado desta carta, que foi escripta a bem dizer sobre o joelho.

Ill.mo Snr.

Ha bem quinze dias que recebi a sua estimadissima carta em que me dava miuda conta do projecto da revista: hoje respondo, porque só hoje o posso fazer.

Como V. S.ª me pede a minha franca opinião sobre o projecto que remette, dá-la-hei francamente.

Debaixo de dois pontos de vista (passe o gallicismo) se ha-de considerar qualquer empresa de um novo jornal desta especie: proveito commum litterario; proveito material da empresa.

Pelo prospecto que V. S.ª me remette vê-se que se tracta de um jornal semelhante aos que por ahi ha, e que não são menos de 12; o defeito necessario de todos elles é que, devendo ser variados, e sendo necessariamente mui limitados, nenhum objecto se pode tractar nelles com a profundidade e extensão necessarias para que elle sirva de instrucção real: os jornaes populares prestam só para habituar o povo a ler e para lhe converter o habito da

leitura em uma necessidade : mas para a verdadeira sciencia são precisas as grandes revistas e os livros. Isto pelo lado litterario.

Pelo lado de interesses, crê V. S.ª que poderá sustentar-se um novo jornal, custando o dobro de qualquer outro, e sem estampas, contra 12 jornaes da mesma especie, dos quaes 3 ou 4 se acham já solidamente estabelecidos?

Eu não o espero, por mais bem redigido que seja : do modo que vejo o pretendem dispôr, não é um jornal para os homens instruidos, mas para o commum dos que leem, e estes difficilmente largarão os que já tem para correrem a um novo.

Quanto a dar algum dia estampas, a difficuldade não está nos desenhos ; está na gravura em madeira, unico modo possivel de as dar no meio do texto ; aqui a direcção do *Panorama* offerece e paga avultadas sommas para as obter nacionaes, e ainda não poude encontrar senão dous *curiosos* que trabalham quando lhes dá na cabeça, sendo *carts* ou *clichets* franceses e ingleses a maxima parte das estampas que neste jornal apparecem.

Parece-me, portanto, que uma revista litteraria seria o melhor que haveria a fazer : esta não teria rival, porque a do Porto é sêcca de mais para ser lida ainda por grande numero

de homens de lettras e instrucção mais que vulgar.

Acho em consciencia que os fundadores do jornal deviam dirigir-se aos homens mais conhecidos como escriptores e convidá-los a trabalhar na revista de Coimbra ; nenhum delles se negaria ; isto bastava : ainda que cada um désse um artigo por anno, ou mesmo um ou outro falhasse.

Era então annunciar uma revista, sem prometter isto ou aquillo em particular, porque o publico já não crê nessas promessas.

O que faria grande ruido era dizer : são collaboradores S. Luiz, Castilho, Garrett, João Pedro Ribeiro, etc., etc., e o jornal é fundado por Fulano e Fulano, lentes da Universidade, para o que conviria associar alguns antigos como o Honorato ou o Agostinho José Pinto, etc., ainda que estes nada fizessem.

Os artigos deviam ser assignados ou levarem signal particular quando o auctor quisesse conservar o anonymo.

Então o formato que se devia escolher era o de 8.° real francês, em interduo, e dar-se cada mês um numero de 48 paginas, ou cada trimestre (e isto o melhor) um volume de 144 paginas, estabelecendo assignaturas por anno de 1$600 e de semestre por 960.

Este jornal teria, pelo menos, 600 assignantes no reino ; venderia avulso 200 exemplares e podia contar com extrahir no Brazil 400.

Eu tirei 1.500 exemplares da *Harpa do Crente,* e a custo me sobejaram 300 para mandar para o Brazil ; e se uma obrinha de homem obscuro teve esta sahida, que succederá numa em que appareçam os nomes mais notaveis de Portugal ?

Os *Quadros Historicos,* de Castilho, são a obra mais cara que entre nós se tem publicado. Tirou 1.000 exemplares, gastou-os todos e já teve de reimprimir 300.

Para ter papel em 8.° grande francês não é preciso maior despesa : é necessario só que na fabrica lhe deem outra forma sem augmentar a superficie ; a de um folio português é igual ao dobro de 8.° grande francês.

Segundo este plano, parece-me que o jornal poderá de futuro ser util não só aos redactores mas ainda aos collaboradores ; doutro modo persuado-me que não.

Isto digo com toda a sinceridade. V. S.ª fará o que julgar mais acertado ; e aqui paro porque esta já vai demasiado longa.

De V. S.ª
Att.° creado e am.°

A Antonio Francisco Barata

Ill.^mo Snr.

Santarem (Quinta de Val-de-Lobos), 9 de abril, 1868.

Não respondi logo á carta de V. S.ª porque foi entregue em Lisboa, ou, para melhor dizer na Ajuda, onde raramente vou, e só aqui veio ter dias depois de uma viagem que fiz ao Alemtejo. Faltam-me aqui os meios de verificar o que V. S.ª deseja saber. Direi o que me occorre, sem me responsabilisar pela exactidão do que digo.

Nas *Relações,* do P. Guerreiro, vem algumas noticias das missões de Africa, e parece-me que tambem na Collecção de *Cartas dos Irmãos da Companhia de Jesus* (2 vol. de 4.°). Não posso dizer se porventura serão essas que V. S.ª tem, mas não é natural que o Dr. Nunes copiasse cousas publicadas ha mais de 200 annos.

A Instrucção a Paulo Dias não me consta que esteja impressa.

O P.e Amador Rebello escreveu uma Historia de D. Sebastião, assás conhecida. Se os apontamentos são tirados unicamente desse livro, pouco merecimento podem ter.

A Relação do principio do Governo de D. Sebastião, se é de Miguel de Moura, não me recordo de que esteja publicada, e naturalmente é importante attenta a situação da pessoa que a escreveu.

Algumas cousas notaveis, etc. — é um titulo tão vago que não é possivel fazer idéa do manuscripto. Se fôr coevo, pode conter alguma anecdota curiosa e algum facto importante.

O mesmo digo dos *Assentos.* São memorias de Miguel de Moura? São resoluções do conselho do rei? Em todo o caso pode ser cousa de valia.

Auto do juramento, etc. São os autos de juramento ao cardeal quando succedeu na corôa? São ácerca de estarem pela resolução da juncta, a respeito da successão? Ha autos destes que estão impressos, outros não.

Sou

De V. S.ª
V.or e C.

A José Gomes Monteiro

Ill.^mo Amigo e Snr.

Devo começar por pedir a V. S.ª, desculpa de tanto haver retardado a resposta á sua estimada carta de 12 do corrente. Colheu-me tão occupado, que fui pospondo o negocio emquanto pude luctar com as accusações da consciencia ; mas, emfim, como era razão, venceu ella, e para a fazer calar com as suas reprehensões, não ha maior remedio senão escrever aqui o custoso *peccavi*.

V. S.ª, no dia em que me escreveu, estava decididamente meu parcial ; digo com o coração nas mãos que estou persuadido de que em Portugal ha hoje talvez dez, vinte ou mais pessoas capazes litterariamente de fazer o mesmo que eu fiz ; a unica circumstancia que me levou para diante, é ter uma virtude asinina : a tenacidade. Faço a justiça aos nossos homens

de lettras (gente moça, porque os velhos estão bons para dormirem na Academia) de que teriam discernimento para espiolharem meia duzia de verdades historicas, espatifarem meia duzia de mentiras, e dizerem-no sem ceremonia aos nossos compatricios. Sabe V. S.ª o que lhes falta, uma vez que não os dotou Deus de vontade ferrea? É uma boa camada de neve todos os annos, que os não deixasse sahir do pé do lume. Este bello sol occidental, que chama para a rua, que vivifica e alegra, é o nosso maior inimigo litterario. O vadismo vem-nos *ab alto*. Nisto e só nisto está o mal.

Pergunta-me V. S.ª quando sairá o 2.º volume. Espero não faltar ao compromisso, que fiz com o publico, de pôr á luz do sol um tomo cada anno: mais não será possivel, porque só a impressão consumiu neste primeiro perto de oito meses.

Aqui tudo é difficultoso: V. S.ª deve sabê-lo por experiencia. Este 2.º abraçará a historia politica de 1186 e 1279. O 3.º é aquelle em que, segundo o meu plano, se ha-de incluir a historia social do país, na epocha anterior a D. Dinis.

Era este aspecto da historia que a principio tinha tenção de estudar e de escrever; mas pareceu-me depois que o politico estava real-

mente necessitado de uma dose de censo commum. Comecei a acepilhá-lo ; outros virão depois, que façam o que eu não alcancei. O que posso asseverar a V. S.ª é que me fio mais em mim para o 3.º e para os seus analogos, na prosecução deste empenho, do que nos destinados á narrativa dos acontecimentos politicos. Naquelles, a bem dizer, o terreno está limpo ; nestes é ás vezes tal a poeirada das demolições, que o pobre obreiro anda arriscado a perder de vista o chão e a desatinar e cahir.

Dei conta : agora peço-a. Como vai a historia litteraria ? Veja lá se quer que lhe applique a carapuça, ou, neste caso, melhor diria capote de neve ? Não me desanime com as difficuldades. Para a outra vez hei-de mandar-lhe o extracto de um documento de Alcobaça em que achei um *trobator* dos principios do seculo XIII, ou fins do XII, e communicar-lhe uma idéa *baroque* ácerca do cancioneiro do Collegio dos Nobres, que me anda a moer no espirito. Esta idéa (não se ria) vem a ser *que elle não é em lingua portuguesa!...*

Por hoje basta ; o que nunca será bastante é o confessar que sou

De V. S.ª
Am.º obrig.mo

Ajuda, 24 de fevereiro.

Ill.mo Am.o e Snr.

O favor que V. S.ª acaba de fazer-me remettendo-me um exemplar da sua preciosa collecção de versões dos principaes poetas allemães, foi para mim gratissimo, por duas razões differentes : a primeira por ser lembrança da sua boa amizade : a segunda, porque me trouxe vivamente á memoria os bons tempos em que tambem eu lia os poetas germanicos, e tentava, postoque com menos felicidade, transportar para debaixo deste nosso ceu essa poesia, ora tão sentida e mimosa, ora tão solemne e terrivel.

Como todos os prazeres, o que V. S.ª me deu acabou, porém, por amargura. Reflecti que no meu limbo de prosa e de pergaminhos velhos só podia viver com essas cousas pela saudade, e invejar inutilmente (postoque não com má inveja) os apraziveis trabalhos de V. S.ª.

Continue V. S.ª a revelar a esta gente a for-

mula poetica dessa immensa e intensa litteratura teutonica, donde os nossos poetas moços possam conhecer que, para acharem bons modelos de uma arte vigorosa e original, não devem parar eternamente nas margens do Sena, alem do qual, por desgraça sua, não vêem mais mundo, e que lhes seria util, grandemente util, transporem o Rheno.

Disponha V. S.ª da sincera vontade de quem é

De V. S.ª
Am.º e c. obrig.mo

Ajuda, 28 de outubro de 1848.

A J. P. da Costa Basto

Am.º João Pedro

A Collecção de documentos vinda de Roma foi mandada fazer no tempo de D. João V pelo nosso ministro alli, o cavalheiro Sampaio. É conhecida pelo titulo de *Symmicta Lusitana*, titulo que, aliás, só pertence a uma parte della. Compõe-se hoje de duzentos e tantos volumes, tendo-se extraviado alguns, ou na ida de D. João VI para o Brazil, ou na volta delle a Portugal. Do indice geral, que ainda resta, se deduz que a perda não foi importante. Dirigiu, ao menos no principio, os trabalhos da compilação um certo Assemani, que não sei se era o celebre orientalista. Dizem que custou muito dinheiro, como custava a D. João V quantas mercadorias lhe vinham de Roma, quer temporaes, quer espirituaes. A collecção é um

pouco semelhante ás antiguidades e ás indulgencias que se fabricam na capital do orbe catholico ; fraca obra. No rosto annunciam-se copias dos Archivos do Vaticano e de outros cartorios e bibliothecas da cidade eterna. Destes tiraram-se, na verdade, documentos e memorias, muitos dos quaes são importantes e curiosos. Taes são os 3 volumes relativos á Inquisição e aos judeus, varias bullas relativas á nossa idade media, etc. Do Vaticano é que nada se tirou. É verdade que muitas vezes se cita á margem o logar dos Archivos pontificios, onde o original está ; mas é facil de conhecer que o documento foi copiado de um livro impresso, onde já se achava publicado. Os Annaes de Reynaldo, sobre tudo, foram postos a saco. Copiaram-se documentos até de livros portugueses que andam nas mãos de todos. Parece que em Roma estavam persuadidos de que na côrte de Lisboa ninguem abria um daquelles volumes de compilação quando chegava ahi. Talvez tinham razão. A parte desta mole indigesta de volumes em folio, aproveitavel para a historia, ou ainda apenas interessante, é assás diminuta. Os volumes que contém mais cousas uteis são os que pertencem á *Symmicta*, postoque encerrem muitos papeis de nenhum momento. Um dos

assumptos que occupa larga serie de volumes é a collecção de memorias ácerca da China, dos missionarios lazaristas franceses Maigrot, Visdelon, etc. com quem tanto brigaram os jesuitas (brigas cuja historia escandalosa seria a prova irrefutavel do que são e o que valem essas missões e corporações). Uma collecção das actas dos Consistorios, pela maior parte de nenhum valor, as luctas de Roma com os estados de Napoles sobre o censo, o padroado, as annactas, etc., tambem absorvem numerosos volumes. Tudo cousas que mediocremente nos importam. De certa altura por diante, a collecção torna-se um verdadeiro ludibrio: quanto papel ridiculo por lá acharam foram-no enquadernando em tomos de folio e 4.° Breves de habito retento, licenças a freiras para sahirem dos mosteiros, concessões para oratorios particulares e outras materias da mesma gravidade é o que por lá se encontra, geralmente falando. Da ignorancia ou negligencia com que foram copiados os documentos alli inseridos escuso de lhe dizer nada. Teve occasião de observar os innumeraveis erros e descuidos dos copistas quando aproveitou para a Collecção diplomatica algumas cousas daquella compilação.

Em summa, a collecção chamada por sym-

doche *Symmicta Lusitana*, sem que se possa dizer que é uma cousa desprezivel, está muito longe de merecer a reputação que entre os eruditos se lhe tem feito, mais por fama do que *de visu*. É tradição que o Marquez de Pombal mandara levantar aquella cesta da mangedoura da curia romana. Naturalmente, examinou por si a mercadoria e viu o que ninguem vira, que o rei era roubado apostolicamente. É crivel a tradição, suppostas as propensões do marquez para a impiedade.

Sobre a generalidade do assumpto é o que lhe posso dizer, daqui destas brenhas, por simples reminiscencias. Se em especial desejar saber alguma particularidade, pergunte, e eu responderei ao que souber.

Val-de-Lobos,

Am.°

1873 ou 74

A Joaquim Filippe de Soure

Ill.mo e Ex.mo Am.° e Senhor

Fiz uma fuga até Santarem, e aqui estou no meio de um montão de ruinas, ruinas que symbolisam melancholicamente todo um passado que desabou como ellas e com ellas. De resto, o que absolve o camartello moral e material que destruiu a velha sociedade e os velhos monumentos — a civilisação das novas idéas — isso ainda, me parece, não cresce demasiado aqui.

Dentre os tumulos dos Docems e dos Menezes sái esta carta, acompanhando um memorial sobre não sei que cousa ácerca de notas. Postoque saiba que V. Ex.ª é adverso a esta usança das recommendações, e eu não o seja menos, tem a tal carta a desculpa do logar donde é escripta : era o que se usava quando Santarem era vida e realidade.

Por estas 24 horas tenho pertencido ao mundo que ella representa. Na situação em que me colloquei, o meu amigo não é para mim um juiz de segunda instancia ; é um desembargador, e para os desembargadores as recommendações eram de necessidade e de estylo. Não encandalisavam ninguem.

Espero ámanhan estar em Lisboa, e talvez nos vejamos.

De V. Ex.ª
Am.º

2.ª feira, 21 de maio.

Am.

O nosso Delegado de Santarem, o Ill.^mo Snr. Deslandes, filho do Desembargador Deslandes, que eu conheci muito, e que morreu preso na Torre em tempo de D. Miguel, foi victima de uma que parece injustiça do nosso ministro Gaspar. Eu, que não entendo melhor de preterições e promoções da magistratura do que das da milicia, achei em simples senso commum que elle tinha razão de se queixar. Gosa aqui de uma reputação inconcussa de probidade, e é um mancebo de intelligencia e até de bons estudos litterarios. Pediu-me que o recommendasse a V. Ex.ª para que o ouvisse e o protegesse para com o Gaspar.

No logar delle, eu descompunha o ministro; mas cada qual tem o seu systhema, e elle prefere propiciá-lo pela mansa. Peço-lhe que o

proteja. Escuso de accrescentar os encarecimentos usuaes destas cartas, porque elle exporá o negocio, e melhor avaliará por ser do officio.

De V. Ex.ª
Am.º velho

Val-de-Lobos, 18 de julho.

A José de Abreu de Linia [1]

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tem V. Ex.ª fundamento para me taxar de desagradecido e descortez por não haver respondido immediatamente á honrosa carta de V. Ex.ª escripta em Abril deste anno. Mas estou certo de que ficarei plenamente justificado dizendo a V. Ex.ª que um desgosto domestico, desgosto tão profundo como o da perda de minha mãe, me inhabilitou para cuidar em outros negocios, embora graves, que numa situação como a minha era licito esquecer.

Limito-me nesta a dar satisfação de mim. Era uma necessidade moral : pedia-o a decencia e a gratidão. Brevemente espero escrever

---

(1) Historiador brasileiro.

mais detidamente a V. Ex.ª, em referencia ás materias litterarias que encerra a carta com que se dignou honrar-me. Entretanto, rogo a V. Ex.ª queira acceitar este testemunho da alta consideração com que sou

De V. Ex.ª
Att.º V.dor e Servo

A um bispo

Ex.mo Am.o

Não sei se a sagrada theologia tolera que um homem, não direi manifestamente impio, mas, sem duvida, ovelha trasmalhada do redil do Sancto Padre, dirija uma carta a um sacerdote indigitado bispo, e que, creia-o bem, já o seria, de feito, se um certo individuo, que ninguem conhece mais intimamente do que eu, tivesse sido quinze dias chefe do gabinete português. Entretanto, se porventura esta correspondencia offende os canones dos cento e tantos bispos *in partibus,* de não sei quantos cardeaes presbyteros e diaconos, de alguns patriarchas de embofia e de um magote de chefes de fradaria que illuminaram o concilio do Vaticano *com a tradição das respectivas igrejas,* antes quero que me accuse a conscien-

cia de sacrilego do que de ingrato. Apesar do meu longo silencio, devido á repugnancia, cada vez mais profunda, que sempre tive á litteratura epistolar, V. Ex.ª, quer peregrino em remotas plagas, quer conchegado ao lar paterno, nunca se esqueceu do lavrador silencioso, sumido num dos valles sertanejos da alta Extremadura. — Ainda agora, que, felizmente, o nome do velho rabiscador de papel se vai desvanecendo da memoria dos contemporaneos, V. Ex.ª vem provar-me quão tenazmente o conserva na sua, e que a amizade se alimenta do que quer que seja mais intimo do que as gloriolas mundanas. Obrigado, meu bom amigo!

A amplissima amostra da frasqueira do Dr. Fructuoso foi applaudida com triplice salva, no mesmo dia em que chegou aqui, por alguns hospedes entendidos no assumpto, que honravam a mesa frugal e rustica do lavrador. Deixei subir os graus da admiração até uma garrafa; mais não. E' preciso que outros e outros se prostem e adorem de longe aquella etherea frasqueira.

Ainda mal, porém, que o meu estomago não consente por ora que me associe aos ritos desse culto gastronomico, cujos flamines via ao pé de mim. Era sincero o seu fervor religioso.

Mas o ministro de uma crença desdenha, por via de regra, os seus rivaes, os outros chaveiros do ceu: houve blasphemo que jurava e trejurava que o velho Porto do Doutor era a verdadeira agua de Lourdes; mas outro ponderava que, se a senhora de Lourdes tivesse apanhado daquella agua quando armou um 2 de dezembro á senhora de la Sallete, teria tornado desde logo a medicina a suprema inutilidade deste mundo. Um terceiro propunha-me (o innocente!) que lhe cedesse uma das garrafas para a offertar á Senhora da Rocha, e protestava que eu veria como, armada daquelle licor divino, ella punha em campo batalhões e batalhões de milagres e fazia ás duas invasoras estrangeiras, que a haviam precipitado do seu solio de maravilhas, o que Bismarck e os soldados allemães fizeram a Napoleão e á França. Elogiei o patriotismo do meu conviva, mas guardei a garrafa. Tenho razões para não confiar demasiado nas resoluções energicas da Senhora da Rocha. Que ella ainda um dia a ha-de pregar ás Senhoras de la Salette e de Lourdes, disso estou eu certo; mas que seja de cara a cara, essa é que me não entra cá. Os medicos, meu amigo, são um pouco semelhantes, não digo ás varias senhoras que se estão gladiando por essa Europa, para gloria da

nova religião do marianismo que, com grande proveito espiritual dos fieis, vai substituindo o christianismo; direi sim aos distinctos grupos dos seus diversos devotos. No Porto, o medico acha memoriamente que o vinho salutar por excellencia é o vinho que deixa por ahi alguns milhões, e que, nascido nos schistos do Douro, vem afinar-se e envelhecer debaixo dos tectos sombrios dos *cumes* de Villa.-Nova. Aqui, neste país de collinas calcareas ou argilosas, por estes valles e planuras de alluviões tenazes e substanciosas, o medico eleva ás nuvens o vinho puro de pasto, o vinho alimenticio, em perpetuo divorcio com o alcool addicional. O meu facultativo, que se eu cahisse em lhe dar uma das garrafas do Dr. Fructuoso a deixaria no fundo em breves audiencias, era capaz de me excomungar se me visse levar aos beiços um calix desse conjuncto de ethers e de aromas. Seguia, de certo, o exemplo do summo pontifice que, depois de ter sido um desalmado pedreiro livre, excomunga desalmadamente os collegas.

Não decido entre os medicos do norte e do sul porque sou suspeito. A minha pequena garrafeira (*borracha* se lhe chama em phrase rural destes sitios) não é composta de productos alheios adquiridos; constituem-na par-

cellas dos fructos das proprias vinhas, transformadas no proprio lagar, onde a entrada do alcool é severamente prohibida. Aqui, a saudavel bebida (saudavel na opinião do sul), é preservada das fermentações nocivas por algum dos meios que a experiencia e a moderna sciencia das industrias agricolas aconselham.

Desejava ha muito achar um juiz imparcial e recto, que fosse *moderador e arbitro entre o septemtrião e o meio dia,* para me servir de uma phrase de um livro piegas que escrevi ha mais de trinta annos. A dadiva do meu amigo fez com que, de subito, o encontrasse. Será esse juiz V. Ex.ª. Agora, na sua Granja, que já alguem me descreveu como uma especie de Eden, peço a V. Ex.ª que use meia duzia de dias dessas amostras dos cachos transformados das collinas de Val-de-Lobos, e outra meia duzia de dias do seu energico Porto, e que depois me jure, *inverbo sacerdotis,* qual dos dous liquidos achou mais accorde com a boa digestão e com os demais indicios de vigorosa mas placida saude. Nenhuma das amostras chega aos fataes 14 graus alcoolicos da escala inglesa, contra a qual bradam, parece-me que sem bastante razão, os negociantes do Porto. Apesar disso, ou antes, attendendo a isso, o meu amigo resolverá se, porventura, sem o

baptismo da aguardente ellas são excessivamente prosaicas e chilras.

Quando não fosse senão como instrumento de privação, de abstenção, para saborear melhor, depois, as delicias da garrafeira do Dr. Fructuoso (para o qual peço vivas e affetuosas lembranças), a *borracha* de Val-de-Lobos fica á disposição do Bispo Eleito do Algarve.

Sabe que é seu franco e leal, postoque rude, e hoje quasi bestificado amigo.

O lavrador dos *Bairros* de Santarem.

Ao director geral dos correios

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr.

Residindo habitualmente no campo, a perto de 80 kilometros de Lisboa, sou obrigado frequentes vezes a receber e a remetter pelo correio provas d'imprensa, ora da casa e para a casa Bertrand, editora dos meus livros, ora da typographia da Academia R. das Sciencias e para a mesma typographia, onde, por encargo daquella corporação, dirijo uma publicação importante.

O decreto de 27 de outubro de 1852 e o regulamento de 4 de maio de 1853 não especificaram nem precisavam de especificar a hypothese de uma remessa pelo correio de provas d'imprensa. Remettendo ou recebendo provas corrigidas, fechadas em cinctas, estampilhadas como contendo manuscriptos, e len-

do-se-lhes nos sobrescriptos as palavras *Provas d'imprensa*, para se poder verificar se assim era, acreditei que satisfazia á lettra e espirito daquelle decreto.

Parece que me enganei. Mais de uma vez as provas recebidas ou remettidas por mim tem sido porteadas como cartas. Vindo, porém, esses acessos de zelo fiscal com intermittencias e não sendo grande a extorsão, julguei que a propria tranquillidade valia mais do que a defesa. Calei-me e paguei. Tem, porém, recrudescido o mal com o soffrimento, conforme os estylos do nosso país. Vejo-me, por isso, forçado a dar conta do facto a V. Ex.ª, antes de me defender de outro modo, acrescentando a essa communicação algumas reflexões necessarias.

V. Ex.ª sabe perfeitamente que a organisação do correio conhecida pela denominação de Reforma Postal contem duas partes, o Decreto e o Regulamento. O primeiro é lei, embora dimanasse do Executivo, porque este, promulgando-o, exercia uma delegação do Poder Legislativo. O segundo é um acto do Governo como tal, e só obriga os cidadãos até onde não ultrapasse ou exagere pelas suas disposições ou pela má interpretação destas as restricções que a lei impõe. Os proprios minis-

tros referendarios do decreto firmam, no começo do artigo 51, para seu uso, este principio incontroverso de direito publico.

Sabe igualmente V. Ex.ª que em direito penal (e o portear como carta um manuscripto cinctado é uma multa e, portanto, uma pena) não é permittida a interpretação que aggrava as disposições repressivas da lei ou amplia a penalidade imposta na mesma lei.

Sabe, por fim, V. Ex.ª que nenhuma prescripção legal prohibe a ninguem escrever nas margens de um papel ou livro impresso, ou não impresso, ou em folhas avulsas delle quaesquer dissertações, notas e commentarios, correlativos ou não correlativos ao livro e remettê-los como manuscripto, pelo correio, de um para outro logar. Nenhum legislador se lembrou ainda de exigir a nitidez do papel como condição para ser licito escrever. As provas d'imprensa corrigidas são, por isso, em relação ao correio, um verdadeiro manuscripto. Não podem ser outra cousa.

Na lei postal, o artigo 30 refere-se especialmente aos manuscriptos cinctados. Esse artigo é assás explicito nas suas disposições e nos seus intuitos. O que não quer é que em taes manuscriptos vão envolvidas *correspondencias, noticias, ou qualquer communicação pro-*

pria de carta. Fora destas restricções, subsiste legalmente o direito commum: posso escrever tudo quanto quiser, em que papel quiser, e isso que escrever seja o que fôr, posso remettê-lo pelo correio em maço cinctado com o respectivo sello.

Tinha curiosidade de saber em qual daquellas tres categorias a repartição do correio colloca os signaes ou palavras que exprimem *unir, affastar, alinea, lettra virada, redondo, italico, maiuscula, minuscula,* emfim as dezenas de signaes e expressões empregadas para corrigir os erros typographicos, e que se escrevem e figuram á margem das provas.

Acabo ainda ha pouco de receber uma prova cinctada da imprensa da Academia que, depois de revista em Lisboa, vinha para ser examinada por mim. Trasia a multa, a pena do *delicto,* estampada na face. A sentença era, porém, fundamentada: citava-se ahi o artigo 68 do regulamento, que, aliás, se infringiu escrevendo-se alli aquella citação, porque as prohibições do artigo 68 são absolutas: são dirigidas *urbi et orbi*. Pasmei. Suppunha eu que eram as leis que qualificavam os delictos ou contravenções e impunham penas, e não os regulamentos. Suppunha, com os ministros

que referendaram o decreto de 27 de outubro, que nenhuma disposição regulamentar podia deixar de ter por base *os principios consignados no mesmo decreto, ou ultrapassar os limites delle* (Art. 51). Suppunha que nenhuma provisão do executivo, destinada a tornar effectiva a sentença da lei, dissesse ella o que dissesse, se devia applicar de modo opposto á lettra e espirito da mesma lei. Pelo que vejo, estas idéas sediças foram reformadas quando se reformou o Correio.

Na verdade, o artigo 68 do regulamento diz que nem nos periodicos, impressos, lithographias e gravuras, nem nas respectivas cinctas se deve escrever cousa alguma. O regulamento podia estabelecer esta condição e prohibir ao Correio a remessa dos maços cinctados que se lhe apresentassem, onde ella fosse postergada. Em vez disso, multou. Reformando o Correio, reformou occasionalmente os principios constitucionaes.

Mas admittamos a omnipotencia do 68. Que tem esta especie de autocrata regulamentar com as provas d'imprensa? As provas d'imprensa corrigidas, conforme já tive occasião de notar, não podem ser consideradas senão como manuscripto pelas phrases, lettras e signaes que levam nas margens. O que é um

impresso, quer seja livro, folheto ou jornal? É uma composição que foi reproduzida em certo numero de exemplares por via do prelo ou prensa. Eis a idéa vulgar que se liga á palavra *impresso*. E não só é vulgar, é tambem a juridica. O Codigo Civil, lei posterior ao Decreto de 27 de outubro, e cuja importancia alguem reputava superior á desse decreto, no Tit. 5, cap. 2, que diz respeito aos trabalhos litterarias, fixa tres diversos estados a qualquer escripto destinado á publicidade: o de inedito, o de *impresso* e o de publicado. Estes tres estados distingue-os e contrapõe-nos um a outro. Ora as provas, que são um exemplar unico e, portanto, forçadamente inedito, tirado á mão pelo compositor, em graneis ou ás paginas, só por um lado ou face do papel (até de ordinario diverso daquelle em que se *ha-de* imprimir o livro, folheto ou jornal), não podem, tanto no sentido vulgar, como no juridico, ser classificadas como *impressos*, e escapam, pela doutrina do Codigo Civil, á ferocidade nativa do artigo 68, se é que as doutrinas do Codigo tem algum valor quando contrariam a interpretação singular que se dá nesta parte ao Regulamento do Correio.

V. Ex.ª faz-me, por certo, a justiça de acreditar que eu não escreveria uma carta tão com-

prida só para evitar que o correio me furte uns dezesseis tostões ou meia moeda por anno. Provavelmente mais do que isso me furta o moço das compras. É que me enfastia ser delinquente e multado uma ou duas vezes por semana, e achar-me em relações semanaes com facinorosos d'igual jaez em Lisboa. Se escrevo a V. Ex.ª é por deferencia pessoal e para que V. Ex.ª possa destruir um abuso que provavelmente ignora. Estava na minha mão acabar em silencio com o extorsão futura, e recuperar o perdido. Eu digo a V. Ex.ª como. Em vez de virem as provas como vem, mandam-se tirar no prelo, no recto e no verso da folha. Fica assim esta com os caracteres de *impressa*. Em vez de se corrigir e remetter uma a uma, corrigem-se quatro ou seis, pagina por pagina, no recto e no verso das margens ; escreve-se o numero da pagina no alto da margem respectiva, e separa-se o texto da margem com uma thesoura. Essas tiras de papel (as de seis folhas não pesam de certo uma onça) cinctam-se e estampilham-se como manuscripto, que rigorosamente são, porque não levam uma só letra redonda. As seis folhas cerceadas (que nesse estado mal poderão pesar 4 onças) mettem-se numa cincta estampilhada como *impresso*, que apparentemente são. O resultado,

para o correio, da precedente operação, é o seguinte:

Quatro onças d'impressos cinctados	40 rs.
Uma onça de manuscripto . . .	25 »
	65 »
Seis folhas de provas remettidas uma a uma como manuscriptos, custam	150 rs.
Differença	85 »

Eis aqui a consequencia que se pode tirar da applicação do artigo 68 ás provas typographicas. Se tiver de tractar o negocio na imprensa hei-de indicar aos homens de lettras que residem nas provincias e tem de estampar algum livro em Lisboa, Coimbra ou Porto, este meio simples, legal, invencivel, de burlarem a rapacidade fiscal do correio, especie de attilasinho cypholopode, que morde com a mandibulasita voraz as publicações litterarias, as quaes em todos os países civilisados as estações publicas respeitam e favorecem dentro da esphera da respectiva acção.

Sou de V. Ex.ª
V.or e C.co

Quinta de Val-de-Lobos (Santarem) setembro de 1853.

A Salustiano Rodriguez Bermejo

Ill.mo Snr.

Val-de-Lobos (Santarem), 9 de fevereiro de 1875.

Peço desculpa a V. S.ª da minha demora em responder á sua estimada carta de 19 de dezembro passado, e em agradecer o exemplar da traducção do *Eurico*, com que fez mercê de honrar-me. Remiu V. S.ª a culpa do auctor de uma traducção que ha annos se publicou em Barcelona, e em que o pobre *Eurico* foi asperamente maltratado. Pareceu-me o livro agora melhor em castelhano do que em português. Nisto digo tudo. É verdade que, de todos os meus filhos litterarios foi este sempre, apesar de primogenito, aquelle a quem tenho tido menos affecto, porque lhe conheço os defeitos e não o supponho innocente em certas más

tendencias, que ás vezes se revelam no estylo de alguns escriptos dos nossos moços litteratos.

Quanto á *Historia da Inquisição*, é verdade que foi escripta com intenção politica, confessada na advertencia preliminar, e que a introducção até o reinado de D. Manuel é superficial, porque tudo isso era apenas o prego em que eu queria pendurar o meu quadro. Dahi por diante posso affirmar a V. S.ª que tudo foi escripto com o maior escrupulo e com a mão sobre a consciencia. Aquella Illiada de atrocidades e torpezas seria inacreditavel se não existissem os documentos em que estribei a narrativa, e que, felizmente, foram em grande parte impressos, depois, no *Corpo Diplomatico*, publicado debaixo da inspecção de Rebello da Silva, por ordem da Academia de Lisboa. Destes documentos poderia V. S.ª talvez ajunctar alguns mais notaveis á sua traducção, que não vejo inconveniente em ser publicada debaixo do titulo generico de *Paginas de Iberia*. Não ficará, por isso, o livro mais *iberico* do que o auctor.

V. S.ª é liberal, porque só um liberal traduziria a *Historia do Estabelecimento da Inquisição*, que tão profundamente affligiu e escandalisou os reaccionarios daqui. Não sei se é

prudente vulgarisar em Hespanha esse livro, porque me parece que elles tem mais poder lá do que em Portugal. Todavia, nesse ponto V. S.ª é melhor juiz do que eu.

Disponha V. S.ª do fraco prestimo de quem é

De V. S.ª
Venr. e C.º

Ao *Jornal do Commercio*

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr.

Ha annos que V. Ex.ª tem tido a bondade de ordenar me seja remettido o *Jornal do Commercio*, de que não sou assignante, prova de benevolencia de que me obriga a conservar duradoura memoria o meu reconhecimento.

Actualmente as occupações da vida positiva são taes e tantas para mim, que apenas me deixam curtos intervallos para dedicar á vida exclusivamente intellectual. Sou, por isso, muitas vezes constrangido a deixar fechados os jornaes que diversas redacções me fazem a honra de remetter-me.

O *Jornal do Commercio* é um periodico importante e cuja leitura se pode reputar em muitas casas verdadeiramente util. Doe-me a consciencia de que um exemplar delle, que

poderia illustrar e guiar mais de um individuo, fique, não raro e por força maior, desaproveitado nas minhas mãos.

Assim, eu pediria a V. Ex.ª quisesse mandar suspender a remessa daquelle exemplar, e que acceitasse ainda uma vez os protestos da minha gratidão pela valiosa mercê até aqui recebida.

Sou, com particular estima,

de V. Ex.ª
V.or e C. obrig.mo

Lisboa, novembro, 4.

Meu caro redactor. — Acabo de ler num jornal de hoje uma singular noticia. Segundo parece, tive, não sei quando, uma larga *conferencia* com el-rei o sr. D. Fernando, sobre a applicação da pena de morte ao soldado Antonio Coelho. Consta que me portei galhardamente, combatendo semelhante pena como illiberal, e elevando-me aos ápices da indignação por um facto, de cuja existencia me faltam as provas que a historia exige para a credibilidade, o facto de se ter exigido do reu uma declaração que lhe era nociva. Creio que o auditorio applaudiu a minha energia : digo o auditorio porque, sem ouvintes, como apreciar a energia das minhas palavras, ou saber sequer se as proferi ?

Podia falar com el-rei o sr. D. Fernando sobre esse assumpto. Somos ambos simples cidadãos de um país livre. Temos ambos o direito de manifestar as nossas opiniões, de as debater entre nós ou com outrem, ácerca de qualquer negocio publico. Mas o exercicio

desse direito, quando encerrado nos limites do lar domestico e da vida privada, não cae sob o dominio da imprensa. Nos tempos que já lá vão cahia sob o dominio dos espias da Inconfidencia. Não supponho que a imprensa seja sua herdeira. Por outro lado, nem a lei, nem os poderes publicos, nem o caracter, que não temos, de funccionarios do Estado, nos chamam a deliberar sobre a personalidade dos nossos codigos, nem sobre os destinos de um reu. Não podiamos, portanto, ter *conferencias* a tal respeito.

Sou filho da imprensa. O pouco que posso e valho devo-lh'o a ella. Lamento-a quando a vejo precipitar-se, arrastada pela cegueira das paixões politicas, de que vivo inteiramente affastado. Com o país e como o país assisto em silencio ás luctas das parcialidades que disputam entre si o poder. Não me associo a ellas e zelo a minha abstenção. É por isso que venho pedir-lhe um canto do seu jornal para desmentir a novella da *conferencia*.

Nas poucas semanas que accidentalmente tenho residido em Lisboa, prazer de que prouvera a Deus me podesse já amanhan privar, falei uma unica vez com el-rei o sr. D Fernando, e a nossa conversação versou exclusivamente sobre assumptos ruraes. Nessa con-

junctura confesso que nem sequer me passaram pelo espírito as questões de direito penal e de disciplina militar, que possam referir-se ao deploravel successo, cuja importancia e cujas consequencias se debatem na imprensa politica. Nos tibios de crenças e falhos de amor patrio não são de admirar estes esquecimentos.

Sabe, meu caro redactor, quantas opiniões que não são minhas se me tem attribuido, por quantos actos não praticados tenho sido accusado ou applaudido; que ruins ou nobres intuitos tem descoberto em mim os circumspectos, que vastos designios litterarios ou não litterarios me tem adivinhado agudos engenhos. Não me defendo, não agradeço, não rectifico: calo-me. Sabe tambem que, quando tenho vontade de dizer o que sinto sobre qualquer questão social que reputo grave, não vou segredá-lo por casas particulares: não faço conferencias. Escrevo, e não me esqueço nunca de pôr o nome por baixo do que escrevo, quando o escripto pode envolver a minima responsabilidade.

Facil é que eu tenha idéas minhas sobre systema penal, sobre disciplina, sobre exercitos permanentes. Espiritos mais broncos que o meu pensam nessas cousas ás vezes. Ha conjuncturas, porém, em que as doutrinas

desinteressadas não se fariam ouvir entre o tumultuar de paixões ardentes.

Conheço um pouco as destrezas da politica militante. Ha-de ser astuto o que achar o meio de me induzir a pôr a mão nas alavancas das catapultas que as parcialidades disparam umas contra as outras, fazendo projecteis de um cadaver e de um desgraçado, cuja alma dilaceram, na solidão de um calabouço, o remorso, o terror e a duvida. Para mim a sepultura é sancta ; são sanctas as fundas agonias humanas, ainda quando associadas ao crime.

O direito publico destes reinos consagrou, entre outros, dous poderes : o poder da justiça e o poder da clemencia. Acima de ambos só poz a responsabilidade perante Deus. Não me coube a mim exercer nenhum delles, nem me cabe limitá-los ou dirigi-los. Tentar, por qualquer modo, com qualquer intuito e em qualquer sentido, actuar pela compulsão moral sobre um ou sobre outro, affigura-se-me um attentado contra as instituições do país. Pode haver quem sinceramente pense de diverso modo : respeito as convicções alheias ; mas permitta-se-me ser consequente commigo.

Sou, etc.

(1874)

A um editor

Ill.^mo^ Snr.

Ha tempos que tracto de reunir alguns opusculos meus, cujas edições se acham esgotadas, e de rever ou concluir outros ainda ineditos, para os publicar todos, distribuidos por series determinadas pela analogia dos assumptos.

A esta occupação applico apenas as poucas horas que posso dedicar a cousas que, na minha opinião actual, reputo secundarias e subordinadas a outros negocios mais graves da vida positiva. Esse trabalho caminha sempre, mas caminha lento, de modo que só talvez para os fins do anno estejam promptos para a impressão os dous primeiros volumes da primeira serie — *Questões Publicas*.

Deste meu trabalho falei já ao ultimo dos irmãos Bertrands que ainda vive, e que, na idade de perto de oitenta annos, continua a zelar os

meus interesses litterarios com a sincera boa vontade que nelles sempre encontrei. Em quasi trinta annos de relações economicas, nunca tivemos que resolver collisões de interesses encontrados, senão quando eu achava que me faziam um pouco a parte do leão nos nossos lucros, e elles sustentavam que no meu quinhão não havia um ceitil acima do justo. Cifraram-se nisto todos os nossos debates sobre algarismos. Francisco Bertrand e eu, ambos estamos velhos. Já agora esperaremos que a morte de um de nós venha fechar as contas entre o auctor e o editor (1).

Se fôr eu quem sobreviva, verei então se me convem continuar a imprimir (se continuar), por conta dos successores dos irmãos Bertrands, se buscar novo editor. Nessa hypothese não esquecerei, por certo, a proposta de V. S.ª.

É o que me cumpre responder á attenciosa carta de V. S.ª de 6 do corrente.

Sou com a maior consideração

De V. S.ª
V.dor e C.de

(1) A tradição reatou-se. As obras do mestre, durante alguns annos affastadas da casa Bertrand, a ella voltaram por determinação dos herdeiros de A. Herculano.

A Guiomar Torrezão

Ex.ma Sr.a

Val-de-Lobos, 4 de julho, 71.

Escreve-me V. Ex.a pedindo-me algumas palavras minhas para um livro que vai publicar — o *Almanach das Senhoras*.

Se fosse de homem a carta, provavelmente a resposta consistiria em calar-me. A troco das accusações de orgulho, de grosseria ou doutras fealdades destas, eu, que já curo pouco do bem ou do mal que de mim poderão dizer, desafronto-me com o silencio da injuria de mentiroso que, por solicitações de tal especie, virtualmente se me faz. Parece-me que deviam merecer algum credito protestos tantas vezes e ha tanto tempo repetidos, por obras e por palavras, de que deixei de ser homem de lettras.

Repellir a incredulidade que offende com o silencio que desdenha, não contradiz a equidade.

Mas a carta de V. Ex.ª tornava-me perplexo. Por um lado, inutilisava o meu systema, compellindo-me a responder. Não me desobriga a velhice do respeito devido ao sexo de V. Ex.ª, nem de mostrar prompto o animo para lhe cumprir os desejos. Por outro lado, a consciencia advertia-me de que em mim a decadencia do espirito precedeu, na rapidez e intensidade, a decadencia do corpo, e, na sua cruel sinceridade, dizia-me que se tentasse agora satisfazer ao pedido, isso redundaria só em detrimento do seu almanach. Fluctuando entre considerações oppostas, a solução que achei foi recorrer a alguns dos meus papeis velhos, condemnados, porventura, a nunca verem a luz publica, pequena desgraça para a patria, mas ainda, se é possivel, mais pequena para mim. Os primeiros que encontrei foram folhas avulsas de um livro delineado e, em parte, escripto ha bem doze annos. Attrahiram-me, talvez, pela sua analogia com a minha actual situação. Parei nellas. No tempo em que as escrevia tinha ainda opiniões litterarias. Cria então que um livro sobre o campo, em que a poesia e o sentimento não excluissem o verdadeiro e o real, estava por fazer, e que o modo de o fazer era como eu

o concebia. Esbocei o livro : tentei o desempenho. Os fragmentos que envio a V. Ex.ª são alguns periodos do escriptor que foi, se o foi, periodos que equivocadamente V. Ex.ª pede ao escriptor que já não é. Não valem muito ; não valem, talvez, nada ; mas, como breves amostras de uma especie de obra posthuma, sempre dispertarão a curiosidade. Pela sua indole, um almanach é cousa transitoria ; é, digamos assim, a folha vivente no estio, solta e secca no outono, que as primeiras lufadas humidas do sudoeste vão, em novembro, rolando pela campina. Pois, minha senhora, o que posso fazer é deixar ir com ella esta reminiscencia de um passado de que não tenho saudades. Por insignificante e ruim que seja, ainda é lavor de official do officio. Ao menos não se dirá que V. Ex.ª poz lunares na emprehendida publicação com a serodia tontice de um velho e rustico profano.

Peço desculpa da demora. O manuscripto estava pouco colegivel e na minha vida assás occupada, são raras as horas que me é licito dar a assumptos desta natureza.

Sou de V. Ex.ª
V.ᵈᵒʳ e servo humilissimo

Ex.ma Snr.a

Val-de-Lobos, 30, junho, 71.

Foi na vespera do meu regresso a estes sitios que recebi o bilhete de V. Ex.a em que, encarecendo os testimunhos da evidente parcialidade de V. Ex.a para commigo, me facultava ao mesmo tempo a honra de lhe fazer uma visita. Era tarde para aproveitar tão insigne favor, por ser a horas improprias. Não desespero de ter occasião de ir receber pessoalmente as ordens de V. Ex.a quando voltar a Lisboa, embora a fortuna se me mostrasse desta vez pouco propicia.

Com a minha habitual lealdade, não occulto a V. Ex.a a repugnancia que sinto ao ver impressa uma carta minha ; mas, sendo V. Ex.a uma senhora, e tanta a benevolencia que me tem mostrado, que posso eu fazer senão impôr

silencio a todas as repugnancias, e entregar ao arbitrio de V. Ex.ª a resolução deste ponto?

Disponha V. Ex.ª nisto, como em tudo, da rendida vontade de quem é

De V. Ex.ª
Humilde creado

Ex.ma Snr.a

Val-de-Lobos, 25 de abril de 1872.

Esta vida rural, se moralmente é tranquilla, não é materialmente descançada, sobretudo nas duas epochas em que os poetas mais se entretem na contemplação das bellezas campestres — a primavera e o outono. É justamente então que o lavrador tem de attender a maior numero de questões da vida positiva. Abaixar os olhos para a terra quando os poetas mais os alevantam para o ceu, é uma das condições da sua existencia. Aqui tem V. Ex.a a causa de eu estar tanto tempo em divida de uma resposta á carta de V. Ex.a.

Nos largos serões da estação invernosa tenho tentado traduzir alguns fragmentos do *Orlando Furioso*. É o que me está mais á mão para enviar a V. Ex.a, sem grande responsabilidade minha, simples responsabilidade de traductor; e quasi que dessa me eximirá V. Ex.a quando souber que estes trechos de

versão foram feitos á vista do texto, nú de notas e commentarios, e até sem auxilio de um diccionario italiano, de que está desprovida a pequena estante de Val-de-Lobos. Antes como abuso sacrilego do que como abuso litterario se deveria talvez considerar o deleite egoista com que aproveitei a admiravel concepção do divino poeta de Ferrara, para matar sobejidões tediosas de tempo nas longas noites d'inverno, longas, sobretudo, quando vem associar-se com o inverno da vida. O menos legitimo, porém, do incentivo e a insignificancia da obra, tudo a inexgotavel bondade de V. Ex.ª perdoará á rusticidade do obreiro.

Remetto a V. Ex.ª um extenso fragmento do primeiro canto, para que tenha por onde escolher alguma cousa menos ruim. Far-me-ia especial mercê em communicar-me uma prova disso que escolhesse, dado que alguma cousa haja ahi que, admittida no Almanach, me não venha a servir de bitafe. Carregar-me-hão de sobra os proprios peccados para não desejar sobrecarregar-me com os dos compositores e revisores.

Sou com particular consideração

De V. Ex.ª
Humilissimo servo

Ex.ma Snr.a

Val-de-Lobos, 16 de maio, 72.

As duas grandes qualidades das pessoas do sexo de V. Ex.a, a imaginação e o sentimento, tornam-se ás vezes em mácula pelo excesso.

V. Ex.a dá aos meus pequenos serviços, se é que chegam a sê-lo, um valor que elles não tem. Obriga-me a falar assim a consciencia, que me está dizendo que o salario de affectuosa benevolencia com que V. Er.a m'os paga, é o mais mal ganho possivel.

Por este correio vão as provas, cuja devolução prompta V. Ex.a exigia.

Pede-me V. Ex.a para publicar a minha anterior carta. Não me lembro do que escrevi, porque a memoria é a primeira faculdade que falta aos velhos. Faça V. Ex.a o que entender. Como já não tenho pretensões de escriptor, por maiores semsaborias que contenha, já se me não faz a face vermelha com isso.

O peior é o desgosto dos leitores do Almanach. O que receio é que V. Ex.ª, cega pela amizade, se esqueça dessa consideração gravissima.

De V. Ex.ª

Servo e amigo obrigadissimo

Ex.ma Snr.a

Val-de-Lobos, 22 de maio, 75.

Não é só a V. Ex.a que tenho offendido com a falta de resposta ás suas cartas. Muitas outras pessoas se queixam, ou se reputam com direito a queixar-se, de igual offensa. O facto é indubitavel ; mas as causas é que são ignoradas pelos queixosos.

Desde que vim de Lisboa tenho passado constantemente perseguido por um padecimento antigo (calculos e areias nos rins) e que terminou pela expulsão de um grande calculo, ou, para melhor dizer, não terminou, porque as dôres na região correspondente continuam mais ou menos obscuras, mas sufficientes para me tornar repugnante e violento qualquer trabalho de espirito e, ás vezes, o que peior é, os proprios movimentos do corpo. Quasi que fiquei grato ao Paulo de Moraes pelas injurias que me libertaram de uma discussão, que só podia ir escrevendo interrompidamente e ás meias duzias de linhas.

Agora aproveito os quartos de hora e meias horas, nos dias em que isso me é possivel, para, tambem do modo possivel, me ir desapressando de uma accumulada correspondencia.

Parte desta pertence a negocios da vida material, a que me resigno sem murmurar. Não me succede o mesmo na que respeita a cousas de lettras. Em tempo, e por mais de uma vez, declarei que a minha carreira litteraria tinha cessado. Não offendi nisto o direito de ninguem, e creio que usei do meu. Todavia, de áquem e de álem-mar, quasi que todos os dias me caem em casa livros, jornaes, folhetos, perguntas de mais ou menos difficil solução, e, de vez em quando, algum manuscripto para apontar defeitos e propôr emendas, como se fosse a cousa mais facil deste mundo. O auctor do livro, do folheto, dos artigos, quer carta que imprima ou mostre para satisfazer a sua vaidade ; quer explicações o consultante, emendas o escriptor inedito. Para satisfazer a isto bastava ter 30 annos, nada que fazer e a paciencia de martyr. Aos 65, doente, obrigado a pensar na vida positiva para ter os modestos commodos que a velhice exige, sou tudo quanto ha mau ; porque não me sacrifico á vaidade ou interesse litterario alheio ; eu que

solemnemente me despedi da republica das lettras! É uma violencia, por tal modo absurda e insensata, que me pejo de a discutir.

Desculpe V. Ex.ª este desafogo de um animo justamente irritado, e a demora que tenho posto em responder para me desapressar dos mais vaidosos e impacientes, dispondo, entretanto, da inutilidade de quem é

De V. Ex.ª
Venerador amigo e creado

D. Guiomar Torrezão

Ex.ma Snr.a

Minha senhora. — Ha de haver quinze a vinte annos (nisto de datas estou uma lastima), tive eu meses e meses de muito mau humor. É que ia nos quarenta e tantos sem me nascer o dente do siso. Vou explicar-me. O governo destes reinos havia-me alevantado um paredão de pedra e cal (os muros de bronze, que nunca vi, são para assumptos de maior tomo) atravez do caminho que eu seguia, escrevendo um livro a que posera nome, creio que com fracas bullas, de *Historia de Portugal*. Atirei-me ao paredão, que me indignava e enraivecia; mas gastei as unhas e perdi o trabalho, como era de razão. Effeitos do pouco juizo. Os jesuitas, que não estavam correntes commigo por causa de uns mofinos milagres que lhes estragara, tinham decretado a minha suppressão, e o governo, como boa parte dos nossos governos, vencia soldo da Companhia. É supposição minha. Se a servia de graça, era obviamente inepto. Que havia, pois, de fazer

o triste governo? Se não contentassem os bons dos padres, os ministros, como eu e como tanta outra gente, podiam ir dar ao rol dos pedreiros livres, o que era feio, ou podiam ser postos na rua, o que era pessimo. O parlamento, aonde a questão chegou, esse tinha que despachar não sei quantos escrivães, muitos escrivães, e talvez outros tantos curas e sacristães. Era requerente: funccionava nas escadas das secretarias, onde, conforme o mandato dos cidadãos eleitores, tinha o seu posto de honra. Veja V. Ex.ª como as cousas corriam em tempos antigos! O parlamento, por conseguinte, agachou-se. Crescia-me o mau humor, até que degenerou em atrabilis. A atrabilis, ou fel negro, é uma enfermidade que equipara o simples burguez ao rei constitucional: tira-lhe a responsabilidade. Nesse estado morboso, a responsabilidade desapparecera para mim. Será bom prevenir desde já o publico desta minha situação pathologica e juridica. V. Ex.ª verá porque. Mergulhado num pelago de colerica tristeza, dei em visionario. Tinha ás vezes visões exquisitas. A sociedade contemporanea começou a afigurar-se-me podre no cerne, da raiz ao coruto, semelhante ao pinheiro com cogumelo. Fel preto, fel absurdo, gerando concepções absur-

das. Desculpe a patria essa apreciação, obra do fel preto ; mas o que é certo é que eu a fazia. A noite que tinha na alma golfava torrentes de sombras sobre tudo o que me rodeava, homens e cousas, instituições e factos. O livreco interrompido, truncado, era o anjo mau que me tingia a sociedade civil de uma côr funerea. Filho das minhas entranhas, chorei por elle com lagrymas bem amargas! E o mundo passava a rir, como eu rio agora delle, sem attentar por isso. O rir desopila o baço. Dizem-no a Polyanthéa de Curvo Semedo e varios auctores allemães. Era, portanto, o mundo que tinha juizo. Hoje o ferrujão que ataca um boi de trabalho, ou o papo que invade um rebanho de ovelhas, encontra-me a fronte serena e o animo impassivel. Hão-de todos confessar que isto é varonil, grandioso. Naquelle tempo não era assim. A vaidade de acabar a minha historia, o meu registo de cemiterio, que outra cousa não é a historia senão um guia do viajante na necropole das gerações extinctas ; essa tola vaidade, inhibida de saciar-se, transformou-se numa exasperação ridicula, prova provada do phenomeno physiologico a que já alludi, a falta de nascença do dente siso. Ás vezes suspeitava que tinha ictericia nas mucosas ; que andava esverdeado

por dentro. Sabia-me a bôcca a sulphato de co bre. A imaginação pintava-me num curto horisonte castellos fluctuantes de congestões cerebraes, que cresciam para mim envoltos em ondas de nevoas. Fugi então para o campo. Precisava de não roçar pelos confrades leigos da congregação. Precisava da luz de Deus, da voz de Deus, que não são exactamente nem as fasquias do esplendor do sol, que a beira do telhado despenha desdenhosamente para uma nesga de rua, nem os gazes olerosos evolvidos da caçoula de sulphydrico sobre cuja tampa se reclina voluptuosamente a rainha do Tejo, nem o gargantear dos vendilhões ambulantes, nem as discussões dos botequins e dos parlamentos, nem as missões dos energumenos da reacção, nem a pia inferneira dos sinos, nem outro algum desses mil ruidos que se alevantam, confusos, discordes, espessos, da cratera fervente de uma capital. O pobre do campo viu-se azul para me sarar daquelles como herpes interiores, que me roíam o moral e o physico. Resisti por muito tempo aos murmurios da fonte e do regato, ao cicio somnolento da aragem no arvoredo, á cantilena matutina das aves, ás fragrancias e aromas dos mattos, ao fresco sorrir da alvorada, ás saudades do solposto, ás mil distracções e cuidados da vida

rural. Mas a perseverança imperturbavel do medico venceu por fim a pertinacia da doença. Se a congregação, supprimindo um livro, cuidou que supprimia um individuo, ou a felicidade desse individuo, sinto dizer-lhe que, embora os homens não a atraiçoassem, a atraiçoou o campo. Digo-lh'o em consciencia. Pode lançá-lo sem escrupulo no rol dos pedreiros livres.

Na soledade, quando a doença ainda estava no seu auge, aquella idéa exotica da existencia de uma profunda corrupção social era a que mais me perseguia. Se tivesse enlouquecido, tal idéa tornaria irremediavel a minha desgraça. As monomanias são, por via de regra, incuraveis. Dizem-no tambem muitos auctores allemães, centenares de auctores allemães, que nunca li e que, por isso, poderia citar a V. Ex.ª. Como adquirira o vicio de enfileirar palavras e phrases, vicio fatal, vicio espantosamente propagado nestes ultimos annos, *oidium* dos vinhedos do subjectivo, comecei a parafusar em ser o Salviano do meu tempo e do meu país. A má tendencia para os livros, que me perdera, ainda me dominava! Mas para ser um Salviano redivivo, punha-se-me diante dos olhos uma difficuldade séria. O eloquente sacerdote gallo-romano do v seculo

achava-se face a face com um grande imperio, derradeira e esplendida formula da civilisação antiga, imperio que se esphacelava, membro após membro, no immenso paúl da propria podridão: eu achava-me face a face com Portugal! Sentia, apesar do transtorno das minhas idéas, que a linguagem solemne, a indignação profunda do antigo escriptor não cabiam nem em mim, nem no assumpto. A corrupção romana, reproduzida num país moderno, que fôra apenas fracção de uma provincia do grande imperio, apparecia-me com um aspecto galhofeiro. A palavra — caricatura — trinava-me no desvairado espirito com a teima do mosquito que nos zumbe aos ouvidos em noite calmosa. Era o fel negro que me sussurrava cá dentro essa blasphemia contra a terra da minha infancia, e que me dizia: «Se a cousa, em vez de tragedia é comedia, em vez de Salviano a chorar, faze-te Salviano a rir.» — Cedi, por fim, á tentação. Deslisando um sorriso de perverso de melodrama, peguei, certo dia de trovoada, em meia folha de papel, e escrevi no topo, em lettras maiusculas:

LYSIA POETICA

O livro antipatriotico, envenenado, quasi socialista, meio communista, estava, por assim

dizer, feito, visto que lhe achara titulo de molde. Hoje a originalidade e a substancia de boa porção de livros consistem, sobretudo, nas singularidades do frontespicio.

Escrevi, escrevi, escrevi.

Escrevendo, a bilis transudava-me pelos poros. Parte della, caindo-me da testa, ou derivando ao longo do braço e da penna, ia misturar o seu amargor com a tinta que ennegrecia o papel.

Os capitulos succediam aos capitulos, truanescos, insolentes, atrozes, implacaveis, peçonhentos, blasphemos; capitulos dignos da penna do pessimo entre todos os cidadãos, eleitores ou não eleitores, elegiveis ou não elegiveis.

Ao passo, porém, que vinha chegando a convalescença, a inspiração esmorecia. Passavam dias, passavam semanas em que a pasta das folhas biliosas já se não abria. Por fim, esqueci-me della. Foi por occasião de grave enfermidade de um novilho, que me trouxe em cuidados, porque estava pouco ensopado ainda na philosophia das philosophias, na philosophia da indifferença. Devi a salvação do pobre animal á solicitude quasi amorosa do veterinario da freguezia, singular moço, dedicado aos severos estudos, e assás visto, além das materias da sua profissão, nos mysterios da glottica, da symbolica, da synthetica, da plas-

tica, da esthetica, e, sobretudo, da amphiguristica, sciencias modernas de que, por abstrusas, por improprias do bello sexo e por excessivamente povoadas de despenhadeiros escarpados e de abysmos tenebricosos, V. Ex.ª não terá noticia. O joven alveitar, (assim lhe chama o vulgo ignorante e grosseiro) era e é um verdadeiro sabio. No primeiro anno de safra de azeite, em que devo estar de excellente humor, hei de talvez confiar a V. Ex.ª a historia scientifica do moço facultativo, e, se Deus me ajudar, fá-lo-hei com tal clareza, que V. Ex.ª ha de forçosamente regosijar-se com a minha narrativa. Um grande exemplo aproveitará á mocidade e será, álem disso, glorioso para o país.

Passou-se mais de um anno. Era no inverno, á noite, ao pé do lume. Não sei a proposito de que, lembrei-me de abrir a pasta peçonhenta. Despertaram-me logo a attenção as lettras maiusculas que avultavam no topo da primeira meia folha do manuscripto. Li pausadamente, reflexivamente, e ao mesmo tempo que ia lendo sentia correrem-me successivos calafrios ao longo da espinha dorsal. Á raiz dos rareados cabellos da fronte rebentavam-me as bagas de suor. Quando parei estava horrorisado de mim mesmo. Parecia-me ver á minha direita

o vulto mésto da patria, com a cabeça pendida, o cotovelo firmado no quadril, a região temporal encostada ao punho, e seguindo com o olhar, embaciado pelas lagrymas, as linhas daquellas paginas infernaes. Euménides caseiras, apoderaram-se então de mim a vergonha e o remorso. Por um impulso sublime de arrependimento, comecei a arrojar capitulo após capitulo para cima dos tóros accêsos. E esses capitulos, convertidos já em crepes enrugados, por onde corriam em zig-zag betas ardentes, trepavam pelas linguas da chamma, fugiam-lhes pelos vertices, fluctuavam um momento, remoinhavam e desappareciam.

Quasi ao cabo daquella especie de reproducção dos autos de fé com que se desmelancholisava o nosso grande e bom rei, o senhor rei D. João III, das fundas amarguras que lhe causavam as rixas dos frades, as maternidades das freiras, e os demais negocios graves do estado, uma aura tenue de piedade começou a bafejar-me o coração. Emulo de Bruto, dissera á fogueira: —*I flamma nefarium scriptum vora;* mas a natureza recobrara pouco a pouco os seus direitos. O braço parou. Vi a imagem cara da patria, já agora sorrindo, que subia, subia para as amplidões dos intermundios. O affecto paterno de auctor levava de

vencida a austeridade feroz do arrependimento. Depois, essas ultimas folhas, onde mal se divisava algum semi-apagado vestigio do verdete das primeiras ; essas folhas quasi innocentes, quasi anodynas, escriptas talvez ao concluir o campo a minha cura e ao iniciar o facultativo a do meu bezerro, não as sentia, como as anteriores, a remorderem-me na consciencia. Atirei, pois, para longe de mim a pasta fatal, e fui arrumar esses poucos capitulos illesos entre certos papeis velhos, os meus estudos ultimos sobre o mosarabismo, que guardo para, quando Portugal tiver a desgraça de me perder, serem opportunamente publicados, com as sobras do dinheiro do meu monumento, em obsequio da posteridade.

Ha pouco tempo corria eu os taes papeis velhos. Buscava entre elles cousa com que podesse cumprir os preceitos de V. Ex.ª, que me impoz o singular encargo de inutilisar algumas paginas do seu Almanach, atulhando-as das minhas rabiscas. Com que havia eu de topar logo? Com esses pobres capitulos, remidos dos furores do meu arrependimento. Parei a olhar para elles, e por mais de um minuto estive como absorto. Era que me despontava a idéa de submetter alguns á ap[illegible]iação de V. Ex.ª, e de os pôr á sua disposição. Resol-

vi-me a fazê-lo, ou, para ser mais exacto, não resolvi cousa nenhuma. Faço-o, mas faço-o perplexo, irresoluto, ancipite. Temo que seja mais um desses despropositos a que sempre fui, e a que ainda presentemente sou atreito.

Por certo que aos fragmentos que offereço a V. Ex.ª não se pode hoje attribuir intenção politica, sendo, como foram, escriptos ha doze ou quatorze annos. O modo de ser da sociedade ha doze ou quatorze annos confunde-se nos horisontes da historia com o das eras dos Affonsinhos ; tal é a rapidez da evolução social! Se o meu antigo mau humor houvesse resistido aos medicamentos sedativos e antibiliosos do campo, hoje teria de o deglutir a sós commigo, em vez de o derramar sobre o papel. Que resta nas instituições, nas leis, nos costumes, a que se possam applicar as ironias levemente maliciosas dos capitulos que offereço a V. Ex.ª? Eu, que sempre tremi dos compromettimentos politicos, fico por esse lado perfeitamente tranquillo debaixo do meu *tegmine fagi*. Se essas bagatellas tem algum insignificante valor, é um valor apenas litterario.

Mas é justamente quando nisso cuido que me assaltam o espirito receios, hesitações, perplexidades. A idade, o espectaculo dos numerosos progressos de uma parte notavel da ge-

ração nova, o secésso na solidão dos montes, a rara conversação das lettras, tem-me tornado excessivamente timido em questões de poesia, d'estylo, de critica tanto litteraria, como historica. A sciencia moderna dividiu as manifestações da intelligencia em relação á litteratura em duas classes. Uma pertence ás academias: é aristocratica, paceira, imitadora, cosmopolita, descorada, pedante, velhaca, fazendo escandaloso abuso da escova e da grammatica. É aquella a que o publico actual, o publico ignorante, chaveiroso, papeiro, ou, para usar da rigorosa expressão scientifica, *cretinisado,* chama litteratura nacional. A outra é democratica e não entra nas academias; prefere as *hortas* e a *cova-funda:* detesta a escova, a grammatica e a gravata. É uma funcção fatal daquella secção da sociedade que se não lava. Vem espontaneamente das fibras, do sangue, do organismo, como o furunculo ou a exostose. É radicalmente portuguesa, porque oriunda da Allemanha, donde chegou ha tempos, *via* Mosarabia. A sciencia baptisou-a... não digo bem (o christianismo não está em grande cheiro de sanctidade para com a sciencia moderna) denominou-a «nacional-litteratura» ou, segundo a melhor ortographia, «naciona-litteratura.» A litteratura nacional e a «naciona-

litteratura» são duas entidades que se distinguem essencialmente, que se excluem, que se repellem, que se odeiam ; que podem co-existir tanto como o acido carbonico e a respiração ; como o S. Jorge do castello de Lisboa e o Sanctiago de Compostella (1). Essa antinomia explica-a admiravelmente a glottica. No compendio do professor Prahler (2), nos tres tratados sobre affixas, prefixas e suffixas, achará o curioso destas erudições, que os ler, ou que, pelo menos, fingir que os leu, a razão porque, em certos casos, ora a prefixão, ora a suffixão de um adjectivo a um substantivo podem produzir phenomenos analogos aos das electricidades positiva e negativa ; phenomenos singulares. Demonstrado, pois, que ás duas litteraturas não é dado co-existir, e que a verdadeira, a legitima, a democratica, a de direito natural e divino, em summa, a mosarabica, é a unica racionalmente possivel, segue-se que á «naciona» pertence, de direito e de facto, o futuro, como de direito lhe pertencia o passado. No passado, apesar de opprimida, ainda os seus vestigios são magnificos. Tem por epopéas principaes o poema da Cava em verso, e o Carlos Magno em prosa ; marcha desde os

(1) e (2) Ver as *Notas* no fim do volume.

raptos lyricos de Egas Coelho a Goesto Ansur, faz alto na Oração do justo juiz, e vai dar uma volta pelos Açores na nau *Catrineta;* liga o seculo XII ao XIX, fazendo que deem as mãos atravez das eras a canção de Gonçalo Hermigues e as cantigas do fado. João Pedro Ribeiro, que se ria da authenticidade das Cavas e dos Ansures e dos Egas e dos Gonçalos, era um peralvilho sem criterio. A sciencia tem reposto as cousas no seu devido logar. A beta negra que ella traçou sobre a vida litteraria da nação, desde o seculo XVI até os meiados do XIX, sumiu a falsa gloria dos nossos poetas e dos nossos prosadores classicos no cadoz das vergonhas dos tempos passados. Ao cego mendigo e é sua viola vai-se restituir a preeminencia de que andavam esbulhados. O fado foi a voz solemne de uma revolução. O publico das grandes papeiras ou ha de curar-se, ou ha de ser tasquinado e exterminado como o foram os *honorati, possessores, curiales* e demais troça celto-romana, conforme o que diz o meu visinho. É indispensavel que a «naciona-litteratura» tenha, emfim, um publico. Os livros de sciencia funda e de inspirações democraticas, que avultam já no horisonte, não hão de estar eternamente a dormir nas estantes dos livreiros. Obscurecida durante seculos, a variada e

brilhante poesia dos litos e mosarabes renascerá com todo o esplendor primitivo, logo que a sciencia da parte sã da mocidade, que está sobre os ovos, complete a incubação. Será esse o dia de juizo para a velhaca da litteratura nacional.

Eis, minha senhora, porque trepido e ora me conforto, ora desanímo, remettendo a V. Ex.ª os quasi chamuscados fragmentos de um grande holocausto. Sei, pouco mais ou menos, o que nesses fragmentos teria que reprehender a critica velha. Mas a critica nova? Mas a critica scientifica? Que dirá a critica scientifica? Que dirão a esthetica, a symbolica, a glottica, a amphiguristica? É á roda desse terrivel feixe de pontos de interrogação que me fluctua o espirito aterrado. Apesar do tracto com o facultativo meu visinho, pouco mais adiantado estou do que V. Ex.ª no saber verdadeiro e no verdadeiro *kriterion*. Escrevo a palavra em grego como um supplice sorriso tendente a commover e dulcificar a austeridade da sciencia. São, talvez, esforços vãos ; mas são esforços para não comprometter de todo o livro de V. Ex.ª.

Ha de haver espertos que murmurem : — «Historias! O homem não tem o medo que diz.» — A estes observarei que confundem epo-

cas diversas. A sciencia, menos indulgente, accusá-los-ia de — «tendencias fatalmente organicas para synchronisar o anachronico,» — ou doutra pravidade assim. Ha tempos e tempos. Nos meus tempos felizes, aggrediam-me as almas piedosas, os ichacorvos, os amantes das glorias nacionaes, os sarracenos e não sei quem mais. Os mosarabes, esses não. Guardavam-me certo respeito em attenção a tê-los resuscitado. Pois olhem que a fiz limpa! A minha situação era por dous modos vantajosa então. Tinha a energia dos annos virís e a liberdade de acção que, Deus louvado, ainda não perdi. Esta provinha-me de nunca ter sido, que me lembre, nem commendador, nem conselheiro, nem gran-cruz, nem barão, nem visconde, nem par, nem nada ; e já agora creio que morrerei na esteira do mais somenos mercador de retalho : nem sequer chegarei, por influxo da Sancta Madre Igreja, que de ha muito me trás d'olho, a professor de alguma coisa que eu não saiba. Havia duas razões capitaes para a minha abstenção de mundanidades. Era uma a rareza daquelles trabalhos que, por mais que façam e digam, hão de escassear sempre. São poucos e os democratas muitos. Nos apertões respira-se mal, e eu sempre precisei de ar puro e livre. A outra

razão consistia em que a modesta condição de simples burguez é o penhor, a garantia da liberdade de acção a que me referi, liberdade impossivel nas eminencias sociaes, onde tudo é augusto, grave, sereno ; onde se não ri. O burguez, homem chão, pouco noticioso dos ritos hierarchicos, pode ser pungente, rispido, insoffrido, tempestuoso ; pode, sobretudo, rir-se ; rir-se á vontade do que intrinsecamente é risivel. Não periclita com isso a honra, que é a sua fidalguia. Fui rispido, fui pungente, fui insoffrido, ri. O que invariavelmente respeitei foram as viscosidades moraes. Temia-me, temo-me ainda dellas. Assustava-me a idéa de que uma simples picada de alfinete nessas entidades fizesse espirrar o que quer que seja que lhes serve de sangue, e que isso me salpicasse. Ante o torpe e o hediondo guardei e guardo o inexoravel silencio que exige, não a grandeza facticia, mas a dignidade humana. Na escala da creação ha uma certa distancia entre o homem e o sapo. Ainda hoje podem os jesuitas mandar insultar-me desafogadamente pelos que vivem do insulto. Bem sei que lh'o mereço ; nem lh'o levo a mal. Mas parece-me isso um erro de administração. As sobras do dinheiro de S. Pedro e das quebras dos bancos *catholicos* da Belgica são-lhes

precisas para occorrer a despezas mais sérias ; para os subsidos á Internacional.

Inferir do que fui e do que fiz, o que sou e o que posso seria grave erro. Ha vinte ou trinta annos nem sequer me incommodava ao de leve a critica apaixonada ou malevola ; hoje a lucta já não é para mim diversão. Gosto mais de ver ordenhar as vaccas, ou de ouvir borbulhar o mosto nos balseiros da curtimenta. Depois, decadente o espirito, como romper atravez da bastura de uma selva de sciencias, no fundo da qual o *kriterion* nos faz visagens ameaçadoras, encascado numa panoplia de amphiguris?

Mas saia o que sahir, a Deus e á ventura vão os capitulos. Deixo a resolução suprema sobre a sua publicação ou não publicação ao fino tacto de V. Ex.ª. Se vierem a lume e forem declarados indignos da naciona-litteratura, o que é probabilissimo, resignar-me-hei e calar-me-hei porque já não presto para nada. *Umbra mei*. Agora, se, por singular acaso, V. Ex.ª vir (sempre na hypothese de um anno de safra) que tomo delicadamente pelas orelhas algum mosarabe e com os devidos resguardos e attenções, o penduro de um madeiro, como o que Aman apparelhara para Mardocheu, afim de que, logo de longe, no

tempo e no espaço, conheçam todos o que é e o que vale, acredite firmemente, minha senhora, que está presenciando um grande milagre, uma especie de resurreição de Lazaro. Certo é que os milagres não se fizeram para delles se aproveitarem os hereges ; e pessoas fidedignas e competentissimas em politica e em heresias me informam de que cahi, pouco ha, na mais singular heresia politico-religiosa de que resta memoria no mundo. Os thesouros, porém, da misericordia divina não são inexgotaveis. O meu cura, que na historia scientifica do moço veterinario, se eu a escrever, ha de figurar muito pelos frequentes quebra-cabeças que tem com elle, (não sei se apesar, se por causa do seu bom juizo e solida instrucção) é tambem capaz de reconduzir ao aprisco a ovelha desgarrada, porque é poço sem fundo em theologia dogmatica e polemica. Nesse presupposto, aplana-se o caminho ao milagre pela minha conversão. Tudo está, depois, em apanhar eu um registo da Senhora de La-Salette, bento pelo meu consocio do Instituto, o senhor bispo de Orléans, ou uma garrafada d'agua da Virgem de Lourdes. Então sim; então é possivel que o *eu* dos sessenta e tres se converta no *eu* dos quarenta. Seria um facto não de todo infer-

til de resultados, ao menos para este seu servo.

O seculo XVII teve o gongorismo das metaphoras e das imagens : o seculo XIX tem o das formulas scientificas, do pueril, do paradoxal e do inintelligivel. O gongorismo do seculo XVII deu existencia ao celebre *Fr. Gerundio*. Não vejo inconveniente em que o do seculo XIX faça brotar do ideal o *Licenciado supino*.

Disponha V. Ex.ª da inutilidade do lavrador dos Bairros.

LYSIA POETICA

1858

O soldado, o cabo de policia, o guarda fiscal

BRAHMA—VICHNU—SIVA

(Fragmento apenas chamuscado de um manuscripto reduzido a cinzas)

CAPITULO XI

A Ordem e a Carta

Este interessante capitulo, bem como os subsequentes, encerra factos conhecidos de muitos, ignorados por alguns, e talvez por ninguem devidamente apreciados.

Em Portugal, quem, assás descuidado da propria reputação de cordura, incorpora as suas economias nalgumas dezenas de hectares de terra, afastados dos grandes centros da população, em vez de as atirar para cima de um masso de inscripções, suprema industria nacional, tem, como corollario inevitavel do seu desproposito, de buscar a protecção e auxilio de um elemento de ordem, de segurança, de moralidade, de justiça, de boa administração e de economia rural, que a Providencia, sempre sollicita em proporcionar os meios aos fins, concedeu á patria dos Affonsos, á terra do Deus de Ourique.

Este elemento é o guarda ou guardador, o valentão, homem-axioma, principio augusto de direito publico português, tendo por leis organicas uma espingarda, *olim* de fuzil, que o engenhoso ferreiro da aldeia transfigurou em espingarda de percussão, e um daquelles bons cajados de Luso, que Camões celebrou. Cumpre, porém, advertir que a nossa jurisprudencia, na hypothese do guarda, não exige rigorosamente *o seguro azambujeiro* de que reza o grande poeta. O carrasco, o cornogodinho, a velha torga, ou a velha urze, e até o abrunheiro ou o marmeleiro civilisados podem servir. Tudo está na solidez e na elasticidade.

A espingarda transfigurada e o cajado lusitano são os instrumentos, as garantias, os meios de execução no artigo 145 §§ 6 e 21 da Carta Constitucional. Se os dotes, porém, do guardador são realçados pela circumstancia de ter uma ou duas mortes ás costas, o que nelle prova larga experiencia da vida, então pode affirmar-se que, em relação á inviolabilidade pessoal e da propriedade, a Carta rege estes reinos o mais felizmente possivel.

Nos demais países a força publica ou uma parte della é quem mantem as disposições analogas do direito social. É uma circumstancia esta que, como milhares de outras, prova a utilidade das viagens. O viajante compara os usos e costumes dos povos. Por mais disparatados que sejam, elles não revelam senão a universalidade da lei que rege o mundo material e o mundo moral — a variedade na unidade. O viajante nem só no estudo do primeiro vem a descobrir o dêdo da Providencia; descobre-o, tambem, talvez melhor, estudando o segundo. Se as nações tivessem todas os mesmos habitos, as mesmas leis, as mesmas tradições, as mesmas idéas de ordem moral, a locomoção rapida, que este seculo sollicíta com tanto ardor, seria o cumulo do absurdo.. Para que serviria viajar?

CAPITULO XII

A força publica

Nós cá, os lusitanos ; nós, nação radicalmente autonoma, compramos annualmente tres mil contos de reis de força publica, para a applicar aos seguintes misteres :

A defensão dos tribunaes, das secretarías, das estações publicas quaesquer, replectas de magistrados, de officiaes, de escripturarios, de continuos, de porteiros, fechadas de noite com cancellos de ferro, ou com grossas portas chapeadas, e onde o roubo, de fora para dentro, é impossivel porque, em regra, não ha lá que roubar ; e isto numa cidade de duzentas mil almas, onde não occorre duas vezes no anno uma tentativa de arrombamento de casa, ou de latrocinio violento nas residencias particulares ;

A redempção do Banco, provido amplamente de cancellos e portas chapeadas, de casas fortes subterraneas, de cofres ferreos com chaves de segredo, e collocado no centro da capital, onde o timido burguez passeia dia e noite sem temer pela bolsa, e lembrando-se

apenas, se porventura se lembra, do gaiato saltitante que, ao perpassar, ou no apertão, pode alliviá-lo do lenço, ou da caixa de rapé ;

A montar a guarda principal, que tem por principal objecto montar a guarda principal ;

A fazer sentinella á porta dos hospitaes militares, onde a vigilancia armada é indispensavel para obviar a que os amputados abalem com algum braço ou perna na algibeira ;

A vigiar pela segurança do Deposito-publico. Dá-se este nome a um instituto scientifico, destinado a cursos de philosophia experimental, onde, em nobre competencia, o governo e os escrivães demonstram contra o aristotelismo que a natureza não tem horror ao vacuo ;

A prevenir o desvio de toda e qualquer preciosidade archeologica dos nossos museus de paus pôdres e ferros velhos, a que poeticamente chamamos arsenaes, donde apenas escapa, ás vezes, alguma dezena de peças de artilharia de bronze, ou outros objectos microscopicos assim, inobservaveis para a vista desarmada das sentinellas ;

A circumdar os paços reaes, habitados e deshabitados, velando pela vida e pela sombra do rei que, entretanto, passeia no povoado ou no despovoado, a cavallo ou a pé, certo de que os

individuos que encontra são, senão amigos, pelo menos indifferentes, e de que os quarenta ou cincoenta republicanos que ainda nos restam em agraço e sem o grau de madureza necessario para serem enquadernados em commendadores, conselheiros ou viscondes, são os Fieschis e Orsinis mais inoffensivos e immaculados da Europa ;

A marchar o corpo X que está na cidade A para a cidade B, e a marchar o corpo Y que está na cidade B para a cidade A, e depois adestrarem-se X e Y no exercicio de nunca marcharem ;

A dar, de annos a annos, demonstração do indissoluvel consorcio, do affecto connubial, da devoção illimitada que subsistem entre a milicia e o país, quando se tornam evidentes a necessidade e a urgencia de uma revolução, de que, por falta de tempo e multiplicidade de outras occupações, o mesmo país não pode tractar pessoalmente ;

A acompanhar as procissões e os sirios, a fazer alas no dia de *Corpus* e de abertura de Côrtes, a dar guarda para os theatros em noites de gala, a levar o rancho aos que estão de serviço, e a transmittir ordens, avisos, communicações sobre estas importantes empresas de uns para outros chefes militares.

Os valentes dispensados, temporaria ou permanentemente, destes variados misteres da dura vida do homem de guerra, não podem distrahir-se em policiar obscuras aldeias e casaes solitarios. O proprio descanço do guerreiro é povoado de mais serios encargos. Nessas aldeias e casaes residem, é verdade, seis decimos da população do reino; maioria numerosa por certo; mas que, apreciada pelo seu valor social, se achará convertida em minoria insignificante; raça grosseira e rude, a quem a lei deixou a faculdade de presumir-se, de defender-se e de policiar-se a si propria. Fora do activo serviço, os modernos representantes de Viriato não cruzam os braços, nem dormem. Passeiam uns no quartel para constituirem opportunamente o auditorio da musica regimental. É um tributo de consideração devido á mais bella das artes. Constituem outros a classe dos impedidos, aos quaes a tendencia para a igualdade, que é o caracter proeminente do espirito militar, fez se désse o nome de *camaradas*. O camarada é a providencia, o amparo, o tudo da familia do official: desmama o infante, leva a menina á mestra, acompanha a dona da casa, accende o fogareiro, vai á tenda, ao açougue, ao mercado. O espectaculo do granadeiro com a

creança do seu official ao cóllo vale um drama de Kotzbue, ou de Antonio Xavier : commove. Esta secção da milicia é, em grande parte, quem mantem a firmeza, a disciplina, os habitos militares que, segundo a opinião das pessoas mais competentes, se perderiam no policiar os campos e aldeias, do que resultaria virmos depois a achar-nos sem um exercito aguerrido quando cumprisse fazer preponderar o nosso voto nos conselhos dos gabinetes da Europa, rectificar as nossas fronteiras, ou humilhar a suberba das nações nossas rivaes.

CAPITULO XIII

O cabo de segurança

Destas considerações e destes factos derivou, na aldeia, o cabo de policia ou de segurança. O cabo de segurança é um ente duplo : é o individuo tirado da população laboriosa, indefesa, timida, aterrada deante dos Nembroths, das hyenas humanas, dos barões, ricos-homens e infanções espalhados pelo país, e encarregada de manter a segurança de si mesma contra os Nembroths, as hyenas humanas, os barões, ricos-homens e infanções do

sobredito país, o qual, nesta parte, por uma pertinacia historica digna da inveja dos outros povos, ainda se acha embutido no cerne da idade média.

O cabo de policia que substitue a força publica, sendo ao mesmo tempo a população defendida e defensora, sendo o operario, o seareiro, o offical mechanico, o cultivador do proprio ou do alheio conchouso, o mercador de retalho, o ambulante, que tremem deante do salteador ou do assassino, seguro da impunidade, seguro, até, da repressão, tem por dever principal pagar annualmente em trabalho forçado, alem dos impostos geraes directos e indirectos, necessarios para muitas cousas boas, e entre outras para se apurarem os tres mil contos de força publica, o tributo especial de cincoenta ou sessenta dias de vida, dedicados ao desempenho das suas funcções. As annúduvas da villanagem na idade média duravam mais ; duravam tres mezes. Vê-se, pois, que neste ponto as tradições nacionaes tem-se prevertido um pouco ; e na harmonia das leis fiscaes com as administrativas começam a sentir-se tendencias assustadoras para se darem ouvidos ás caramunhas socialistas do homem de trabalho.

As funcções do cabo de segurança, do fora-

montão do seculo XIX, são no essencial as seguintes:

Fazer os recados do administrador de concelho e do regedor de parochia, sob condição de levar na algibeira um papel cerrado que diga por fora — *serviço nacional*. Tem-se introduzido alguns abusos ácerca desta condição, que muitos omittem e que devera ser impreterivel, em attenção á moral publica e ás boas praxes administrativas;

Dormir á porta do administrador do concelho ou da regedoria, á espera de que haja recados. Evitam-se assim os excessos da producção, a baixa dos salarios, os tumultos populares que dahi podem provir, e as crises industriaes. Faz-se a um tempo policia e economia politica;

Avisar os criminosos quando, nalgum dia de mau humor, os magistrados superiores se lembram de mandar prender qualquer reu. Aos cabos de segurança, que antes de tudo devem recordar-se da sua, não é licito esquecerem-se de prevenir a tempo o seu conhecido, visinho, ou compadre malfeitor, das intenções traiçoeiras do magistrado, isto quando o administrador ou o regedor, por indesculpavel negligencia, deixam de pôr de sobreaviso o cidadão facinoroso, que pode ter tambem o seu

dia de mau humor e punir tantas e tão reprehensiveis esquecimentos com uma facada á esquina de um muro, ou com um tiro detrás de uma balsa;

Conduzir respeitosamente á cadeia o réu que, apesar de tudo, cede á phantasia de se divertir deixando-se prender, só por gosto de ser declarado innocente pelos jurados, que não ignoram a existencia dos muros, das facas de ponta, dos bacamartes, da disciplina e valor dos cabos, e do art. 145 da Carta Constitucional.

O defeito capital do jurado português é o instincto grosseiro que o leva a preferir a integridade dos proprios ossos á boa distribuição da justiça, o inconsutil da propria pelle, á repressão dos crimes. Repugnante materialismo!

Não massaremos a paciencia do leitor com a exposição de todos os outros deveres de menos monta do utilissimo agente da ordem publica, denominado o cabo de policia.

Oh tres vezes adoravel, oh tres vezes confortativa ordem publica, que és o descanço e o regalo do rustico cidadão, salve!

CAPITULO XIV

O guarda

Da essencia e indole da força militar, da essencia e indole do cabo de policia procede, pela filiação irresistivel dos factos, o guarda-valentão, munido do transfigurado arcabuz ou, na falta deste, do páu ferrado e da navalha de ponta, appenso a qualquer predio de certo vulto, ameaçado de continuo pela astucia, pela audacia, e até pela violencia do cidadão ratoneiro.

O soldado, o cabo de segurança e o guarda rural constituem uma trindade humanada, derivando de si mesma. São o Trimurti dos Védas: Brahma, Vichnú, Siva.

Siva é a providencia da agricultura, como o camarada é a providencia domestica da milicia.

Todo o grande ou mediano proprietario ou rendeiro, que tem a mania de não vir a morrer de fome no meio da abundancia dos seus productos agricolas, vendo-os sumir lentamente, mas que aliás sabe amoldar-se ás instituições, leis e costumes destes reinos, reputa dever religioso descobrir um deus Siva e addi-

cioná-lo aos seus prados, vinhas e olivedos, aos mattos e devesas que possue, aos campos que cultiva.

É que o deus dos Védas prova melhor entre nós que o deus Terminus entre os romanos. A espingarda, o cajado e a navalha de ponta obram maiores milagres do que a pedra branca, o marco sancto do polytheismo.

A verdadeira incarnação de Siva, o homem-axioma, o homem principio social, descobre-se facilmente pelas seguintes indicações:

Caramello ou maltez côr de pederneira; cabello negro, espesso, revolto; trinta a quarenta annos de idade; tres palmos de largura de hombro a hombro; modesto, vergonhoso, levando a mão ao barrete deante de todas as superioridades, desde o sacristão da freguezia até o escrivão do juiz eleito; falas poucas; voz infantil e apipiada; risadinhas mansas, benevolas; condescendente para com todos e aproposito de tudo; relicario ao pescoço debaixo da camisa e ao rez da carne. No seu volver de olhos, quando por excepção singular os alevanta do chão, ha sempre uma centelha que relampagueia, passando rapida, e que nos obriga a abaixar a vista para as mãos de Siva, buscando ahi alguns laivos meio-apagados de sangue.

Um guarda assim é o ideal realisado do guarda. E, todavia, o genio do homem tem sabido accrescentar-lhe perfeições. É implacavel a civilisação no seu progredir. Forceja o nosso seculo para que as gerações futuras sejam de dia em dia cada vez mais allumiadas. Enleva-nos a eschola primaria. E, na verdade, os seus resultados na gente do campo são assombrosos. A promptidão com que o moço aldeão, cessando de frequentá-la alcança desaprender tudo quanto alli aprendeu, se aprendeu alguma cousa, mostra bem o desenvolvimento que adquiriram as suas faculdades mentaes, sobretudo a sua razão practica. Ora o guarda aperfeiçoado, o guarda digno de nós e do seculo, exerce tambem, por este lado, um sacerdocio, conforme a phrase consagrada para taes casos. O aperfeiçoamento, simples como tudo o que é grande, consiste numas solas de sapato de pollegada de grosso, escrupulosamente tauxiadas. Estas solas são um magisterio, instrumento poderoso de progresso, frequente e proveitosamente applicado á educação moral da puericia esperançosa dos campos; dessa amavel e innocente puericia, que, por inspiração propria ou por induzimentos maternos, está na praxe de se distrahir em cortar matto e lenha ou em recolher os dons

de Ceres e Pomona nos predios alheios por alguma estrema que reputa menos vigiada.

Convenientemente equipado, o maltez ou caramello em que Siva incarnou, preenche mais de uma lacuna na rêde da gaiola social. Representante campestre da força publica, é, ao mesmo tempo, complemento efficaz do mestre e do parocho. A espingarda, o cajado e a navalha de ponta mantem o direito de propriedade rural: as solas tauxiadas supprem as insufficiencias da educação moral das populações agrestes. Deste modo, o guarda é formula, symbolo, manifestação, commentario eloquente e profundo dos dois paragraphos do artigo 145 da Carta, anteriormente citados, que dizem em português pouco joeirado:

«É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude.»

«A constituição garante a instrucção primaria e gratuita a todos os cidadãos.»

CAPITULO XV

Indignações do sacerdocio da imprensa, agachado atrás da guarda municipal, a proposito de uma chumbada nas pernas de um ratoneiro, dada pelo guarda rural, agachado atrás de um vallado.

Foi neste capitulo que começou a queima. Escapou um fragmento; mas o melhor ardeu. É por isso que não se publica. Contente-se a patria com deplorar tão infausto acontecimento.

Á Condessa de Samodães

Minha Senhora

São tanto de penhorar as expressões de que V. Ex.ª se dignou servir-se em relação a mim, numa carta ao meu amigo A. J. R. (1) ; é tal e tão excessivo o favor com que ahi me tracta, que eu mereceria a nota de ingrato se não quisesse arriscar-me á de ousado, agradecendo directamente a V. Ex.ª a sua benignidade para commigo. No juizo sobre a minha pobre tentativa litteraria do — *Eurico* — expõe V. Ex.ª os meritos que elle devera possuir ; e perdõe-me V. Ex.ª dizer-lhe que, nobilitando o livro pelo seu puro gosto e alta intelligencia, se enganou suppondo existir nelle o que era só um reflexo da alma de V. Ex.ª. Ao que V. Ex.ª

(1) André Joaquim Ramalho.

faz justiça é ás minhas intenções, e essa justiça é a maior recompensa que posso receber pela boa vontade, e não pelo desempenho na realisação do meu pensamento. Se, porém, falhei na empresa, consola-me o ver que ella era escusada, porque até naquelles dotes em que os homens vulgarmente se creem superiores á metade melhor do genero humano, o espirito de V. Ex.ª é prova plena de que a superioridade de razão e de talento pode pertencer do mesmo modo e no mais subido grau tanto a um como a outro sexo.

Queira V. Ex.ª acceitar indulgentemente os protestos de consideração com que sou

De V. Ex.ª
att.º ver. e obrig.do cr.º

Ajuda, 22 de março de 1845.

A Luiz de Almeida Albuquerque

Ex.^mo Am.^o e Snr.

Val-de-Lobos, 26, julho, 72.

Esta é uma carta de apresentação, apresentação de um escriptor novel, que deseja occupar algumas columnas do folhetim do *Jornal do Commercio* com um trabalho litterario. Veiu-me falar nisto sem se lembrar de que eu hoje sou um dos individuos mais improprios para taes apresentações, eu que me transformei num rude *barrão* (o saloio de Santarem), inteiramente estranho a taes assumptos. Não pude convencê-lo de que, quando muito, estou no caso de apresentar a um merceeiro qualquer lavrador como bom fabricante de azeite.

Não houve, portanto, remedio senão escre-

ver esta carta, contando com a sua velha amizade (e ainda mal para nós ambos que é velha) para me absolver d'este peccado, não de protector, mas de procurador de cousas litterarias.

Disponha do seu

Am.º obrig.mo

A José Maria Borges

Ex.^mo^ Am.^o^ e Snr.

Val-de-Lobos, 8, dezembro, 1876.

Quando, depois de dous mezes de ausencia, um lavrador chega a casa, não ha consideração que o afaste das inspecções, exames e contas. A rusticidade natural da gente deste officio ainda ajuda essas irresistiveis tendencias a pospôr deveres mais altos. Não ha resistir. Sirva isto, senão de desculpa, ao menos de attenuação á falta que tenho commettido, tardando em agradecer a V. Ex.^a^ a sollicitude com que tractou da licença do meu soldado.

O que, porém, hoje sinto é o incommodo quasi inutil que dei a V. Ex.^a^ e que teria evitado com mais poucos dias de espera. As licenças, que se representaram como difficeis

de alcançar, deram-se com pequeno intervallo a quantos as quiseram. A concessão que cumpria obter por empenhos, transformou-se de subito em dadiva espontanea da auctoridade militar.

Está escripto que todas as nossas cousas hão-de ter este caracter. Peço a V. Ex.ª queira apresentar os meus respeitos ás Senhoras com as desculpas de não ter ido receber as suas ordens antes de partir.

Sou de V. Ex.ª
Am.º e c. obrig.mo

A J. C. da Costa Goodolphim

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr.

Val-de-Lobos, 9 de maio, 1877.

Tenho demorado a resposta á carta de V. Ex.ª contando com mandar vir de Lisboa um exemplar do *Monge de Cistér* por pessoa que daqui fosse, para evitar o porte de correio, não sendo cousa que se mandasse vir pelo caminho de ferro. Tão arredado ando desses meus antigos peccados litterarios, que nem um *memento* delles tenho aqui.

Mas a demora vai ultrapassando todos os termos. Recorro, portanto, a vagas reminiscencias. O traidor a que alludi pode V. Ex.ª encontrá-lo no capitulo 75 da chronica de D. Fernando por Fernão Lopes. Quanto ao principe que converteu a espada em charrua,

postoque não esteja certo dessa passagem, creio que será allusão ao Duque de Bragança que, depois da guerra civil de 1832-4, destruiu grande numero de alcavalas, com que o povo que trabalhava era vexado e espoliado, em beneficio das aristocracias seculares e ecclesiasticas e de todo o genero de mandriões que, como elles affirmavam, contribuiam para o esplendor do throno.

Disponha V. Ex.ª da boa vontade de quem é

De V. Ex.ª
V.or e C.

A J. I. Ferreira Lapa

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Val-de-Lobos, 15, agosto, 1876.

Faz-me V. Ex.ª a honra de me consultar sobre um ponto importante do fabrico do azeite, em que sou um simples curioso, como em todos os ramos da industria agricola, em que, por experiencia, já algum tanto diuturna, não me reputo inteiramente hospede, mas em que estou bem longe de ter a auctoridade que V. Ex.ª, talvez por erradas informações, tem a bondade de me attribuir. Amei de pequeno a vida rural ; mas a minha educação e os meus estudos de homem levaram-me por bem diverso caminho. Sem conhecimentos solidos das sciencias naturaes não se pode ser agricultor distincto. A affeição ao campo serve-me de

refugio na tarde da vida, e, no meio das contrariedades e desenganos, foi para mim o rochedo do naufrago.

Posto isto, estou bem longe de poder dar conselhos a V. Ex.ª, sobre qualquer circumstancia do fabrico do azeite. O que posso é dizer quaes convicções resultaram para mim da practica.

Penso que não ha azeite cozido em que mais cedo ou mais tarde, em grau maior ou menor, um paladar afeito ao bom azeite não venha a descobrir ranço. Pelo contrario, o crú, conservado em boas condições, sobretudo de temperatura e de limpeza, não se lhe encontra alteração sensivel no fim de tres e quatro annos, como mais de uma vez tenho experimentado.

No meu modo de ver, azeite bom e agua a ferver excluem-se : escaldão e ranço são equivalentes.

Todavia, evitar a applicação da agua a ferver no lagar é impossivel. Não imagino como a pressão a frio possa extrahir da massa todo o oleo sem rebentar os enceiramentos. Quando a massa provem de azeitona arruinada, o que tantas vezes acontece, não se obteria a frio senão uma porção insignificante do azeite nella contido. Nem valeria a pena de tentá-lo, porque a differença entre os dous productos seria

apenas a de mau a pessimo. Mas é justamente de azeitona em estado de maior ou menor decomposição que, como V. Ex.ª sabe, se fabrica a maxima parte do azeite em Portugal. Se V. Ex.ª advertir esta ultima circumstancia no seu livro, será bom accrescentar que o azeite do nosso país é ainda assim a admiração da Europa. Lembre-se de Antonio Augusto de Aguiar. Recordo-me de ter lido num viajante ás regiões polares que uma das cousas que moveu a compaixão pelos povos da Europa central e meridional a um esquimau bom homem era o não terem elles abundancia de azeite de baleia para temperarem os dissaborosos alimentos. Quasi que o fazia maldizer o destino o espectaculo de semelhante desgraça.

Quando a azeitona é boa, colhida á mão (o que é *mais barato* que varejar) e no conveniente grau de maturação, e, alem disso, a temperatura em volta do alguergue não é excessivamente baixa, a massa pode dar de 6 a 8 decimos do azeite total da moedura pela pressão da vara a frio ; mas o resto ha-de sahir pelo escaldão nas seiras e a pressão da prensa. Depois pouco importa a cozedura deste ultimo azeite na tarefa. Estragado já elle vai das seiras, e tem a vantagem de ficar logo *bom* para

a venda, ao passo que o crú precisa de tres ou quatro mezes para clarificar naturalmente.

Falo na vara e na prensa porque o conjuncto destes dous meios de pressão me parece constituir o melhor systema. Acho que a vara serve para ter bom azeite, a prensa para ter muito azeite. Parece-me que o azeite de vara é menos margarinoso que o de prensa. Na vara a pressão é mais fraca, porém mais uniforme. Por muito bem que se trabalhe na prensa, a intensidade da pressão varía. A vara segue obediente o fluxo do azeite das seiras para o alguergue. Na prensa os homens que movem o sarilho não podem proporcionar a força da pressão ao fluxo. Tem de parar. Desde que param, o fluxo determina sucessivamente pressões diversas. Não sei se é disto, como suspeito ; sei que não acho tão fino o azeite crú exprimido com a prensa como o exprimido com a vara.

Em tempo li com attenção a parte relativa ao azeite na Technologia Rural. Ficaram-me duvidas, quanto a alguns factos e algumas doutrinas, com que não quero agora pôr á prova a bondade de V. Ex.ª. Nem no fabrico do azeite, nem na sua conservação e depuração, emprego as precauções minuciosas, ou os methodos, mais ou menos complicados, que os

auctores aconselham e que V. Ex.ª memora. A permanencia de uma temperatura média no armazem onde o conservo e uma trasfega no principio do verão fazem tudo. A margarina separa-se da oleina em grande escala ; depois torna a incorporar-se em parte, sem que o azeite dê o menor signal de alteração. Sempre fica uma porção de margarina adherente ás paredes das talhas (uso de talhas de folha de 30 almudes até 3 pipas, fechadas com tampas, porém não hermeticamente) ; margarina que na colheita seguinte é lançada nas tarefas, em que se coze o azeite ordinario, e que incorporada com elle, nem por isso lhe faz peor venda. Apesar da extrema simplicidade do meu processo, o azeite de Val-de-Lobos tem para mim um só defeito, a sua insufficiencia para corresponder regularmente á procura.

Disponha V. Ex.ª da sincera vontade de quem é

De V. Ex.ª
V.or e C.

A J. M. da Costa Basto

Abril, 25 (1867?)

.....

Quanto aos livros da Camara (não se perdeu carta: esqueceu-me tambem isso) as unicas cousas em que podia ter falado ao Valentim [1] são, que me lembre, o Tombo por occasião do Terramoto, que me pareceu conter mais do que o exemplar da Torre, e um Livro dos Canos da Cidade, não me recordo de que seculo (talvez do 17.º) que lá vi. Como os canos deviam seguir as ruas, parece-me que desse livro se poderá tirar alguma luz. Tambem creio que

---

[1] O destinatario escrevera a Herculano perguntando-lhe que livros pertencentes ao Archivo da Camara indicara elle ao architecto José Valentim de Freitas, e onde se encontrava a traducção em português do Livro do Mestre Jacob das Leis

se elle catasse bem o *Livro dos Pregos*, lá havia de encontrar muitas especies para as antigualhas de Lisboa. Na Guarda tem elle um regulamento para a procissão de Corpus Christi dos fins do seculo XV, que escapou a J. P. Ribeiro.

O Livro de M.e Jacob das Leis, traduzido em Portuguêz, está na Torre : parece-me que nas Gavetas. Não digo com certeza, porque não tenho aqui, como sabe, apontamentos nenhuns.

Paro aqui porque o rapaz quer-se ir deitar, para ir cedo para S.em.

Recommendações ao João.

Am.°

Am.°

....

Não sei se nas actas da Commissão do Codigo me calumniaram, attribuindo-me a emenda do artigo 1851 (1). Eu rarissimamente metti o nariz nessas questões de miuncias legaes, para as quaes eram de sobra os jurisconsultos de officio que lá estavam. Entretanto, vendo o artigo, o que me parece é que ha um erro d'imprensa que as Camaras deixaram passar pela consciencia com que se faz tudo nesta terra: o que lá estava talvez era *sem* em logar de *por*. Assim, a doutrina pa-

(1) José Basto chamara a attenção de Herculano para a redacção do Art. 1851 do *Codigo Civil Português*, que é a seguinte:

«Se o legatario com encargo não receber *por* culpa sua todo o legado, será o encargo reduzido proporcionalmente, e se a coisa legada fôr evicta, poderá o legatario repetir o que houver pago.»

rece-me racional : como está é absurda, obviamente absurda, perfeição a que ainda me parece não terem chegado as minhas idéas. A vontade do testador é que do cumulo do legado saia o encargo : o direito de legatario nasceu ao fallecer o testador : se causas alheias á sua vontade o privam da realisação de uma parte deste direito, é obvio que uma parte correspondente da obrigação do encargo desapparece. Se, pelo contrario, elle resigna espontaneamente uma parte do seu direito, a vontade do testador, que realmente o que transmittiu foi o que sobrasse do encargo, não deve ser illudida, visto que o legatario, em rigor, realisou plenamente o seu direito, embora depois abandonasse parte delle.

Tem-me esquecido dizer-lhe quanto ao Livro da Noa que elle é da Academia, porque a Academia o pagou, como sabe. Ella, porém, é que devia deixá-lo na Torre do Tombo.

Am.º

(1868).

Am.º

Os costumes de Senhorim não ficaram de reserva por serem posturas, mas por serem posteriores á nossa epocha. O direito consuetudinario formava-se com diversos elementos e as resoluções, quer dos magistrados administrativos (como hoje diriamos) quer dos judiciaes, adaptadas e confirmadas pelos homens bons tambem serviam para o constituir. Vê-se do extracto que me mandou que a maior parte das disposições são anteriores a 1280. Entretanto, pelo fecho conhece-se que o quaderno transcripto no L. dos For. Velhos pertenceu ao concelho de Terena, e era como *costumes de Terena* que me parece os tinha eu ou resumidos ou por extenso nos meus apontamentos. É facil, por isso, collocá-los depois de Beja Gravão e Alcaçovas com o titulo — Costumes de Terena communicados d'Evora. — Talvez até seja bom acabar por esse a serie

alemtejana, visto que já contem algumas resoluções de 1280.

Tinha-me esquecido dizer-lhe isto quando escrevi. Cá recebi tudo: sementes e dinheiro.

Saudades ao João.

Am.º

Dom.º, 19, abril (1868).

Am.°

.....

Quanto ás reimpressões, a do Eurico é negocio findo e até já recebi delle o meu quinhão. Das poesias é que não sabia que já estava concluida a reimpressão. Quanto ao volume da Inquisição, ha muito que elle está lá revisto e corrigido. Emquanto eu e o ultimo dos meus honrados amigos Bertrands formos vivos ambos, elle não precisa de mais nada senão mandar-me dizer que quer fazer nova edição de tal ou tal volume para eu o rever, se disso precisar. As minhas relações commerciaes de perto de 30 annos com os irmãos Bertrands, se fossem conhecidas, parece-me que seriam uma excellente licção para editores e auctores. Ha pouco que eu disse isto e mais algumas cousas a um Chardron do Porto que me propunha grandes negocios.

Tenho muita cousa arranjada para publi-

car alguns volumes de opusculos ; mas precisava de que alguem figurasse ahi como editor litterario, por causa do *constet sibi,* visto que já me dei por defuncto como homem de lettras. Conversaremos sobre isso quando poder dar aqui uma saltada.

Am.º

6-7º (1872).

Am.º

20 dezembro (1875)

Não respondi logo á sua carta por muito occupado em cousas do campo, questão de expropriação para o canal de Alviella, negocio do Paulino, & Tenho ahi uma trovoada de cartas de cujas respostas não sei como me livrarei.

Eu entendo, em relação ao corpo diplomatico, o mesmo que entendi a respeito dos *Monumenta*. Por melhor que se organise um systhema de correcções, ha um texto, a cada passo se falta a elle por desattenção ou distracção e até muitas vezes por duvidas e difficuldades serias. A desharmonia na applicação do systhema trás, com razão, responsabilidade para o editor. Depois, muda este : novo systhema e, o que mais é, novas desharmonias. No fim, Babel voluntaria, petulante, em vez de Babel herdada, imposta. Por ultimo,

quando num texto se corrige seja o que fôr, desconfia sempre o leitor de alterações no texto. Já tenho visto exemplos de se tomar uma palavra por outra, julgando-a mal orthographada, e com a correcção viciar o sentido do texto. Pois não é desproposito fazer um trabalho tedioso, arriscando-se a contradicções, e o peor é que ha erros sem especie alguma de utilidade? Os volumes de documentos historicos nem são livros de novenas para beatas, nem romances de Ponson du Terrail para madraços. Os que os folheiam, sabem entender o texto atravez dessas brutalidades orthographicas. Como me diz, cada director tem tido o seu systhema. Não invente quarto. Imprima o que acha e peça a Deus que nunca o faça ler uma cousa por outra, que essa é que pode envergonhá-lo.

Am.° e C.

Ao dr. Joaquim Maria da Silva

Ill.^{om} Am.^{o} e Snr.

Remetto a procuração para a escriptura da Papoula, que o meu am.^{o} fará fazer de modo conveniente, para evitar duvidas futuras. Já agora tem de levar ao calvario a cruz dos negocios de Val-de-Lobos.

Cá me apparecem duas duvidas na prova da penultima folha. No § 4 do ultimo estudo, no sub §, que começa : «*Assim repugna*» deixou V. S.^{a} passar na 1.^{a} prova (se no original tambem, não sei dizer, porque depois da 1.^{a} prova o original fica na imprensa) a seguinte passagem, que não faz sentido, mas a que me não atrevo a dá-lo, com mêdo de

fazer cancaborrada, ibi : «e se, em materia de factos internos, o sentido competente me diz uma cousa e isso não são principios absolutos, ou suas legitimas deducções, etc.» Se tem lá o borrão original, veja como se ha-de corrigir isto.

Quasi no fim do § 3.° lê-se «a substancia que chamamos Deus e que assim se tem chamado, ou παν (os compositores poseram παπ que não quer dizer nada, mas que é facil corrigir). *Pan,* como sabe, era uma das manifestações de Deus, no symbolismo grego, um Deus de segunda ordem, na mythologia. Este nunca significou a idéa absoluta Deus. Quanto a παν (neutro de πα) significando *omne,* nunca, que eu saiba, significou, na linguagem philosophica dos antigos, senão o *universo,* o *mundo,* no sentido material. Só os pantheistas modernos, que fundem Deus com o universo é que tem applicado o παν nesse seu sentido. No sentido, porém, da doutrina, que o meu am.° sustenta, pode citar-se esta palavra como *synonimo* de Deus? Veja lá isso.

A proposito de greguices : depois que lhe escrevi sobre a *autologia* fui verificar. Em grego ha *tautologia,* no sentido que hoje lhe damos ; *autologia* não ha, e ainda querendo compôr (pela indole da composição indefinita

do grego) de *auto* e *logos* achei que nos exemplos, que ha antigos, de composição com *auto*, esta palavra tem as mais das vezes de ser traduzida por *proprio*.

Abril, 10.

De V. S.ª
Am.º e c.º

Ill.^mo Am.^o e Snr.

Remetto por este correio as 3.^as provas das folhas 5 e 6. Fiz varias emendas nas 2.^as provas e não sei se com ellas arranjaria alguma cancaborrada, porque o espirito não estava muito assente para essas cousas. Podem até ter escapado erros d'imprensa. Vão tambem as 1.^as provas das folhas 9 e 10 e os originaes, que me mandaram. Veja tudo isso de seu vagar, pois, se não chover muito, vou a Calhariz, porque o Soure tem estado doente e anda aquillo por lá ao Deus dará

Novembro, 27.

De V. S.^a
Am.^o e cr.^o

Ill.mo Am.° e Snr.

Ajuda, 9, outubro.

José de Sá mostrou-me uma carta sua ao amigo Gorjão, sobre o negocio da ponte de Val-de-Lobos. É uma historia, em prosa ruim, de uma Illiada de asneiras dos nossos Agamemnões das engenharias, a historia das obras de tal ponte. Sei que viu as minhas ultimas cartas ao nosso am.°, sobre aquelle assumpto. Deixo a V. S.ª a adopção das formulas que lhe parecerem mais acertadas para eu seguir o exemplo do moleiro que dizia a Frederico II : «*il y a des juges à Berlin,*» mas aponto os fundamentos da minha queixa, para V. S.ª fazer melhor idéa do negocio.

Antes das obras da ponte, o rio saltava religiosamente por cima della, todos os annos, porque as cheias não cabiam pelos arcos. Direito natural do rio.

Ria-me eu do rio, quando fazia esta graça. A montante da ponte extende-se uma planura

minha, em cujo cimo tenho um moinho e umas casas. As soleiras das portas destas casas e o pavimento do moinho eram superiores ao nivel das guardas da ponte e, portanto, as aguas das cheias não podiam recuar, a ponto de entrarem dentro dos edificios.

O engenheiro, ou engenheiros, da estrada nova, que passa por aquella ponte, entenderam que deviam aproveitá-la, e, para que o rio não passasse por cima, levantar-lhe as guardas. O que obtinham com isto era, porém, obviamente fazer saltar a agua de mais alto, visto que não augmentavam a area dos arcos, e a experiencia mostrava que as cheias não cabiam por elles. Mas excedendo as novas guardas muito o nivel do pavimento do moinho e das portas do edificio contiguo, era inevitavel serem estes inundados, antes da cheia poder sobrelevar as novas guardas. Dirigi-me ao governo, ponderando estes factos faceis de comprehender. O governo parece ter reconhecido que eram attendiveis ; porque a obra parou por largo tempo e agora manda-se dar maior area a um dos arcos da ponte ; mas, segundo se diz, a obra consiste em elevá-lo meio metro, o que decerto não basta a dar sahida ao volume das aguas, nas grandes cheias, como decerto dirão todos os que conhecem a grande quanti-

dade de agua que se accumúla naquelle valle, por occasião de copiosas chuvas.

D'antes era para mim indifferente que a cheia fosse maior ou menor. Como a ponte é assás extensa e as guardas eram inferiores aos pavimentos das casas, nunca ella podia recuar até lá. Agora basta que uma pequena parte della não caiba pelos arcos para a inundação ser infallivel. Ha dous arcos de maiores dimensões; os outros ductos, que atravessam a ponte, são de area mais ou menos insignificante. Pretende-se elevar num delles o meio metro de que acima falei. Um que está sobre o leito ordinario do rio é muito mais estreito, e o meio metro daria alli um augmento d'area muito menor do que no outro, onde essa mesma elevação seria insufficiente. Neste, semelhante elevação, chamando ahi a grande corrente da cheia, trasbordada do rio pelo campo, arrastaria provavelmente as terras a montante, abrindo algares profundos, que inutilisariam o campo, ao mesmo tempo que a accumulação das aguas invadiria os edificios.

Não consta que o engenheiro, ou engenheiros, fizessem estudos ácerca da massa de aguas que trás o rio nas maximas cheias, e a prova é que se pretendia a principio não elevar nenhum arco, sendo sabido por todos, menos por

quem tinha obrigação de o saber, que as cheias passavam por cima da ponte. Prova-o tambem o mandarem-me perguntar agora (do que ha testimunhas) qual dos dous arcos queria eu que se elevasse, tendo um quasi o dobro da largura do outro.

Se a elevação do mais estreito dá sahida ás aguas sem as represar, para que a pergunta? Os dinheiros publicos não são para fazer obras desnecessarias, em obsequio de particulares. Se, porém, esse augmento é insufficiente, suppondo que eu tivesse o capricho de ver a minha propriedade arruinada e que preferisse o tal augmento, deveriam elles fazer, por isso, uma obra que daria em resultado saltar a agua, como d'antes, por cima da ponte, com a unica differença de ser a tres ou quatro metros d'altura, em logar de ser a um e meio, ou dous?

O que parece certo é que não se estudou nem calculou; que se faz uma cousa a esmo. Não ha ninguem, que conheça de longa data as cheias, que vem no inverno á ponte de Val-de-Lobos, que não repute insufficiente aquelle augmento de meio metro, em ambos os arcos, quanto mais num só. Se os engenheiros tem estudos sobre o rio e sabem qual tem sido, nos annos anteriores, o volume da

agua, que alli passa nas grandes cheias, que apresentem esses estudos, que apresentem o resultado das suas observações, indicando os dias em que as fizeram, e mostrando como o augmento d'area, que querem dar a um só arco, sem saber se ha-de ser o mais largo ou o mais estreito, obsta ao represamento, cujos damnos não padecem elles, mas sim eu.

Agora uma advertencia ao meu am.°.

Que allegue, escrevendo ou falando, o meu direito *gratis pro Deo*, comprehendo e admitto.

Que pague despezas e custas, que trasem essas cousas, não percebo. Se isto acontecer, a questão perde-se ; porque eu vou declarar, em juizo, que desisto ; que eu é que sou um asno e os engenheiros uns Stephensons outoniços ; que o estado tem o direito de dar cabo do que é de cada um, mandando os ditos Stephensons fazer estradas e aproveitar pontes, em vez de os encarregar de fazerem botas, ou chouriços.

De V. S.ª
Amigo e C.°

Ill.mo Am.º e Snr.

Estou impertinente, mas não ha remedio, para que depois não seja apoquentado V. S.ª (até onde eu possa alcançar) pelos padres. No mesmo § 4.º, em que já tive duvidas, occorre-me outra. Depois de refutar a theoria da razão impessoal de Bouillier, accrescenta o seguinte: «Deus, pela sua immensidade, está em toda a parte, ou presente a todas as cousas, mas *não presente em alguma finita;* porque *repugna* que o infinito esteja no finito, etc.»

E a eucharistia?

Os mysterios são *acima* da razão; mas quererão os padres admittir que sejam *contra* a razão, e, portanto, absurdos? Veja bem isto.

Abril, 15.

De V. S.ª
am.º e c.º

CARTAS A DIVERSOS

Ex.^mo Snr.

Mal imaginava eu que, havendo tres para quatro annos que não falava com V. Ex.ª e nem sequer o vira, teria de lhe escrever uma carta poucos dias depois de o tornar a ver e encontrar em V. Ex.ª, ainda inalteravel, a sua antiga benevolencia para commigo.

Eis o caso. O portador desta carta, empregado na redacção da *Revolução de Setembro*, que cuida da parte material daquella publicação ha muitos annos, pretende o logar, actualmente vago, de porteiro do Conselho d'Estado. José Estevam era seu amigo, mas amigo deveras, e o actual pretendente nunca pretendeu nada, amarrado, por affecto a elle, á direcção typographica do jornal setembrista. Ha duas cousas que me movem a protegê-lo, se é que posso proteger alguem. Consiste uma em ser elle homem honrado, intelligente, pae de muitos filhos e chefe de familia exemplar: consiste a outra na recordação de José Este-

vam, nobre e grande espirito, de quem, apesar dos seus defeitos, conservo vivas saudades.

Como ha muita gente que ainda me suppõe homem d'imprensa, e não me acredita convertido de todo em *canis mutus* no episcopado das lettras, ser-me-ia facil achar tres ou quatro patriotas graúdos, amigos sinceros de V. Ex.ª, emquanto V. Ex.ª se mostrar digno da sua amizade retendo nas mãos o poder, que fossem apoquentá-lo na secretaría e em casa a favor do meu cliente. Mandar, porém, esta carta, em logar dos tres conspicuos cidadãos, pareceu-me mais simples, mais congenito com o caracter de qualquer de nós ambos e, sobretudo, mais commodo para mim e para V. Ex.ª.

Preferindo para o logar solicitado um collaborador, postoque não politico, da *Revolução*, V. Ex.ª praticará um acto não só de cavalheiro e, sobretudo, de bispo, mas talvez de bom politico tambem; e despachando para cargo modesto um homem honrado, mediocremente zeloso dos augmentos da patria, tanto assim que veio buscar por abonador o peior, porventura, dos poucos maus cidadãos desta terra, V. Ex.ª sentirá uma especie de allivio e desenjôo da necessidade em que decerto se vê a cada passo de prover em patrio-

tas ardentes e puros, em Decios a pé, os cargos da republica, desta republica tão digna pelas virtudes dos seus virtuosos funccionarios.

Eu não sei para que possa prestar já neste mundo ; mas se V. Ex.ª tiver a habilidade de o descobrir, e quiser aproveitar esse prestimo em serviço privado seu, disponha de quem é

De V. Ex.ª
Am.º e C. obrig.mo

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Val-de-Lobos (Santarem).

Occupações impreteriveis e incommodos de saude impediram-me de responder promptamente á carta de V. Ex.ª de 25 de agosto passado.

Vivo hoje no campo, entregue á vida rural e quasi indifferente ao mundo litterario, rodeado de poucos livros e esses, pela maior parte, alheios a assumptos de litteratura. O pouco que posso dizer a V. Ex.ª é o resultado apenas das minhas reminiscencias.

O estudo comparado dos monumentos poeticos gallegos ou portugueses, que nos restam dos seculos XIII e XIV, convenceu-me da existencia de uma regra que creio sem excepção. É que nenhum romance ou poesia narrativa tem a sua origem em Portugal ou em Galliza, e que por muito antiga e nacional que pareça não passa de uma traducção ou imitação. Os trovadores e jograes desta parte da Peninsula cultivavam apenas uma especie de lyrismo barbaro. Compunham endeixas amorosas, can-

ções laudatorias, cantos ao divino, cantigas satyricas, etc., mas o romance e a xacara eram-lhes estranhos. Pondo de parte as composições espurias, como o poema da Cava e as cartas de Egas Moniz, invenções dos fins do seculo XVI, subsistem ainda monumentos indisputaveis da poesia portuguesa dos seculos XIII e XIV. Tal é o cancioneiro d'el-rei D. Diniz, e a collecção de versos de um grande numero de antigos trovadores portugueses, manuscripto do Vaticano recentemente publicado, as poesias em gallego ou português de Affonso Sabio, o cancioneiro chamado do Collegio dos Nobres, existente na bibliotheca real de Lisboa e impresso em Inglaterra por Sir Charles Stuart. Em nenhuma dessas collecções se encontra, que me lembre, uma narrativa metrificada, um romance no genero dos que tanto abundam em castelhano. Era que nos faltavam lendas e tradições populares que lhes servissem de thema? De certo não. Bastam para provál-o os nobiliarios que colligi no 1.° volume da secção *Scriptores* dos *Portugaliae Monumenta Historica,* publicados pela nossa Academia, e trabalho que até ha poucos annos dirigi. Delles se pode ajuizar se nos faltavam lendas e tradições. O que nos faltava era a tendencia para o genero. É até possivel,

e eu inclino-me a crê-lo, que se reputasse a lingua gallega ou portuguesa mais propria para as composições lyricas, como as concebia a idade média, e o castelhano mais accommodado á poesia narrativa. As poesias de Affonso Sabio parece justificarem esta presumpção.

Já V. Ex.ª vê que não me recordo de algum romance sobre o assumpto que me indica, o qual com maior ou menor certeza remonta aos seculos XIII ou XIV, porque não me recordo de nenhum. Todavia, as passagens que V. Ex.ª cita na sua carta não me são estranhas. Ouvi-as nos cantos populares? Li-as nalgum romanceiro hespanhol? Vem como xacara portuguesa no cancioneiro de Almeida Garrett? Não me lembro, nem tenho aqui meio de o verificar. O que me atrevo quasi a affirmar é que se existe em português não é anterior ao seculo XVI, nem provavelmente original.

Devo prevenir V. Ex.ª de uma cousa. Almeida Garrett procurou dar aos romances da collecção que fez a maior nacionalidade e a maior antiguidade possiveis. Era natural. Mas Garrett, bom prosador, grande orador, grandissimo poeta e dramaturgo, cuja perda extemporanea Portugal deplora, era um fraco erudito. Por este lado ha pouco que fiar nas apreciações da sua critica.

Existem, com effeito, composições portuguesas do seculo XVI imitando na forma e estylo os romances castelhanos. A epocha da influencia da litteratura castelhana na portuguesa começa com aquelle seculo e esmorece, acabando rapidamente, no meado do seculo XVIII. A coincidencia dos dous factos, com a falta absoluta de vestigios de composições desta especie, pertencentes a uma epocha anterior, vem indirectamente confirmar a illacção que tirei dos monumentos poeticos que nos restam da nossa idade média.

Conta ou recíta ainda hoje o povo trovas inteiramente semelhantes aos romances castelhanos. Ha nelles palavras, phrases, modos de dizer antigos, referencias a objectos actualmente desusados ; mas se examinarmos essas palavras, essas locuções, a epocha em que se usaram esses objectos, veremos que tudo se reporta ao seculo XVI e ainda, ás vezes, ao XVII. É facil aos desattentos confundir a tradição de dous ou tres seculos com a de quatro ou cinco. Nem tudo o que é antigo é antiquissimo.

Eis o que, por emquanto, me occorre dizer em resposta á carta de V. Ex.ª, de quem sou

V^or^ e C.

(1876).

Ill.mo Am.° e Snr.

Vou pedir-lhe nada menos do que a perpetração de um delicto.

Esse pobre rapaz, soldado de reserva, que tinha uma licença de dous mezes findos hontem, foi enganado com a promessa de renovação da licença.

Esperou até o ultimo dia, e vai apresentar-se com 24 horas de excesso.

Já que não podemos metter no calabouço o governo, por conservar inutilmente estes pobres diabos em armas, salvemos os que podermos de serem victimas de uma situação violenta e inconstitucional. Não teria ahi á mão uma doença qualquer de que o curasse hoje, habilitando-o para se apresentar ámanhã no quartel? Faça um peccado, por humanidade; e quando no outro mundo lhe pedirem contas, para cima de mim é que as deve deitar.

De V. S.ª
Am.° e C.

Meu amigo.

Sinto que as primeiras linhas que escrevo para o seu jornal, e que escrevo e escreverei para satisfazer ao desejo que me manifestou de que o ajudasse na sua util empresa conforme as minhas escassas possibilidades, seja para rectificar idéas ahi contidas e que me parecem pouco exactas. São as de uma correspondencia inserta a paginas 94 do 1.º volume do *Archivo*. Pondera-se naquella correspondencia a necessidade de uma nova lei de Foraes. Não sei até que ponto essa nova lei é possivel, depois de tantos factos consummados em harmonia com a carta de lei de 22 de junho de 1846. Quando medito nas difficuldades, nas injustiças relativas, nas incertezas que resultariam de novas providencias contrarias ás daquella lei, eu, que não recúo facilmente diante das consequencias de commettimentos de tal ordem, quando se tracta de grandes reformas, de grandes actos de justiça social, titubeio perante as hypotheses que

prevejo se dariam quando se tratasse de legislar com mais liberal espirito sobre tão grave assumpto, e faço votos para que os legisladores que tentarem tal empresa, achem a solução racional de um problema que a meus olhos não a tem das mais faceis.

A lei de 1846 é uma lei reaccionaria. É a explosão da guerra occulta feita por interesses illegitimos ao grande acto de justiça nacional chamado o decreto de 13 de agosto de 1832, pensamento talvez o mais grandioso da dictadura do Duque de Bragança, a que só faltaram desenvolvimento e provisões que facilitassem a sua execução, falta que subministrou pretextos ao espirito de reacção para o falsificar e annullar em grande parte. A lei de 1846 não me inspira só hostilidade: inspira-me indignação. Mas quando uma lei tem actuado durante doze annos sobre o modo de ser de uma grande parte da propriedade territorial do país, quando tem regulado milhares de contractos, servindo de norma a milhares de sentenças, influindo em milhares de successões, determinado para mais ou para menos milhares de fortunas, pretender alterá-la pode não ser uma grande temeridade, mas requer por certo uma alta força de intelligencia e uma circumspecção pouco vulgar.

Mas o que ha mais grave na correspondencia que o meu amigo publicou é uma outra circumstancia. Adopta-se ahi um caso analogo ao que produziu as peiores disposições da lei de 22 de junho, se abstrahirmos do seu pensamento fundamental o salvar tudo o que, sem extremo escandalo, fosse possivel salvar das velhas extorsões dominicaes. O pensamento, infelizmente mal desenvolvido, do decreto de 13 de agosto era libertar o país do nosso primitivo systhema de renda publica, derivada, por abusos de seculos, para a algibeira de particulares, e substituido em relação ao estado por outro systhema de renda, o que trouxera uma situação intoleravel para a maior parte da propriedade territorial, a solução de duas series de impostos, uma só das quaes chegava aos cofres do erario. O decreto de 13 de agosto suprimia a serie primitiva, a serie delapidada. Era uma idéa simples, clara, justa em these. O mal veio da insufficiencia dos meios na sua applicação á hypothese. O decreto de 13 de agosto não tivera, não podia ter em mira offender contractos particulares sobre propriedade patrimonial : o que cumpria em qualquer lei posterior tendente a esclarecê-lo e a rectificá-lo era reformar as suas provisões que de qualquer modo déssem azo a

ser offendido o direito privado, e, por outra parte, completar aquellas que não bastassem a extirpar o grande abuso, a immensa extorsão publica a que se posera o machado. Para isso tornava-se necessario designar quaes caracteres, quaes condições, na falta de provas directas e incontestaveis, serviriam para se demonstrar, ou para se presumir que tal fôro, tal censo, tal direito dominical procedia de um contracto expresso ou tacito com o Estado. Onde e quando as condições e os caracteres fossem demonstrativos, a prova em contrario deveria ser supprimida ; onde e quando produzissem só presumpções, admittir-se-ia essa prova em contrario. Tudo o mais reputar-se-ia resultado de contractos particulares, salvo tambem o direito do colono, emphyteuta, ou censuario a provar a origem publica do onus ligado ao predio que possuia. O principio da abolição, dada essa origem publica, não podia ter nem excepção nem limites. A lei devia reconhecer a indemnisação pelo Estado na unica hypothese em que ella era justa : a da venda de direitos dominicaes feita pela corôa. A verba total não havia de ser demasiado avultada ; e que o fosse : era uma divida que se pagava. As gerações são solidarias.

Em vez disto, appellou-se para a distincção

cerebrina de *titulo generico* e *titulo especial*, que vinha tanto para o assumpto como uma súra do Alcorão, ou um artigo das leis de Manú ; e, á sombra desta distincção que não distinguia nada, confundiu-se tudo, e restaurou-se quasi tudo, fazendo-se aos colonos originariamente da corôa o grande favor de poderem remir o onus, dando por elle (considerado como juro ou renda) o equivalente em capital. O que os legisladores quiseram bem averiguado foi se a transmissão do uso da terra, reservado o dominio, fôra escripta para servir de titulo a muitos colonos ou a um só, se num, se em muitos diplomas. Era uma curiosidade archeologica sobre a abundancia ou a raridade do pergaminho na idade média, que poderia subministrar um capitulo interessante a alguma nova edição da *Economia Politica del Medio Ero*, do meu amigo Luiz Cibrario.

É este erro, esta confusão do direito privado com o publico, mas em sentido opposto ao da lei de 22 de junho, que me parece conter-se na correspondencia de que falo. Rigorosamente e considerado na sua verdadeira indole, o decreto de 13 de agosto estatuiu sobre uma questão de direito publico. Considerá-lo de outro modo é desconhecer os seus fins e o seu

alcance. Libertar a terra é exemptá-la de onus injustos, de vexames, de encargos impostos pela força; não é annullar contractos livres particulares ácerca da propriedade patrimonial. Quando se pede uma lei que crie, para emphyteutas e sub-emphyteutas sem excepção, o direito de *remir todos os foros*, pede-se que a lei desfaça contractos livremente debatidos, espontaneamente celebrados, e conformes na sua essencia aos principios de justiça absoluta. O canon emphyteutico, o censo, qualquer quota no producto da terra que o senhorio directo de um predio, de accôrdo com o colono, reserva para si, transmittindo o dominio directo, é, em rigor, a renda de um capital, ou aluguer perpetuo de um instrumento de producção. Pode a lei expropriar o dono desse instrumento para utilidade particular, e por um preço taxado de antemão por ella? Se tal se houvesse de admittir porque não se admittiria a regra contraria? Porque não revocaria a si o senhorio directo o capital, o instrumento, pagando as bemfeitorias ao colono? Suppondo justa a primeira prescripção, porque se reputaria injusta a segunda?

Repito: não sei se é possivel recuar no caminho que abriu a lei de 22 de junho. Se o é, se os foros de Alpiarça pertencem á cathego-

ria daquelles que o decreto da primeira dictadura queria abolidos, e se a lei reaccionaria e insensata que destruiu, ao menos em parte, aquelle grande acto de justiça nacional, pode ainda ser substituida por outra mais conforme com o espirito desse acto, não é a remissão de taes foros que della deve resultar, quer o senhorio directo pertença hoje ao Estado, quer a corporações, quer a individuos : é a suppressão, a abolição completa. Quanto a foros em bens de origem patrimonial, é impossivel acceitar a doutrina da correspondencia.

Escrevo estas linhas, meu amigo, ao correr da penna e sem os desenvolvimentos que requeria a gravidade do assumpto, porque antevejo os inconvenientes sociaes da propagação de taes doutrinas. Para mim o grande meio de progresso na cultivação do país, da melhor distribuição da população, do melhoramento das classes laboriosas, do chamamento do proletario ao goso da propriedade, e por ella aos bons costumes e ao amor da familia e da patria, é a amphyteuse. A meus olhos a amphyteuse é o unico meio de obstar aos inconvenientes da divisão indefinita do solo, e, ao mesmo tempo, de combater os males que resultam da existencia dos latifundios, sobretudo dos latifundios amortisados, esterilisados pela

instituição vincular. Mas se a opinião que proclama o direito de remissão a bel-prazer do emphyteuta ameaçar de continuo o dominio directo, todas as providencias que se hajam de tomar, que se devem tomar para impellir indirectamente os donos de vastos tractos de terra a retalhá-los por aforamentos, serão baldados. Os possuidores de latifundios mal cultivados preferirão o atrazamento agricola, os menores redditos actuaes á espoliação futura, e o país difficilmente sahirá de uma situação economicamente mais embaraçosa do que muitos creem, e que nos horizontes do futuro se me representa assás carregada.

Que o direito emphyteutico seja simplificado ; que se dispa de todos os accessorios de que o revestiram os costumes e as idéas de epochas barbaras, é necessario e justo que se vicíe na sua essencia ; naquillo em que é legitimo, sensato, benefico e civilisador, é absurdo. A lei que tal ordenasse seria ao mesmo tempo espoliadora e inepta.

Junho. 10 de 1858.

Ill.mo e Ex.mo Am.o e Snr.

Estive muito doente e tenho tido uma longa convalescença, que me inhibe de dedicar-me a trabalhos serios. Correndo um dia destes os *Diarios* do mez passado, para matar algumas das aborrecidas horas de um convalescente, attrahiu-me a attenção um accordam do Supremo Tribunal de Justiça, proferido em causa entre as misericordias de Coimbra e Estremoz e um certo Barboza. A razão porque esse accordam me despertou a attenção di-la-hei logo a V. Ex.a. Li-o e pasmei do que alli li. Não tenho a honra de ser juiz nem advogado ; mas, como curioso em Historia, é dever meu conhecer a legislação do reino nas diversas epochas, os seus motivos, os seus intuitos, a sua concatenação. Confesso que nunca me passou pela cabeça que podesse sahir do primeiro tribunal do pais um papel assim, em materia tão grave como o da acquisição de bens em virtude de titulo universal por corporações de mão morta.

Se não fosse o estado de debilidade physica em que fiquei, parece-me que não resistia á tentação de dar num jornal uma esfarrapadela ao *venerando accordam*. No meio, porém, do asco que me produziu aquella cousa, que nem sequer tem grammatica, senti verdadeiro prazer quando vi o meu velho e honrado amigo Mello e Carvalho *vencido* e amarrado com o direito, com a economia politica, com a sciencia de governo, com a logica e com o senso commum ao carro triumphal de um velhaco e de dous pobres homens a quem as revoluções revestiram, por desgraça nossa, do poder de dispôr da honra, vida e fazenda dos cidadãos. Depois de ler aquillo, vendo no fim assignado *Mello e Carvalho*, ainda que por errata se houvesse omittido a palavra *vencido*, eu advinharia *á priori* a errata. Conheço o que significa esse nome como expressão de sciencia e de probidade. Falo assim porque V. Ex.ª sabe, como toda a gente, que o meu defeito não é o de ser cumprimenteiro.

Agora direi a V. Ex.ª o motivo porque uma questão judicial excitou interesse no espirito de um homem alheio ao fôro.

Na commissão de revisão do Codigo civil, em que me metteram não sei porquê, propuz uma substituição aos artigos 35 a 40 do pro-

jecto do Seabra, como envolvendo, por um lado, offensas ao direito originario da liberdade de associação, e como insufficientes, por outro, para remover ou remediar os inconvenientes sociaes da existencia das corporações de mão-morta. Na discussão, interrompida pela minha doença, pareceu-me inclinada ao meu voto a maioria da commissão. Ora o *venerando accordam* está em plena contradicção com as doutrinas que reputo verdadeiras e que lá expendi. Daqui a viva curiosidade que elle em mim suscitou.

Tinha pouco antes occorrido um facto. Comprei ha tempos um quintalorio nas proximidades de Santarem. Dirigiu-me esse negocio um moço de talento, advogado e professor de philosophia naquella villa, com o qual conservo desde então relações. Visitando-o recentemente, achei-o a escrever a analyse de uma sentença do juiz de direito Negrão, em materia identica; sentença ainda mais escandalosa do que o *venerando accordam*; porque, alem de ahi se reputar juridicamente possivel a instituição por herdeira de uma misericordia, reconhecia-se válido um testamento nullo em si, ou, para melhor dizer, reconhecia-se como testamento uma cousa que não o é. Li a tal sentença, que me parece poder puxar ao mesmo

carro com o *venerando accordam,* porque são de igual talhe e força. Como andava preocupado por aquelle assumpto, pedi ao meu amigo que me deixasse escrever a parte da analyse relativa á *incapacidade legal do herdeiro.* Fez-me esse favor. É para offerecer a V. Ex.ª um exemplar das rapidas considerações que escrevi áquelle proposito, que o incommodo com esta longa arenga.

Vou estando velho. Os impetos irresistiveis que eu tinha aos 30, ou, ainda, aos 40 annos tambem vão esmorecendo: mas o *venerando accordam* não se me tira da cabeça; e por isso não sei o que succederá. É um *trecho* (como dizem os que querem escrever português classico sem o saberem) que, bem esmiuçado e esmerilhado, daria um grande alegrão ao publico. Peça o meu bom amigo a Deus, nas suas orações, que me livre da tentação diabolica em que me trás áquella admiravel peça d'architectura que, por exclusão de partes, não pode deixar de ser obra do *nosso* Ferrão.

De V. Ex.ª
Am.º velho e C. obrig.mo

(1860).

Ill.^mo e Ex.^mo Snr. Marquez.

O ex-ministro Carlos Bento da Silva procurou-me ante-hontem para me offerecer da parte de S. Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V um cadeira d'Historia, que vai ser creada e mantida a expensas do mesmo augusto Senhor. Pedi-lhe que posesse na presença de S. M. as manifestações do meu profundo reconhecimento por este novo documento da sua excessiva bondade para commigo, mas que tambem sollicitasse para mim de S. M. a permissão de não acceitar tão assignalada mercê. Apontei-lhe alguns fundamentos desta supplica, mas receio que elle não os comprehendesse bem, ou que os esquecesse transmittindo a S. M. a minha resposta.

V. Ex.^a sabe os motivos de delicadeza e de conveniencia que me levam a abster-me de ir pessoalmente agradecer a S. M. e explicar-lhe porque não acceito a situação que se me offerece. Tendo, porém, em V. Ex.^a um verdadeiro amigo, terei um interprete fiel da minha gratidão e das razões da minha abstença. O fim desta carta é pedir-lhe que substitua os

seus bons officios ás minhas palavras para ambos os effeitos.

O 1.º motivo que obsta a que me aproveite da graça que S. M. pensou fazer-me é a minha insufficiencia. É uma verdade singela, singelamente dicta. Não supponho que haja em Portugal quem tenha estudado com mais paciente ardor do que eu a historia da nossa idade media, e, nesta parte, as minhas lições creio que não envergonhariam nem o professor nem quem o escolhesse. Fora dahi, não sei mais do que sabem muitos outros, e é natural que saiba menos do que alguns. Não me persuado de que numa cadeira de Historia Geral me podesse elevar, ao menos por alguns annos, acima do vulgar. Seria mortificação para o meu amor proprio. Dizem que sou orgulhoso, e supponho que é verdade, visto que tantos o dizem; mas a emenda de vicios radicados, na epocha da vida a que cheguei, é excessivamente difficil.

O 2.º motivo consiste no proposito inabalavel em que estou de abandonar dentro de tres ou quatro annos a vida litteraria; mas abandoná-la completa e irrevogavelmente. Penso nisto ha muito tempo, e ha bastante que tomei a tal respeito uma resolução definitiva. Ao menos quero para mim a velhice, já que não

tive nem a mocidade nem a idade do homem. Não pede muito quem pede para os ultimos annos da vida a obscuridade e o esquecimento. Nem o país me deve nada, nem eu a elle. Estamos quites. Pude, emfim, adquirir com as minhas economias litterarias um pequeno predio rustico, longe de Lisboa, igual ás minhas ambições, para ir lá assentar o larario dos deuses domesticos. Só para realisar esse intuito trabalho hoje em cousas de lettras com actividade, mas sem affecto. Sou o negociante que dirige as ultimas transacções de modo que possa, liquidando, salvar um capital que represente os seus futuros meios de subsistencia. Com estas idéas, profundamente gravadas no espirito, com estes designios, dos quaes não creio haver no mundo força moral capaz de affastar-me, V. Ex.ª concebe que o acceitar o encargo que a benevolencia de S. Magestade de mim quís confiar, seria quasi uma deslealdade. Quando ainda me fosse possivel um esforço de intelligencia que me habilitasse para de futuro desempenhar bem aquelle encargo, teria de deixá-lo justamente na conjunctura em que me houvesse tornado digno delle. O obreiro falleceria á obra no dia em que o salario se tivesse convertido de dadiva em permutação.

O 3.º motivo é que no meio da lucta actual entre certas idéas religiosas e sociaes, qualquer demonstração de confiança especial e pessoal de S. M. para commigo, sobretudo em materias de ensino, seria, se não me engano, inconvenientissima. Ha uma cousa em que supponho que até os meus mais entranhaveis inimigos me fazem justiça. É que não costumo nem calar nem attenuar as minhas opiniões onde e quando, por dever, ou moral ou juridico, tenho de manifestá-las. Do modo como eu concebo o ensino da Historia é indispensavel partir de certos principios e doutrinas para por elles aferir os factos sociaes e politicos, e que a analyse dos factos, avaliados por essas normas, se transforme numa synthese mais ou menos complexa, que é o que eleva este genero d'estudos ao grau de sciencia. S. M. El-Rei tem illustração sobeja para saber, tão bem como eu, que não se ensina historia tecendo genealogias ou descrevendo campos de batalhas. Em mim, porém, a affirmação de certas doutrinas, a apreciação dos factos á luz dessas mesmas doutrinas, e as syntheses dahi deduzidas seriam provavelmente taxadas de propaganda revolucionaria, de alheismo e não sei de que mais. Muitas cousas até que, na bôcca de outrem, não teriam

sido nem condemnaveis, nem talvez suspeitas, haviam de ser na minha blasphemias e erros fataes. Sem duvida as sentenças fulminadas por intelligencias e por consciencias cujos esforços extremos nunca chegarão a exhaurir os thesouros de compaixão que reservo para ellas, não haviam de incommodar excessivamente o professor d'historia, mas podiam traser mais um desgosto a S. M. As opiniões professadas nas escholas officiaes não reflectem nunca sobre o soberano, constitucionalmente irresponsavel. Quando, porém, fora da orbita offiical, o soberano institue o ensino, cria, regula e mantem a eschola como particular, não tem responsabilidade legal porque em nenhum caso a pode ter, mas fica-lhe a moral. Nada mais facil, portanto, do que chegar um dia em que eu tivesse de comprometter essa responsabilidade, ou de sacrificar a livre manifestação das minhas opiniões, o que em nenhum caso estou resolvido a fazer.

Estes motivos da escusa que dei merecerão por certo a attenção de V. Ex.ª para me fazer a mercê de os apresentar a S. M. logo que para isso se offereça ensejo.

Sou de V. Ex.ª
Am.º e C. obrig.mo

Ill.mo e Ex.mo Snr. Marquez (1)

O ex-ministro de Obras Publicas, Carlos Bento da Silva, procurou-me ha dias para me offerecer, de ordem de S. M. El-Rei o Senhor D. Pedro V, uma cadeira d'Historia, que vai ser creada e mantida a expensas do mesmo augusto Senhor. Pedi-lhe que não só posesse na presença de S. M. as manifestações da minha profunda gratidão por este novo documento da sua excessiva bondade para commigo, mas que tambem sollicitasse para mim de S. M. a permissão de não acceitar tão assignalada mercê. Apontei-lhe alguns fundamentos desta supplica, mas receio que elle não os comprehendesse bem ou que os esquecesse transmittindo-os.

Recorro, por isso, a V. Ex.ª como a antigo

---

(1) Como o leitor verá, esta carta é uma segunda versão da anterior. As duas minutas foram encontradas juntas entre os papeis de Herculano, ignorando-se qual das duas o Mestre adoptou. — *Nota do coordenador.*

camarada e amigo, para que seja interprete do meu reconhecimento e das razões da escusa que sollicito. Para ambos os effeitos, V. Ex.ª substituirá, decerto, os seus bons officios ao incompleto das minhas expressões.

O primeiro motivo que obsta a que me aproveite da graça que S. M. pensou fazer-me, é a propria insufficiencia. Não me revisto aqui duma falsa e ridicula modestia. É uma verdade singela, singelamente dicta. Não supponho que haja em Portugal quem tenha estudado com mais paciente ardor do que eu a historia da nossa idade media, e, nesta parte, creio que as minhas licções não envergonhariam o professor nem quem o escolhesse. Fora dahi, não sei mais do que sabem muitos outros, e é natural que saiba menos do que alguns. Não me persuado de que uma cadeira d'Historia Geral me podesse elevar, ao menos por alguns annos, acima do vulgar. Seria mortificação para o meu amor proprio. Dizem que sou orgulhoso, e é provavel que seja assim, visto que tantos o dizem; mas a emenda de vicios radicados, na epocha da vida a que cheguei, é excessivamente difficil.

O segundo motivo consiste no proposito inabalavel em que estou de abandonar dentro de tres ou quatro annos a vida litteraria;

mas abandoná-la completa e irrevogavelmente. Penso nisto ha muito tempo, e não é de hontem a resolução definitiva que tomei a tal respeito. Ao menos, quero para mim a velhice, já que não tive nem a mocidade nem a idade de homem. Não pede muito quem pede para o ultimo quartel da vida a obscuridade e o esquecimento. Nem o país me deve nada, nem eu a elle: estamos quites. Conto com ir collocar o larario dos deuses domesticos longe de Lisboa e para sempre. São as minhas ambições, e não as supponho exorbitantes. Só para realisar esse intuito trabalho hoje em cousas de lettras, com actividade, mas sem affecto. Sou o negociante que dirige as ultimas transacções de modo que possa, liquidando, salvar um capital que represente os seus futuros meios de subsistencia. Com estas idéas, profundamente gravadas no espirito; com estes designios, dos quaes não creio haver no mundo força moral capaz de affastar-me, V. Ex.ª concebe que o acceitar o encargo que a benevolencia de S. M. de mim quís confiar, seria quasi uma deslealdade. Quando ainda me fosse possivel um esforço de intelligencia que me habilitasse para de futuro desempenhar aquelle encargo, teria de deixá-lo justamente na conjunctura em que me houvesse tornado digno

delle. O obreiro falleceria á obra no dia em que o salario se tivesse convertido de dadiva em permutação.

O terceiro motivo é que, attentas as circunstancias actuaes, que não se me affiguam como exemptas de difficuldades, qualquer demonstração de confiança especial e pessoal de S. M. para commigo, sobretudo em materias de ensino, seria, se não me engano, inconvenientissima. Ha uma cousa em que supponho que até os meus mais entranhaveis inimigos me fazem justiça; e é que não costumo calar nem attenuar as proprias opiniões onde e quando, por dever moral ou juridico, tenho de manifestá-las. Do modo como eu concebo o ensino da Historia, é indispensavel partir de certos principios e doutrinas para por elles afferir os factos sociaes e politicos, e que a analyse dos factos, avaliados por essas normas, se transforme numa synthese, mais ou menos complexa, que é o que eleva este genero d'estudos ao grau de sciencia. Principios e doutrinas cada qual tem os seus, e é por elles que aprecia os actos dos homens e o valor das cousas. Eu, por mim, não sei proceder de outro modo, e é o que faria ensinando. Mas é nisso que se estribam as minhas repugnancias. As opiniões professadas nas escholas officiaes não reflectem

nunca sobre o soberano, constitucionalmente irresponsavel. Quando, porém, o soberano, fora da orbita official, constitue o ensino, cria, mantem e regula a eschola como particular, não tem responsabilidade legal, porque em nenhum caso a pode ter, mas fica-lhe a moral. Nada mais facil, portanto, do que chegar um dia em que, sem o pensar nem o querer, eu compromettesse essa responsabilidade, ou em que, antevendo-a, tivesse de sacrificar a consistencia e a livre manifestação das minhas opiniões, o que em nenhum caso estou resolvido a fazer.

Estes motivos do meu procedimento merecerão por certo a attenção de V. Ex.ª. Se assim fôr, escusado é dizer que confio assás na sua amizade para estar seguro de que serão submettidos á apreciação de S. M. logo que para isso se offereça ensejo a V. Ex.ª.

Sou de V. Ex.ª
Am.º e C. obrig.mo

Março, 20 de 1853.

Ill.^mo e Ex.^mo Snr.

Por carta de J. C. dos Santos acabo de saber o resultado da missão de que V. Ex.ª me incumbiu. Deploro-o, não por elle, que não precisa de ser agente de ninguem para viver: deploro-o por mim e não menos por V. Ex.ª, espirito assás esclarecido para ter a consciencia do valor moral dos seus actos. Deploro-o por mim que forcejei toda a vida para conservar a reputação de homem sincero, leal e singelo. Se por ventura Santos houver falado, ou falar a alguem sobre esse triste negocio, passarei provavelmente, ao menos em Santarem, para a categoria dos impostores e pataratas.

A explicação que V. Exª deu do seu proceder ao meu apresentado parece-me não ter o toque de lei. Quando, nas vesperas de eu sahir de Lisboa, V. Ex.ª me preguntou, em casa de Mendes Leal, se já tinha tido resposta da pessoa de quem me lembrava, e eu disse

que não, V. Ex.ª podia ter-me desonerado do encargo que me dera, ou advertir-me da urgencia, se ella existia. Quando, apenas aqui cheguei, annunciei a V. Ex.ª que o individuo de quem sollicitara a acceitação do cargo, como obsequio a mim feito, estava resolvido a fazê-lo, V. Ex.ª poderia tambm avisar-me desde logo de que a minha missão cessara ; teria evitado a um homem de bem, embora pertença á minha esphera de plebeu, a desagradavel situação em que o collocou a carta que lhe enviei para se apresentar a V. Ex.ª.

Creio, porque devo crê-lo, que V. Ex.ª não quís fazer alguma cousa agradavel á Internacional negra, desconsiderando e tornando ridiculo um discolo excomungado, seja qual fôr o seu modo de pensar em certos assumptos. Ha, todavia, idéas importunas que vem, a nosso pesar, uma e mais vezes ao espirito e que a razão desapaixonada e fria tem de fazer esforços para regeitar.

Reservo-me, em todo o caso, o direito de me informar da data da primeira operação do Banco Agricola no districto de Santarem, para reconhecer os motivos de urgencia e que deram origem a um proceder que apenas qualificarei de singular.

Avisa-me Santos de que V. Ex.ª tinha ten-

ção de escrever-me. Apresso-me, por isso, a fazer esta carta. Não desejo que V. Ex.ª gaste o tempo, que pode empregar de modo mais util, em dar explicações a um pobre rustico dos Bairros.

Sou de V. Ex.ª
V.or e C.

Ex.mo Amigo e Snr.

Val-de-Lobos, 13 de maio.

A ninguem mais do que a mim repugna importunar os Amigos; mas ha casos em que a consciencia ficaria, pelo menos, amuada comnosco se recusassemos o pouco ou muito que podemos valer em beneficio de outrem.

O apresentante desta é membro de uma familia distincta e outrora abastada de Santarem, a qual as vicissitudes da fortuna reduziram á estreiteza. As circumstancias que lhe interromperam a sua carreira universitaria obrigaram-no a acceitar um modesto emprego na Repartição da Superintendencia do Tejo. Como ahi se houve provam-no documentos que existem nessa Secretaria. Perdeu a saude e tolheu-se em salvar vidas e fazendas nas inundações do rio; infelizmente para elle trás em si proprio o documento disso. Deram-lhe não sei que fita com obrigação de a comprar ao doador e queriam aposentá-lo com uma pensão que lhe não chegava para manter a fami-

lia. Preferiu ir-se arrastando e servir, deixando a fita ao Estado para a vender a quem fosse mais rico. A natureza teve, com o tempo, meio dó delle e hoje está menos tolhido; mas o augmento do trabalho tem compensado o beneficio. Parece-me, e parece por aqui a todos os animos rectos, que lhe assiste razão e justiça no que sollicita. Peço-lhe que o apresente ao dr. Avelino para que o ouça. O negocio talvez tenha dureza porque, em regra, a lei retribue melhor habilitações e situações do que o *valor da utilidade* dos serviços quando estes são obscuros. Todavia, como o seu ministro é simplesmente um homem de bem, e, portanto, não superior á voz da justiça absoluta, se elle se convencer de que o pretendente a tem, fará de certo o que puder para que a não tenha em vão. É por isso que só peço ao meu Am.º para apresentar o pretendente e solicitar alguns minutos de paciencia ao ministro para o ouvir.

De V. S.ª
Am.º velho e Obrig.mo

(1872).

O pretendente era João Urbano Cesar da Silveira, de Santarem. — *Nota do coordenador.*

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Sua Magestade El-Rei, usando das attribuições do Poder Moderador, houve por bem honrar-me com a nomeação de membro da Camara dos Dignos Pares do Reino. Seria ocioso significar a V. Ex.a quanto aprecio esta demonstração de confiança de um Soberano que a historia ha-de qualificar como a mais nobre e pura intelligencia que tem resplandecido até aqui no throno português, e que sabe ainda mais obrigar á affeição como homem do que ao respeito como magistrado supremo.

Mas as condições do ente humano alcançam reis e subditos: reis e subditos estão sujeitos a fazer apreciações ou inexactas ou incompletas. Podem illudir-se ás vezes, tomando os impulsos da benevolencia pelas inspirações da justiça, e é facil que no meu caso se désse uma circumstancia destas.

Désse ou não, o que sei, o que me diz a

consciencia, com voz sobejamente intelligivel, é que o meu concurso nas deliberações da Camara dos Dignos Pares do Reino seria inutil, quando não inconveniente. Dispense-me V. Ex.ª de expôr as razões desta intima e invencivel persuasão, razões tristes para mim e, porventura, demasiado longas e tediosas para V. Ex.ª.

Não creio que faltem em Portugal homens de saber e virtude que tenham esperança e fé. São esses que podem, sem a temeridade de Oza, erguer a mão para amparar a arca sancta das instituições. É provavel que saibam fazê-lo aquelles que nesta conjunctura foram tambem honrados com a confiança da corôa.

Queira V. Ex.ª levar a minha escusa de membro da Camara dos Dignos Pares á presença de Sua Magestade El-Rei, que, acceitando-a benignamente, ajunctará uma prova mais ás muitas que já tenho da sua inexgotavel indulgencia para commigo.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Acabo de receber o officio de V. Ex.ª datado de 11 do corrente, no qual V. Ex.ª faz mercê de communicar-me a censura que o Conselho da Faculdade de Direito se digna fazer ao quarto volume da minha Historia de Portugal.

Na indulgencia com que sou tratado pela illustre commissão encarregada do exame do livro, e, depois della, pelo Conselho da Faculdade, não me é licito ver senão um incitamento a proseguir numa empresa para a qual se requereriam por certo mais robustos hombros. Comprehendo toda a significação do voto do Conselho e os deveres que dahi resultam para mim. Forcejarei por cumpri-los até onde me ajudarem os proprios recursos. Nisso, creio eu, darei a melhor prova de reconhecimento á Faculdade de Direito por tão singulares demonstrações de benevolencia.

Se as vigilias de dez annos, consumidos na

tentativa de dar ao país uma historia que não desdissesse inteiramente do estado actual da sciencia, merecem alguma recompensa publica, eu tive a melhor ou, talvez, a que unicamente eu podesse acceitar (em meio desta immensa prostituição de mercês honorificas de que Portugal é theatro), recebendo a approvação solemne dada á parte mais difficultosa do meu trabalho pela auctoridade suprema em taes materias: pelo gremio dos Lentes de Direito dessa Universidade.

Queira V. Ex.ª fazer presente á corporação a que tão dignamente preside o testimunho da minha profunda gratidão.

Deus Guarde a V. Ex.cia

Ill.^mo e Ex.^mo Sr.

Fez-me V. Ex.ª a honra de me pedir a minha opinião sobre o modo de occorrer ao estado de abandono e ruina em que se acham as livrarias da Corôa. Dá-la-hei nas mais breves palavras que me seja possivel. Essa opinião é ainda a mesma que em tempos passados dei, e não foi só uma vez, a quem devia dá-la.

Alem da livraria de Mafra, que imperfeitamente conheço e que supponho em soffrivel estado de conservação, possue a Casa Real duas collecções de livros: a chamada Bibliotheca da Ajuda e a Livraria que pertenceu á extincta Congregação do Oratorio da Casa das Necessidades.

A Bibliotheca Real, que se achava em completa desordem, e as suas collecções manuscriptas a ponto de se arruinarem, foi, nos annos de 1840 a 1850, ordenada e collocada methodicamente, e ainda existe o seu catalogo em bilhetes, não se tendo reduzido a registo defi-

nitivo por falta dos recursos materiaes e pessoaes necessarios para obter esse fim.

A livraria das Necessidades, a melhor das que pertenciam ás corporações religiosas de Lisboa, depois de varias vicessitudes, foi transportada em completa desordem para o palacio da Ajuda e dalli para os aposentos chamados Casa da Physica e Casa da Musica, onde os livros jazeram empilhados no chão durante annos.

Por sollicitações repetidas, mandou-se, emfim, collocar em estantes provisorias nos mesmos aposentos onde jaziam empilhados e no andar alto da minha residencia, que para isso offereci. Esta collocação, destinada apenas a impedir a ultima ruina daquelles acervos de livros, deixou tudo na mesma confusão e desordem em que estava, se é que não a augmentou.

Escuso de ponderar a V. Ex.ª o estado em que estes livros se acham. Inteiramente abandonados, o pó, a polilha, a humidade e o decurso do tempo vão exercendo nelles a sua acção deleteria.

Providenciou V. Ex.ª a respeito da Bibliotheca da Ajuda, nomeiando um servente que destruisse a traça e sacudisse o pó dos livros. Era urgente. O unico que alli havia, valetu-

dinario em excesso, parece ter sido nomeado para aquelle serviço só para se lhe darem alguns meios de subsistencia. Como acto de caridade era optimo; como acto de administração, pessimo. A livraria, entregue ao trabalho da poeira e dos vermes, caminhava como a das Necessidades, á sua ruina.

O que me parece que V. Ex.ª tem a fazer, em relação a esta ultima, é o mesmo que fez em relação á chamada Bibliotheca da Ajuda. Mandar outro servente tractar dos livros e incumbir algum individuo do paço, de sua confiança, que frequentes vezes e a horas incertas vá verificar se os dous serventes trabalham. Talvez conviesse, ao mesmo tempo, dispensar o antigo de fingir que serve na livraria, dando ao acto de munificencia regia o seu verdadeiro caracter.

Calculo em 60.000 volumes as duas collecções. Dous homens activos e trabalhando seriamente podem obstar á destruição delles até que se tracte de formar com esses importantes elementos uma cousa que mereça o nome de Bibliotheca.

A fim de obter o espaço suficiente para conter quarenta a cincoenta mil volumes, que ainda ficarão subsistindo, separando-se os duplicados das duas livrarias reunidas, o arbitrio

que me parece de mais facil execução e menos dispendioso é ligar por uma communicação qualquer, mas que sirva para ahi mesmo se collocarem estantes, o edificio da Bibliotheca actual com as casas chamadas da Physica e da Musica, adaptando estas á collocação regular de livros, e desembaraçando-lhes a periferia de certas edificações mal construidas, inuteis e arruinadas, que não tardarão a cahir se antes disso não as derribarem.

Não tomarei tempo, nem a V. Ex.ª nem a mim, com importunas considerações de uma ordem mais elevada sobre o modo como, com os elementos que ha, se pode constitúir uma livraria que não seja indigna do nome de Bibliotheca Real. A primeira cousa é esquivar a ruina completa dos livros : depois ter edificio que os contenha : depois fazer a selecção delles e ordená-los. Antes de prover ás duas primeiras é extemporaneo discutir o modo de realisar a terceira. A todo o tempo V. Ex.ª pode contar com a minha pouco importante opinião, se desejar conhecê-la, sobre o modo de levarem a effeito os nobres e esclarecidos intuitos que me manifesta na sua carta.

Sou de V. Ex.ª

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Escrevo esta ao sahir da Ajuda para Lisboa, donde, logo que um estado de saude pouco satisfatorio m'o permitta, voltarei á minha tranquilla solidão de Val-de-Lobos.

Tres dias esperei que alguem habilitado para tractar do assumpto, viesse examinar que construcção era necessario emprehender para se realisarem os intuitos de V. Ex.ª em relação á collecção dos livros da Corôa, e a quem eu podesse expôr as proprias idéas a este respeito, de modo que se conciliasse no plano da edificação o bom resultado com a economia.

O encarregado de dirigir o trabalho dos serventes da Livraria, Almeida, apresentando-se ao Ex.mo Sr. Conselheiro Aldim, deu-lhe parte de que eu estava na Ajuda. S. Ex.ª o Sr. Conselheiro disse-lhe que me entendesse com elle porque S. Ex.ª não tinha tempo para vir aqui.

Nem eu o pretendia. Deus me livre de perturbar o Ex.mo Sr. Conselheiro no exercicio das suas altas funcções. Um architecto, um mestre de obras eram mais uteis, e até eu me entendia melhor com elles por ser gente da minha esteira

Não por obtemperar ao recado do Ex.mo Sr. Conselheiro, mas pelo desejo que tenho de ser agradavel a V. Ex.ª, cuja delicadeza e benevolencia não posso esquecer, expliquei a Almeida, o melhor que soube, o que me parece dever-se fazer. A obra é menos importante do que se supposera a principio, e o edificio ficaria com amplidão sobeja para conter mais de 60.000 volumes.

Naquillo em que V. Ex.ª entender que pode utilisar os meus modestos recursos no serviço particular de V. Ex.ª (e eu considero como serviço particular de V. Ex.ª tudo quanto dê realce aos actos da sua administração) disponha V. Ex.ª desses recursos. É um testimunho que dou do meu respeito pelo seu integro e nobre caracter.

O portador desta é o individuo que ha muito tempo o meu amigo D. de Palmella tinha recommendado a V. Ex.ª e que V. Ex.ª collocou agora como servente da Livraria Real. Deseja agradecer a V. Ex.ª e sollicitar que se lhe passe uma copia official da sua nomeação, como se passou ao encarregado Almeida, o que me parece justo e regular.

Sou de V. Ex.ª
Am.º e C. obrig.mo

..mo Snr.

Na carta de V. Ex.ª de 27 do mez passado relativa á conservação e não sei se diga á redempção dos infelizes livros das livrarias reaes quís V. Ex.ª dar-me mais uma prova da sua benevolencia, ou, talvez antes, de certa parcialidade para commigo. Quanto aos factos, ao estado verdadeiro das cousas, podia eu elucidar a V. Ex.ª por que tinha obrigação de os conhecer melhor. Sabidos estes, os primeiros arbitrios para obstar ao mal são tão obvios e simples que teriam facilmente occorrido a uma intelligencia inferior á minha, quanto mais á de V. Ex.ª. Pelo que toca ás pessoas que V. Ex.ª se propõe escolher para o trabalho material da conservação dos livros, pelo conhecimento de muitos annos que dellas tenho, parece-me a escolha inteiramente acertada.

Annuncia-me V. Ex.ª a sua intenção de mandar proceder aos trabalhos necessarios para serem collocados, conveniente e util-

mente, em harmonia com as idéas que a tal respeito submetti á apreciação de V. Ex.ª, os milhares de livros da Livraria das Necessidades que se acham em completa desordem. Conto com sahir de Lisboa dentro de dez ou doze dias, mas antes disso estarei dous ou tres na minha antiga residencia da Ajuda, para ordenar varios papeis meus que alli conservo. Se V. Ex.ª entender que haverá alguma vantagem em me ouvir a pessoa encarregada de reduzir a effeito os illustrados [1].....

.....

[1] Não foi encontrada a continuação desta minuta. — *Nota do coordenador.*

NOTAS

(1) O meu visinho veterinario, a quem costumo mostrar ás vezes, para evitar algum erro mais crasso de esthetica, de glottica ou de synthetica, as cartas que escrevo, aliás raras *(inde irae)*, offereceu-me uma nota interessante a respeito de S. Jorge e de Sanctiago, com outras erudições reconditas em que, até onde eu chego, se descobre o dedo do verdadeiro homem de sciencia. Tomo a liberdade de a transmittir a V. Ex.ª. Diz a nota:

«O S. Jorge do castello de Lisboa (que é o verdadeiro defensor destes reinos, e não outro qualquer S. Jorge), e o Sanctiago de Compostella e o seu cavallo branco, defensores dos reinos, digo, dos mólhos de cantões de Hespanha (e não outro qualquer Sanctiago e outro qualquer cavallo) pertencem á symbolica politico-religiosa, como se demonstra com copia de boas razões no *Cours Abrégé de Symbolique Religieuse*, do P. Mestre Fr. Paschasio Gali-Mathias, guardião dos *Ignorantins* de Grenoble (Liv. 28 c. 105$6), e representam a osga velha, que ha entre portugueses e castelhanos. A proposito da osga velha, aproveitarei o ensejo para notar que a osga tambem é um symbolo usado pelos povos autochtonos e tal-

vez pelas raças paleontologicas. O repugnante aspecto daquelle nogento e feiissimo saurio significa em symbolica as mutuas repugnancias e malevolencias das tribus primitivas. Entre os numerosos e notaveis monumentos que nos restam dos nossos tataravós, os aryas, encontram-se com frequencia fragmentos de silex, nos quaes se veem gravados os contornos de uma osga esparralhada e de cabeça erecta, em tom de armar pulo. Essas pedras são evidentemente allusivas ás guerras entre as tribus dos aryas. Vê-se, pois, que o dixote popular *ter osga a alguem* não é de origem arabe, nem gothica, nem romana, nem celtibera, e nem sequer inventado pela raça autonoma dos mosarabes, precedida dos *litos* germanicos, que tasquinharam e exterminaram os *possessores*, os *curiales*, os *coloni*, e até os *servi* celto-romanos da Peninsula hispanica, não escapando nem os *mingentes ad parietem* (repare-se que a expressão é da Biblia, e que vai em latim); que, por isso, menos fundamento haveria ainda para o attribuir á sub-raça sub-autonoma dos mixti-arabes, que provieram dos arabes, como os mosarabes dos litos e como nós os portugueses plebeus proviemos de toda esta salsada. Advertirei de passagem, para fulminar de ante-mão as risadinhas parvas dos pseudo-eruditos academicos, cretinisados fautores da escova e da grammatica, que a aristocracia pessoal hispano-romana, os *potentes*, os *honorati*, esses, quem lhes fez o cabello foram os ricos-homens dos wisigodos, que propriamente não os tinham seus, mas que os pediram emprestados aos seculos XII e XIII para aquella boa obra, e isso com o miseravel intuito de apanharem, para seu uso, aos dictos *potentes* e *honorati* o codigo theodosiano (edição de Gothofredo) e de

se amantilharem nas capas daquelles venerandos volumes. Extravagancias de fidalgos. Em summa, a sciencia prova tradicional, intuitiva, critica e glotticamente, que o vocabulo «osga» veio carreado das chapadas sertanejas da alta Asia pelas migrações aryanas. Accresce que, por uma dessas singulares coincidencias que resultam do fatalismo historico, tenho encontrado mais de uma allusão ao hediondo saurio no codigo de Manu, no Ring Çakuntala de Kalidasa, e em outras obras sanskritas, com que costumo distrahir-me d'estudos mais serios, lendo-as por passatempo no proprio original, onde só verdadeiramente se lhes podem apreciar as bellezas. Entretanto, quem quiser ensopar-se bem nestas erudições deve, ao menos, recorrer ao excellente Resumo do doutor Quacksalber *Philosophische, geschichtliche, und kritische Abhandlungen uber symbolische und amphiguristische Wissenschaften*, especialmente ao vol. XXXV, p. 1666 e seg. da edição in-folio.»

(²) *Glottische Untersuchungen* XLIII Band, S. 637 u. f. Esta citação, bem como a noticia do livro e das suas doutrinas, devo-as á benevolencia do meu erudito comparochiano. Segundo elle diz, o celebre professor fez esta collecção de ensaios *per summa capita* para occorrer ás necessidades espirituaes urgentissimas dos seus discipulos; mas trabalha em obra mais completa e particularisada.

INDICE

Cartas:

Ao Duque de Saldanha..... 5
A Almeida Garrett..... 12
A Oliveira Martins..... 33
A Pinheiro Chagas..... 37
A Fernando de los Rios..... 40
A Casal Ribeiro..... 44
A Andrade Corvo..... 48
A Rebello da Silva..... 52
A José Machado de Abreu..... 73
A A. C. Teixeira de Aragão..... 76
A F. Gomes de Amorim..... 80
A Manuel Joaquim Fernandes Thomaz..... 85
A Soares de Passos..... 87
Ao Duque de Palmela..... 90
A Julio de Vilhena..... 94
A Carlos Lopes (Pedro Ivo)..... 96
A A. C. de Sá Nogueira..... 99
A Mendes Leal..... 100
A Pedro Correia..... 101
A Adrião P. Forjaz de Sampaio..... 103
A Antonio Francisco Barata..... 112
A José Gomes Monteiro..... 114
A J. P. da Costa Basto..... 119

A Joaquim Filippe de Soure..... 123
A José de Abreu de Lima..... 127
A Um bispo..... 129
Ao director geral dos correios..... 135
Carta a Salustiano Rodriguez Bermejo..... 143
Ao *Jornal do Commercio*..... 146
A um editor..... 152
A Guiomar Torrezão..... 154
A' Condessa de Samodães..... 201
A Luiz de Almeida Albuquerque..... 203
A José Maria Borges..... 205
A J. C. da Costa Goodolphim..... 207
A J. I. Ferreira Lapa..... 209
A J. M. da Costa Basto..... 214
Ao dr. Joaquim Maria da Silva..... 224
A diversos..... 235

OBRAS
DE
Alexandre Herculano

Bobo (O) — Romance histórico	10$00
Cartas (Inéditas) — 2 vols.	20$00
Composições várias	10$00
Estudos sôbre o casamento civil	10$00
Eurico, *o Presbítero* — Romance	10$00
História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal — 3 vols.	30$00
História de Portugal — Nova edição ilustrada com numerosos documentos autênticos — 8 vols.....	96$00
Lendas e Narrativas — 2 vols.	20$00
Monge de Cistér (O) — Romance. 2 vols.	20$00
Opusculos — 10 vols. Cada vol.....	10$00
Poesias: Livro I, A harpa do crente. — Livro II, Poesias várias. — Livro III, Versões: de Millevoye, Béranger, Délavigne, Lamartine, etc.	10$00